



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA

Nº 02: Outubro - Março 2014



**INSTITUTO
IDEIA**



Aqui eles fizeram história.
Faça você a sua.



Mestrados e Doutorados no Mercosul.



SEDE INTERNACIONAL

Rua Senador Furtado, 18 - Praça da Bandeira
Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP 20.270-020
Tel/Fax: (21) 2567-7441 - Cel: (21) 98596-4934



SEDE ASSUNÇÃO

14 de Mayo esq Gral Diaz
Asunción Super Centro - s / 329
Centro - Asunción

www.ideiaeduc.com.br / E-mail - posgraduacao@ideiaeduc.com.br



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA

<http://www.revistaideario.com.br>



**INSTITUTO
IDEIA**

Número / **02**

Revista Ideário

Revista Científica do Instituto Ideia

Nº 02: Outubro - Março 2014

CONTATOS

PROFESSOR RICARDO DE BONIS

E-mail: revistaideario@ideiaeduc.com.br

PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS

Os trabalhos deverão ser enviados para o endereço:
revistaideario@ideiaeduc.com.br

VEJA O SITE DA REVISTA

<http://www.revistaideario.com.br>



REVISTA IDEÁRIO

Editor

DIOSNEL CENTURIÓN

Conselho Editorial

CARLOS ESTEPHANIO

(Doutor em Educação pela Universidad Americana de Asunción)

DIOSNEL CENTURIÓN

(Doctor en Comunicación Internacional por la Macquarie University, Sydney - Australia)

RICARDO DE BONIS

(Doutor em Administração pela Universidad Americana de Asunción e Mestre pela UFRJ)

ROBERTO WAGNER SCHERR

(Doutor em Educação pela Universidad Americana de Asunción)

Projeto Gráfico/ Editoração

RODRIGO SANTOS

Capa

RODRIGO SANTOS

Redação/ Revisão

RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

Designer

RODRIGO SANTOS

Diretor Acadêmico

PROF. DR. CARLOS ESTEPHANIO

Diretor Administrativo

PROF. DR. CELSO AFONSO

Coordenador

PROF. DR. RICARDO DE BONIS

Na Internet

<http://www.revistaideario.com.br>

O **INSTITUTO IDEIA** - Detentora da marca Revista Ideário, não se responsabiliza por informações contidas nos artigos assinados. Não é permitida a reprodução de textos ou imagens sem autorização de seus autores.



BRASIL

Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2567-7441
E-mail: posgraduacao@ideiaeduc.com.br



PARAGUAI

14 de Mayo esq Gral Díaz
Asunción Super Centro
s/ 329 - Centro - Asunción



SUMÁRIO

- 08** | **EDITORIAL**
Por Celso Afonso Pinto
- 10** | **APRESENTAÇÃO**
Por Dr. Ricardo De Bonis
- 12** | **ARTIGO - EDUCAÇÃO**
UMA RELEITURA DE O BANQUETE DE PLATÃO SALIENTANDO
A RELEVÂNCIA DA AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO
Patrícia Torres de Souza Cardoso, Prof. Dr. Ricardo Estigarribia Velázquez e Prof. Dr. Antônio Luiz Mattos de Souza Cardoso.
- 21** | **ARTIGO - EDUCAÇÃO**
ANTROPOCENTRISMO E MEIO AMBIENTE
Simone Ferreira Conforto
- 27** | **ARTIGO - EDUCAÇÃO**
DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PÓS-MODERNA
Carlos Sigmund M. Fonseca
- 34** | **ARTIGO - SAÚDE**
A IMPORTÂNCIA DA ODONTOLOGIA PARA AS GESTANTES
Arlanjo Bispo de Sousa Marques
- 47** | **ARTIGO - SAÚDE**
PREVALÊNCIA DE MORTE POR DOENÇAS CARDIOVASCULARES E OS FATORES
DE RISCOS ASSOCIADOS
Claudenice Rodrigues do Nascimento, Hugo Enrique Méndez Garcia, Andréa Fernanda Ramos de Paula, Débora Thyares
Fonseca do Nascimento Pereira da Silva
- 63** | **ARTIGO - SAÚDE**
DIFICULDADES QUE PERMEIAM O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA
SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM
Érica Mayane Holanda Santos Carvalho
- 73** | **ARTIGO - SAÚDE**
AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS ENFERMEIROS NA IMPLEMENTAÇÃO DA
SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM
Carlos Henrique Pires
- 85** | **ARTIGO - DIREITO**
A PROTEÇÃO DO NÚCLEO ESSENCIAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL
Dailson Soares de Rezende
- 97** | **ARTIGO - ADMINISTRAÇÃO**
A IMPORTÂNCIA DO SER HUMANO NA EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO
Rudinei Perin Francescatto, Carlos Alexander de Andrade, Luciana de Goes Corrêa
- 109** | **ARTIGO - ADMINISTRAÇÃO**
CONTROLE E CONFLITO NAS ORGANIZAÇÕES
Rogério Farias Pimenta
- 115** | **ARTIGO - CONVIDADO**
QUILOMBOLAS - DIREITOS FUNDAMENTAIS: O Acesso À Saúde, Habitação e Educação.
Karla Camila Correia da Silva¹, Marise Pereira Gomes, Ivete Azambuja Gonçalves
- 124** | **REVISÃO DA LITERATURA**
- 128** | **BIBLIOTECÁRIO**
- 132** | **NORMAS PARA PUBLICAÇÃO**



EDITORIAL



PIRÂMIDE EDUCACIONAL

É de conhecimento de grande parte de nossos educadores, a estrutura organizacional da educação brasileira, regida pela LDB - Lei nº 9394 / 96, apresentando a forma geométrica de uma pirâmide. A questão principal NÃO está na forma e sim nas componentes desse ente geométrico. Temos na base da pirâmide a Educação Básica, que é constituída pela Educação Infantil e pelo Ensino Fundamental, ambos de responsabilidade constitucional dos municípios e mais o Ensino Médio, de responsabilidade dos estados, e no topo da pirâmide o Ensino Superior sob responsabilidade constitucional da União. Ao analisarmos esta organização sob o olhar de educadores, a maioria entende ser esta a melhor organização, considerando que a faixa etária dos alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, é ainda muito dependente, necessitando de uma atenção mais próxima da realidade local de cada município. Mas se analisarmos esta organização pelo olhar dos especialistas em Gestão Educacional, o que se observa é que os recursos humanos, as estruturas prediais, os recursos financeiros e principalmente a falta de compromisso e comprometimento da maioria das autoridades municipais na busca de uma educação de qualidade, tem levado a nossa educação, em todos os níveis, aos menores índices de desempenho estabelecidos pelos organismos internacionais, mesmo com o aumento significativo dos investimentos federais na Educação Básica através do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e do FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e

de Valorização do Magistério. Vale destacar a percepção de um de nossos maiores educadores e gestor educacional de nossa época, Senador Cristovam Buarque, que apresenta com muita propriedade e fundamentação uma proposta de “Federalização da Educação Básica”, propondo que a União, através do MEC, assumira a contratação e os salários de todo o corpo docente e pedagógico, com qualificação e salários dignos, UNIVERSALIZANDO em todo o país um ensino integral e de qualidade, respeitando-se os PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais, em acordo com as particularidades de cada região. As prefeituras e os governos estaduais teriam a responsabilidade de fornecer e manter toda a infraestrutura educacional. Concordo com o Senador Cristovam Buarque, quando afirma em sua proposta que poderíamos ter em 20 anos uma mudança significativa neste nível de ensino, e que certamente se refletiria nos níveis de ensino acima. Assim, convido aos nossos educadores, autoridades governamentais e representantes no Congresso Nacional, a uma leitura mais detalhada e a uma discussão desta proposta intitulada, “Educação integral e de qualidade para todos os brasileiros. Federalizar”, disponível na página www.cristovam.org.br. Estou convencido de que as respostas e as possíveis soluções ao longo do tempo para tantos problemas educacionais estejam na discussão desta proposta.

“A boa educação é moeda de ouro.
Em toda a parte tem valor”.

Antonio Vieira

Celso Afonso Pinto

Doutor em Ciências da Educação
Diretor do Instituto IDEIA



APRESENTAÇÃO



APRESENTAÇÃO

Realizamos mais uma etapa, com o lançamento desta edição. A quarta edição da REVISTA IDEÁRIO.

Nesta edição, destacamos o assunto “Quilombola”, escrito por três alunas da Universidad Americana. Estas alunas desenvolvem um projeto de cunho socioambiental, do qual beneficia a comunidade e ainda possibilita a produção de estudos científicos, tipo Dissertação e Teses. Isto demonstra que em nossas Universidades conveniadas, principalmente, as paraguaias, não se faz estudos para as “prateleiras” se faz estudos com aplicação e produz benefício para a sociedade. São estudos como estes, que geram relatórios, que são dirigidos às autoridades competentes, estudo que, também geram artigos, que ganham o mundo, acabam interferindo e mudando o estado inerte, de determinados setores da sociedade.

E, vale a pena destacar, que o projeto socioambiental “Quilombola” teve seu início, junto com o projeto acadêmico de uma das alunas. Agradecemos a iniciativa das alunas e apoiamos os seus projetos.

Agradecemos aos alunos e professores, com as suas contribuições, pois os artigos continuam chegando e à medida do possível, estão sendo publicados.

O sentimento do corpo editorial da revista, com essa edição, é do dever cumprido.

Ricardo De Bonis, PhD, MBA, DDS

Coordenador do Instituto IDEIA



ARTIGOS
EDUCAÇÃO

UMA RELEITURA DE O BANQUETE DE PLATÃO SALIENTANDO A RELEVÂNCIA DA AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO

Patrícia Torres de Souza Cardoso - (ptscardoso@yahoo.com.br)

Prof. Dr. Ricardo Estigarríbia Velázquez - (restiga@gmail.com)

Prof. Dr. Antônio Luiz Mattos de Souza Cardoso - (antonio@ccje.ufes.br)

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar uma releitura da obra O Banquete de Platão tendo em vista a relação da afetividade / amor (eros) com a educação e sua relevância na questão motivacional do educando. Nesta releitura menciona-se algumas falas de vários filósofos gregos que se encontravam reunidos em um banquete e filosofavam sobre Eros – O Deus do Amor. O diálogo principal acontece entre Diotima, uma filósofa, e Sócrates. Diotima utiliza o método socrático com o próprio Sócrates para refletir sobre a origem de Eros e defende que este é um agente motivador. Além de refletir sobre o livro de Platão, menciona-se o ponto de vista de Vigotsky sobre as implicações da ausência da afetividade no processo educacional tornando-o insensível as necessidades e anseios do educando.

Palavras-chave: Filosofia; Afetividade; Aprendizagem; Motivação; Amor.

Resumem: Este artículo tiene por objetivo analizar la importancia de la afectividad en la educación y consecuentemente su gravitación en la motivación del educando. Para ello se presenta una re-lectura de la obra de Platón “El Banquete o El Simposio”, compuesto hacia el año 380 a.C. que con “El Fedro” nos dan una noción del pensamiento griego sobre el amor. En esta re-lectura se resaltan algunos diálogos de varios filósofos griegos que se encontraban reunidos en un banquete y filosofaban sobre Eros, el dios del amor de la mitología griega. El diálogo principal sucede entre la filósofa Diotima y Sócrates. Diotima utiliza el método socrático con el propio Sócrates para reflexionar sobre el origen de Eros defendiendo que el mismo se trata de un agente motivador. Además de reflexionar sobre el libro de Platón, el presente artículo destaca también el punto de vista de Vigotsky sobre las consecuencias de la ausencia de la afectividad en el proceso educativo que se vuelve insensible a las necesidades afectivas del educando.

1. INTRODUÇÃO

Ao ler o livro O Banquete de Platão com o olhar voltado para a afetividade e sua relevância na educação, pergunta-se: De que forma Eros é um agente educativo?

Para responder a esta questão, é importante ler este livro no qual diversos personagens fazem apologia a Eros. Sócrates é o personagem crucial da obra, todavia não se pode colocá-lo como um apologista de Eros e, por causa de seu pensamento, Eros torna-se um “agente educativo”.

Mas, para se chegar a esta conclusão, é necessário primeiramente apresentar os apologistas de Eros descritos na obra de Platão. Eles estão realçados em negrito, pela ordem do discurso. Todos eles exaltam os atributos e virtudes de Eros que, para eles, era um deus poderoso e belo.

O primeiro a discursar foi Fedro (p.35). Para este, Eros “é o mais antigo, o mais honrado, o mais capaz entre os deuses de tornar virtuosos e felizes aos homens, tanto aos vivos como aos mortos” (p. 41).

Após Fedro, conforme Aristodemo narrou para Apolodoro, que não lembrava alguns discursos dos filósofos presentes e ressaltou o discurso de Pausânias (p.41). Para Pausânias, “Eros não é um só” (p.43) si não dois Eros porque se tem dois Afroditas de nomes Urania e Pandemo; e busca corrigir Fedro neste aspecto em sua apologia a Eros.

O seguinte a discursar seria Aristófanes, que por uma indisposição física, perde a vez para Erixímaco (p.53).

Para Erixímaco, Eros procura o belo não apenas na psique dos homens, mas em outros domínios, tais como os corpos de todos os animais e produtos da terra. Ou seja, para Erixímaco, Eros é um deus que “cobre todas as atividades, quer humanas, quer divinas” (p.55). “O amor não reside só na alma dos homens, sino que também impulsiona para os corpos de todos os animais, para todo o que nasce sobre a terra, em verdade para todos os seres; a grandeza e as maravilhas del deus brilham em todas as coisas, sejam divinas o humanas.” Eros preside a medicina, assim como a agricultura

e a ginástica, se nota sua presença na música onde os opostos como os sons, grave e agudo, em mutuo acordo tiram a harmonia. A música é a ciência do amor em relação ao ritmo e a harmonia. “O bom uso e a mesura são também necessários para desfrutar os prazeres da mesa e gozar deles com moderação, sem prejuízo para a saúde”. “O amor é poderoso e seu poder é universal; mais quando o amor se consagra ao bem e se ajusta a virtude e a temperança, tanto no humano como no divino, é quando se manifesta todo o seu poder e nos proporciona a felicidade mais completa, e nos faz relacionar em paz os uns com os outros”.

Ao terminar, Erixímaco retorna a palavra para Aristófanes (p.55). Para este, os homens não percebem o poder de Eros, porque senão os “[...] templos mais imponentes, os mais vistosos altares teriam sido erguidos em seu louvor, para ele arderiam os mais fartos sacrifícios” (p.61). Aristófanes diz também que “Eros é o mais filantropo dos deuses, o mais benéfico aos homens, médico dos males [...]” (p.61). Aristófanes exalta tanto o poder de Eros que recomenda: [...] honrar sempre os deuses, tanto para evitar o castigo como para obter favores, sendo Eros como chefe e general. Ninguém se oponha ao comando de Eros. Resiste a Eros quem pratica atos odiosos à ordem divina. (p. 70)

Após Aristófanes, o último apologista de Eros a falar é Agatón. Para este poeta, nenhum dos apologistas anteriores enalteceu Eros como deus de maneira conveniente. Ele diz que ninguém se referiu à sua natureza e afirma que nisto é a forma mais justa de elogiá-lo. Em sua apologia, ele diz “Eros é o mais venturoso, o mais formoso, o melhor” (p.75). Para ele “Eros

fixa sua morada onde tem flores e aromas". "A violência para Eros lê é alheia" Só livremente se somete uno a Eros e a todo acordo das leis livremente contraído, rainhas da cidade, tomam Eros por justo. Mais Eros, além de justo, é moderado, porque a temperança consiste em triunfar sobre os prazeres e as paixões. ¿Tem um prazer que esteja acima de Eros? Eros domina todos os prazeres e paixões, porque está dotado de uma temperança imensa. Em quanto a seu sabidória, "Eros é um poeta tão sábio que incluso torna poetas aos outros"

Após o discurso de Agatón, "[...] levantou-se uma tempestade de aplausos" (p.81), pois os convivas acreditavam e estavam convictos que Agatón expressou corretamente as características de Eros.

Com os discursos dos apologistas, pode-se perceber a visão que os gregos possuíam sobre Eros: um deus forte, poderoso, sábio, venturoso, formoso. Em resumo, o melhor.

Um deus, com todas estas características, é auto-suficiente e supremo. Não necessitaria de nada e de ninguém. Para os mortais, uma divindade distante, intocável que deveria ser temida, admirada, glorificada e idolatrada para obter suas bênçãos e evitar os castigos. De nenhum modo, um modelo a ser imitado, pois é inalcançável para os mortais. Neste caso, não teria nada a ensinar aos homens...

Todavia, Sócrates não havia discursado até este momento. Suas intervenções são pontuais e, até a sua vez, não expressavam sua opinião sobre Eros. Suas intervenções basicamente eram comentários sobre os apologistas e a forma do discurso que estes proferiam.

Sócrates, ao iniciar suas idéias, inquire a Agatón no aspecto que este elogia Eros, ou seja, "[...] mostrar o que Eros é e, só então, examinar a ação dele" (p.85). Sócrates inicia seu discurso fazendo perguntas a Agatón porque o discurso deste foi entusiasticamente aplaudido e considerado o melhor e mais preciso. Assim, Sócrates, utilizando o seu método dialético para alcançar a verdade, o questiona com algumas perguntas.

Sem entrar nas perguntas propriamente ditas, Agatón (e os leitores da obra) é levado a crer que Eros é amor de algo e e nos levar a desejar algo de que não se tem. Sócrates justifica sua primeira proposição sobre Eros exemplificando sobre ser grande e ser forte ou ser rico para quem já o é, não teria sentido desejar o que se tenha (p.85).

Assim, a primeira característica do amor platônico e deseja o que não se tem, conforme diz Platão, "[...] deseja o que não está presente, o que ele próprio não é, aquilo que lhe falta, objetos de desejo..." (p.87).

Empregando parte do discurso de Agatón, Sócrates diz que "[...] o que é feio não exerce atração" (p.87). Ele continua no seu pensamento e afirma que "Eros é Eros do belo e não do feio". Sócrates diz, então, que Eros é carente do belo, pois se sente atraído por ele e conclui (e leva-nos a concluir com ele novamente) que ele não o possui. Seguindo a mesma lógica, Sócrates leva a todos presentes a concluir que Eros não é belo. Agatón explicitamente concorda com ele (p.89).

Sócrates não diz, contudo se Eros não é belo, então ele não seria um deus! Uma conclusão forte para os gregos, pois para eles todos os deuses eram Belos, Venturosos e Sábios. A partir deste ponto, Sócrates evoca uma mulher, estrangeira e sacerdotisa, chamada Diotima. Muitos autores modernos questionam a existência real de Diotima, conforme se pode ler, por exemplo, em:

Diotima, Socrates' great teacher from the Symposium, a work by Plato was one of the most influential women thinkers of all time, whether she was a real person or a literary fictional character. (MARVIM, 2000)

Talvez Sócrates, ao criar Diotima, tivesse como estratégia se defender contra apostasia, pois seu pensamento leva os ouvintes a concluir que Eros não é um deus. Pensamento muito arriscado para a época, pois este, para muitos gregos, era o melhor dos deuses, adorado e proclamado! Em princípio, uma boa estratégia, ao evocar uma terceira pessoa, sendo esta uma mulher e estrangeira, a qual não era considerada cidadã pelos concidadãos gregos...

Diotima, de maneira impressionante e precisa, utiliza o método socrático no próprio Sócrates para fazê-lo concluir que Eros não é um deus, mas um daemon. Sendo esta mais uma razão por acreditar na não existência desta mulher.

Diotima explica a Sócrates o que é um daemon: um intérprete e mensageiro, que “[...] leva aos deuses assuntos humanos e traz aos homens instruções divinas” (p.93). Ao ser o intermediário entre os deuses e os homens,

Eros conhece a carência dos homens e a plenitude dos deuses.

E, não sendo um deus, Eros não possui as virtudes pertencentes aos deuses, tais como, ser belo, forte, poderoso, imortal e, principalmente, sábio. Por ser carente destas virtudes e conhecer o mundo supra-sensível, ele deseja ardentemente a beleza e a sabedoria (virtudes sinônimas para os gregos). Isto vai ao encontro direto do que Diotima categoricamente afirma:

Deus algum filosofa ou deseja torna-se sábio, pois já é. Da mesma forma, qualquer outro, se é sábio, não filosofa. Tampouco filosofam os ignorantes, nem desejam ser sábios. O que irrita na ignorância é precisamente isso: há pessoas que não são distintas nem sensatas, e declaram-se satisfeitas. Ora, quem ignora que lhe falta algo, não sente necessidade de nada (p.95). “Os que filosofam são os que se encontram em um término meio entre os extremos, os sábios e os ignorantes, e a este grupo pertence Eros. Como Eros ama o belo, é simples perceber que Eros é amante da sabedoria, ou seja **Eros é filósofo**, posicionado entre o sábio e o ignorante”.

Isto, de certa forma, pode ser observado em pedagogos modernos como, por exemplo, pode ser lido a seguir.

Os gregos diziam que a filosofia nasce da surpresa. Em termos psicológicos isso é verdadeiro se aplicado a qualquer conhecimento no sentido de que todo conhecimento deve ser antecedido de uma sensação de sede. (VIGOTSKI, 2004, p.145)

Diotima não termina aí. Ela continua de maneira exemplar quem são aqueles que buscam o conhecimento verdadeiro. Para ela, o saber verdadeiro está “[...] no território das coisas mais belas [...] Eros é desejo voltado ao belo”. Ela também afirma que “[...] o filósofo ocupa um lugar entre o saber e a ignorância [...]”, concluindo de maneira esplêndida que “[...] é imprescindível que Eros seja filósofo” (p.95) e “[...] o belo é seu destino” (p.97).

Diotima avança mais profundamente e se desejar o bem é possuir o bem, desejar o belo é possuir o belo. Para ela, então, buscar o belo erotizado é buscar a imortalidade. Pois, não se deve apenas possuir o belo, mas possuí-lo sempre (p.99).

Se for assim como Diotima afirma a Sócrates, ***Eros (amor) é um agente pedagógico***, pois ele pode ser um modelo e fonte de inspiração a todas as pessoas em todos os tempos na busca da sabedoria e do conhecimento.

Infelizmente, o erotismo (afetividade) no aprendizado foi suprimido ao longo da história, dando lugar a uma educação obrigatória, tornando o aprendizado insensível. Vigotski alerta sobre isso, alertando:

Todos perdemos, em conseqüência dessa educação, o sentimento imediato da vida e, por outro lado, o método insensível de aprendizagem dos objetos desempenhou importante papel nessa insensibilização do mundo e esterilização do sentimento. (VIGOTSKI, 2004, p.144)

Vigotski (2004, p.144, grifo nosso) brinca ao perguntar seriamente “Quem entre nós já pensou que fonte inesgotável de excitações emocionais radica em um curso comum de geografia, astronomia ou história [...]”. Para isso ocorrer, um resgate de Eros ou erotização é fundamental no processo de ensino-aprendizagem atual.

2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRISA, L. Sócrates O mestre que desafiou o homem a se conhecer, Revista Nova Escola: grandes pensadores, edição 179, jan-fev/2005. Disponível em: <<http://www.smec.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-praxis-pedagogicas/GRANDES%20MESTRES/socrates.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

CENTURIÓN, Diosnel. Investigación, Método y Estilo. Normas Técnicas para trabajos académicos, científicos y periodísticos. Curitiba: CRV, 2012.

FONSECA, M. J. M. Sócrates, Millenium on-line, 1999. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/millenium/4.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

FREIRE, P. PEDAGOGIA DA AUTONOMIA Saberes necessários à prática educativa, 16ª ed., São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

MARVIN, C. Diotima of Mantinea, The Window Philosophy on the Internet, 2000. Disponível em: <<http://www.trincoll.edu/depts/phil/philo/phils/diotima.html>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

PLATÃO. O Banquete, Porto Alegre, RS: L&PM, 2011. 1ª edição. 176 p.

VIGOTSKI, L. S. Psicologia Pedagógica, 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2004.

5. NOTA BIOGRÁFICA

Patrícia Torres de Souza Cardoso

Graduada em Letras – Inglês pela Universidade Federal do Espírito Santo (1999), cursa Letras - Espanhol – Português pela Universidade Federal do Espírito Santo, Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Estadual da Bahia (2007), Especialista em Gestão Educacional pela Universidad Americana (2010), Mestre em Educação pela Universidad Americana (2011) e doutoranda em Educação pela Universidad Americana, Asunción, PY. Professora estatutária da Prefeitura Municipal de Vitória desenvolvendo pesquisas nas áreas de Avaliação, Afetividade e Ludicidade.

Ricardo Estigarríbia Velázquez

Graduado em Engenharia Civil, mestre em Gestão Ambiental, Doutor em Ciência da Educação. Professor na Facultad de Recursos Naturales de la Universidad Nacional de Formosa UNaF, Argentina; Facultad de Ciencias y Tecnología de la Universidad Católica UCA de Asunción; Facultad de posgrado: Universidad Autónoma de Asunción, UNINORTE, grupo IDEIA do Rio de Janeiro – Universidad Americana, grupo IPCP de Fortaleza, Brasil.

Antônio Luiz Mattos de Souza Cardoso

Graduado em Ciência da Computação (UFSCar, 1988), especialista em Gestão Empresarial (FAESA, 1998), mestre em Informática (UFES, 2003) e Doutor em Educação (UFBA, 2010). Trabalhou na Xerox do Brasil (1990-2003) como analista de sistemas e gerente de desenvolvimento de software. Foi professor no CEFET-BA (2004-2006), professor na UFBA (2006-2009) e, atualmente, é professor na UFES (2009-...) e Chefe de Departamento no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE / UFES).

ANTROPOCENTRISMO E MEIO AMBIENTE

Simone Ferreira Conforto (sissaconforti@yahoo.com.br)

Resumo: Este artigo busca verificar como a teoria de Gaia, de James Lovelock se relaciona com o pensamento complexo de Morin e a teoria da teia de Frijot Capra contribuindo para construir um mundo onde todos no planeta formem um só com ações e consciência planetária, buscando inserir nas escolas projetos de natureza ecológica, ambiental e sustentável.

Palavras-chave: Gaia; Pensamento Complexo; Consciência; Planetária-Sustentável.

Resumem: Este artículo pretende determinar cómo se relaciona la teoría Gaia de James Lovelock para el pensamiento complejo de Morin y la teoría de Frijot Capra contribuyendo a construir un mundo donde todo el planeta forman un único con acciones y conciencia planetaria, tratando de introducir en la escuelas eco-naturaleza, proyectos ambientales y sostenibles.

1. INTRODUÇÃO

“No caminho do guerreiro, cabe a você discernir o que foi tecido pelos fios divinos e o que foi tecido pelos fios humanos. Quando você principia a discernir, você se torna... um guerreiro sem armas. Porque os fios tecidos pela mão do humano formam pedaços vivificados pelo seu espírito. Essa mão gera todos os tipos de criação. Muitas coisas fazem parte de você para se defender do mundo externo, geradas pela sua própria mão e pelo seu pensamento. Quando você descobre o que tem feito da sua vida e como

é a sua dança no mundo, desapega-se aos poucos das armas, que são criações feitas para matar criações. De repente, descobre-se que, quando paramos de criar o inimigo, extingue-se a necessidade de armas.” (Kaká Werá) Para responder a esta questão, é importante ler este livro no qual diversos personagens fazem apologia a Eros. Sócrates é o personagem crucial da obra, todavia não se pode colocá-lo como um apologista de Eros e, por causa de seu pensamento, Eros torna-se um “agente educativo”.

“Quando a Terra estiver devastada e os animais desaparecendo, vai surgir uma nova tribo, formada pelas mais variadas cores, raças etnias; e por suas ações e proezas a Terra tornar-se-á novamente verde.”

E surgirão de todas as cores e raças, os guerreiros e serão conhecidos como guerreiros do arco-íris.

Já dizia profecia dos povos sabedores que os guerreiros renascem para resignificar estas teorias complexas tais como a visão de Gaia James E. Lovelock ao trazer evidências científicas que demonstrando que de fato a Terra é um superorganismo, dotado de autorregulação. Nas partes desses sistemas, porém, temos a responsabilidade individual em mantê-las, preservando a Terra saudável para as futuras gerações.

A idéia de que a Terra é viva pode ser tão antiga quanto à humanidade. Neste sentido entram os gregos com uma deusa chamada Gaia. Além disso, antes do século XIX até mesmo cientistas trouxeram a noção de uma Terra viva. Relacionando a Terra viva e os elementos nutrientes da Terra, e a forma como o sol destila água dos oceanos para que torne a cair como chuva e refresque a terra.

Essa visão holística de nosso planeta não persistiu no século seguinte. A ciência estava se desenvolvendo rapidamente e logo se fragmentou numa coletânea de profissões quase independentes.

A Terra também foi vista do espaço pelos olhos mais discernentes dos instrumentos, e foi esta ótica que confirmou

a visão que James Hutton teve de um planeta vivo. Vista à luz infravermelha, a Terra é uma anomalia estranha e maravilhosa entre os outros planetas do Sistema Solar. Nossa atmosfera, o ar que respiramos mostrou-se escandalosamente fora de equilíbrio, quimicamente falando. É como a mistura de gases que penetra no coletor de um motor de combustão interna, ou seja, hidrocarbonetos e oxigênio misturados, enquanto nossos parceiros mortos - Marte e Vênus - têm atmosferas de gases exauridos por combustão.

A composição da atmosfera emite um sinal tão forte na faixa infravermelha que poderá ser reconhecida por uma espaçonave a grande distância do Sistema Solar. As informações que ela transporta são evidências, à primeira vista, da presença de vida.

Se a atmosfera instável da Terra for capaz de resistir e perseverar, e não se tratava de um evento casual, então isto significaria que o planeta está vivo - pelo menos até o ponto em que compartilha com outros organismos vivos a maravilhosa propriedade da homeostase, a capacidade de controlar sua composição química e se manter bem quando o ambiente externo está mudando.

Quando, baseado nessa evidência, foi trazida novamente à baila a visão de que nos encontrávamos sobre um superorganismo - e não uma terra para explorar. Mas este argumento não foi bem recebido. Muitos cientistas o ignoraram ou o criticaram sobre a base de que não era necessário explicar os fatos da Terra. Conforme disse o geólogo H. D. Holland: “Vivemos numa Terra que é o

melhor dos mundos somente para aqueles que estão bem adaptados ao seu estado vigente”. O biólogo Ford Doolittle (1981) disse que para manter a Terra em estado constante favorável à vida precisaríamos prever e planejar, e que nenhum estado desse tipo conseguiria evoluir através da seleção natural. Em suma, disseram os cientistas, que a idéia era teleológica e intestável. Dois cientistas, entretanto, pensaram de forma diferente; um deles foi a eminente bióloga Lynn Margulis e o outro o geoquímico Lars Sillen. Lynn Margulis foi minha primeira colaboradora (Margulis e Lovelock, 1974). Lars Sillen morreu antes que houvesse uma oportunidade. Foi o romancista William Golding (comunicação pessoal, 1970) quem sugeriu usar o poderoso nome Gaia para a hipótese de que parecia estar viva a Terra.

Nos últimos dez anos, tais críticas foram rebatidas - por um lado devido a novas evidências e por outro devido a um modelo onde o crescimento competitivo de plantas de coloração clara e outras de coloração escura em um mundo mágico mostram-se mantenedor do clima planetário constante e confortável face à grande mudança na emissão de calor do planeta. O modelo é bastante homeostático e pode resistir a grandes perturbações não apenas na emissão de calor como também na população vegetal. Ele se comporta como um organismo vivo, mas não são necessárias previsões ou planejamentos para sua operação.

As teorias científicas não são julgadas tanto por estarem certas ou erradas quanto o são pelo valor de suas previsões. A teoria de Gaia já se mostrou tão frutífera nestes termos que por ora pouco importaria se estivesse errada. Um exemplo, tirado dentre tantas

previsões, foi a sugestão de que um composto seria sintetizado por organismos marinhos em larga escala para servir de portador natural de enxofre do oceano para a Terra. Sabia-se na época que alguns elementos essenciais à vida, como o enxofre, eram abundantes nos oceanos, mas encontravam-se em processo de exaustão em pontos da superfície da Terra. Segundo a teoria de Gaia, se faz necessário um portador natural: as rochas, o ar e os oceanos são entidades fortemente conjugadas. Sua evolução é um processo único, e não vários processos separados estudados em diferentes prédios de universidades. Ela tem um significado profundo para a biologia. Afeta até a grande visão de Darwin, pois talvez não seja mais suficiente dizer que os indivíduos que deixarem a maior prole terão êxito. Será necessário acrescentar a cláusula de que podem conseguir contanto que não afetam adversamente o meio ambiente.

A teoria de Gaia também amplia a ecologia teórica. Colocando-se as espécies e o meio ambiente juntos - algo que nenhum ecologista teórico fez, até nascer, bem recentemente com Frijot Capra, uma visão em teia e Morin em rede.

Pela primeira vez temos, a partir desses modelos novos, modelos ecológicos uma justificativa teórica para a diversidade, para a riqueza rousseauiana de uma floresta tropical para o emaranhado banco darwiniano. Esses novos modelos ecológicos demonstram que, à medida que aumenta a diversidade, também aumentam a estabilidade e a resistência, hoje chamada biodiversidade. Agora podemos racionalizar a repugnância que sentimos pelos excessos dos negócios agrícolas, queimadas, Finalmente temos uma razão para nossa ira

contra a eliminação insensata de espécies e uma resposta para aqueles que dizem tratar-se de sentimentalismo.

Não precisamos mais justificar a existência de florestas tropicais úmidas sobre as bases precárias de que elas podem conter plantas com drogas capazes de curar doenças humanas. A teoria de Gaia nos força a ver que elas oferecem muito mais que isso. Dada sua capacidade de transformar enormes volumes de vapor d'água, elas servem para refrescar o planeta propiciando-lhe a proteção solar de nuvens brancas refletoras. Sua substituição por lavoura poderia precipitar um desastre em escala global.

Um sistema complexo sempre começa com a ação de um organismo individual. Se esta ação for localmente benéfica para o meio ambiente, ela então poderá se difundir até que acabe resultando um desenvolvimento global. Gaia sempre opera assim para atingir seu bem maior. Não há previsão ou planejamento envolvido. O inverso também é verdadeiro, e qualquer espécie que afete o meio ambiente desfavoravelmente está sentenciada, mas a vida continua. Será que isto se aplica aos seres humanos atualmente?

Estaremos fadados a precipitar uma mudança do atual estado confortável da Terra para um quase certamente desfavorável para nós, porém, confortável para a biosfera de nossos sucessores? Por sermos conscientes, há alternativas, tanto boas quanto más. Por certos caminhos, o pior destino que nos aguarda é sermos alistados como os médicos e as enfermeiras de um planeta geriátrico com a infundável e intangível tarefa de buscar

eternamente tecnologias capazes de mantê-lo adequado ao nosso tipo de vida - algo que até bem pouco tempo atrás recebíamos gratuitamente.

Gaia funciona a partir do ato de um organismo individual, que se desenvolve para o desenvolvimento sustentável social e global. Envolve ações pessoais e grupais. Você bem pode perguntar: "E o que posso fazer?" Quando procuro agir pessoalmente em favor de Gaia através do cuidado com a terra, acho útil pensar em três elementos mortais: combustão, gado e moto-serra. Devem existir muitos outros, mas uma coisa que você deve fazer é comer menos carne de boi. Agindo assim, e se os médicos estiverem certos, você poderá estar fazendo um bem a si próprio; ao mesmo tempo, poderá estar reduzindo as pressões sobre as florestas dos trópicos úmidos. Ser egoísta é humano e natural. Mas se preferirmos ser egoísta no caminho correto, então a vida pode ser rica e ainda assim consistente com um mundo adequado para os nossos netos, bem como para os netos de nossos netos.

2. CONCLUSÃO

Existe uma nova visão unificada pós-cartesiana implicando na matéria viva que necessita de uma mudança radical na convivência entre humanos e animais, portanto o que há é uma nova forma sistêmica de ver o mundo e que uma relação das estruturas vivas e a terra se baseiam no surgimento espontâneo de uma nova ordem que seria a base da criatividade intrínseca da vida. Este potencial é atingido através da comunicação que determinam o surgimento

de uma linguagem e postura ecológica e consciente diante da terra.

A contestação pós-moderna traz em si um novo paradigma. O paradigma ecológico que traz uma percepção e fazem uma boa conexão com a teoria da complexidade, conquistando uma visão unificada da vida e da consciência planetária e sustentável para o nosso planeta Gaia.

Como estas idéias poderão ser aplicadas para beneficiar o planeta? Utilizando-se uma visão mais ecológica e pedagógica.

Esta artigo objetiva inserir nas escolas, uma visão de grande consciência planetária; fazer com que os alunos respeitem o planeta em toda sua transformação em um outro mundo possível; admite que o respeito e a discussão dos direitos humanos são a base para a construção de um outro mundo possível dentro da educação e cidadania contribuindo para que os aprendentes surdos e/ou ouvintes se tornem cidadãos conscientes e atuantes, trazendo diferentes olhares e perceptivas para promoção e garantia de direitos humanos, além dos ambientais e ecológicos terminado com as dificuldades e apontado pra um mundo com maior desenvolvimento ambiental trazendo verdadeiramente paz e justiça social.

Por tanto, algumas questões serão abordadas, e visando trabalhar conceitos de ecologia, nas escolas e projetos ambientais:

1) Atuando na área da educação ambiental: fazendo trilhas, retirando lixo, reciclando, assistindo e participando de debates, filmes, visitas às exposições e ainda, de projetos,

enfim, contribuindo para um futuro melhor por meio deste enfoque ambientais, ampliar e promover a conscientização dos alunos nas escolas e da comunidade e sua real participação na construção deste mundo, através de um aprender e fazer constante, a fim de criar e se relacionar no mundo de forma cidadã.

2) Buscando formas de ampliar ações, no sentido da participação dos alunos nas discussões e questões ambientais, sociais e econômicas.

O que se quer dizer com isso é que:

Acreditamos que projetos com este possam realmente integrar a escola à comunidade como um todo, nesta visão multidisciplinar da escola e suas disciplinas, que não são de forma alguma estanques mas buscam um contexto.

Estes projetos pretendem estabelecer nas escolas uma nova visão, que possa contribuir para a reflexão em relação ao processo de ensino e aprendizagem, colaborando para uma abordagem conceitual, respeitando a situação multicultural dos surdos e ainda promovendo as novas tecnologias que respeitem diferença dos surdos e sua especificidade e alteridade, assim como integrar a educação de surdos e ouvintes num grande foco ecológico planetário e ambiental.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUDRILLARD, Jean. "Simulacro e Simulação". Lisboa, Relógio D'água, 1981.

CAPRA, Frijot, Conexões Ocultas- circulo universitário-São PAULO, 2002.

A Teia da Vida- Circuito das ciencias-IAS sSão Paulo-1996

CONFORTO, Simone. "A Aprendizagem de História: um trabalho em construção". Revista espaço-tecnico informativo do ines vol 45

LOVELOCK,JAMES. Gaia –cura para um planeta doente- editora cultrix- 2006

A vingança de gaia -1ª edição brasileira edit intrinseca - 2006

FOUCAULT, Michel. "Microfísica do Poder". Rio de Janeiro, Gaal, 1999.

GUILHAUME, Marc. "La Contagion de Passions: essai sur l'exotisme intéticur". Paris, Plen, 1989.

MORIN, Edgar. "A Sociedade da Mente". Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1999.

_____. "Introdução ao Pensamento Complexo". São Paulo, Papirus, 1999.

SANTAELLA, Lúcia. Navegar no Ciberespaço". São Paulo, Palus, 2004.

SCHAFF, Adam. "A sociedade da informática". São Paulo, Brasiliense, 1990.

SILVA, Marcos. "Sala de Aula Interativa". Rio de Janeiro, Quarter, 3ª. Edição, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu. "O Sujeito da Educação". Petrópolis, Vozes, 2002.

VELOSO, João Paulo dos Reis. "Terceira Revolução Industrial". Rio de Janeiro, José Olympio, 1989.

4. NOTA BIOGRÁFICA

Simone ferreira conforto

Sou doutoranda em educação vinculada á area das ciencias da educação na univ americana (assuncpy),mestre em educação na unesa,cursei ciencias sociais na uff.

Sou professora e convivi desde sempre nas escolas junto com minha mãe professora!!por isso sempre fui muito envolvida com educação, atualmente sou professora de sociologia e história em libras no INES-RJ-adoro trabalhar com surdos,pois eles são parte da minha vida, estou sempre aprendendo com eles a importancia de sua lingua e cultura.

E,sempre gostei de implementar no ines projetos de ecologia e meio ambiente com meus alunos surdos,sempre levando-os as vária trilhas e visitas a jardim botânico e recicloteca buscando desenvolver a consciência ecologia e planetária com meus educandos surdos.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PÓS-MODERNA

Carlos Sigmund M. Fonseca (carlos.sigmund@gmail)

Resumo: Este artigo visa descrever os desafios da escola pós-modernidade, destacando a inserção do ser humano nos aspectos social e tecnológico e sua expansão. O pós-modernismo é um movimento social que ganhou impulso a partir da segunda metade do século XX. Enfatiza a construção de competência para a autonomia e para a emancipação de relações de trabalho alienadas, para a compreensão do mundo e para sua transformação. Destaca a afirmação do indivíduo como ser, pensante, reflexivo, criativo, face à globalização da economia e das comunicações, relatando o papel da escola mediante a globalização. As escolas devem construir sua identidade pautada na construção do Projeto Político Pedagógico de forma que atenda as demandas e anseios da sociedade da qual está inserida, valorizando a reflexão crítica sobre a prática, onde todo educador deva acreditar que mudanças são possíveis e que ensinar não é um ato de simplesmente transferir conhecimento.

Palavras-chave: Educação Pós-Modernidade; História; Tecnologia.

Resumen: Este artículo pretende describir los desafíos de la postmodernidad de la escuela, haciendo hincapié en la integración de los seres humanos en la expansión social y tecnológico. El postmodernismo es un movimiento social que cobró impulso a partir de la segunda mitad del siglo XX. Destaca la construcción de la competencia para la autonomía y la emancipación de las relaciones de trabajo alienado, para entender el mundo y su transformación. Destaca la afirmación del individuo como ser, de pensar, reflexivo, creativo, dada la globalización de la economía y las comunicaciones, que documenta el papel de la escuela por la globalización. Las escuelas deben construir su identidad sobre la base de la construcción del Proyecto Político Pedagógico con el fin de que cumpla con las demandas y aspiraciones de la sociedad que se inserta, valorando la reflexión crítica sobre la práctica, en el que cada educador debe creer que el cambio es posible y la enseñanza que no es un acto de simple transferencia de conocimiento.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo visa percorrer na História da Educação Pós-Moderna, aponta o papel da escola neste contexto tornando-se atraente e fascinante ao mesmo tempo. Nesta percebemos os avanços de cultura, da tecnologia, do pensamento educacional voltado para a formação do indivíduo como ser pensante, crítico e reflexivo face ao mundo globalizado.

A escola Pós-Moderna tem sua proposta fundamentada no Projeto Político Pedagógico sendo este voltada para atender as demandas e proposta frente à comunidade da qual esta inserida construindo assim sua identidade. Pois diante da invasão tecnológica forma-se uma nova geração a cada década, e nesta visa-se alcançar objetivos e metas em

curto prazo considerando e respeitando a diversidade cultural.

Mostra ainda que na educação Pós Moderna seu alvo principal é o aluno, é para que se tenha uma educação de qualidade o professor deve estar voltado para a formação continuada, dando ênfase a sua formação.

2. EDUCAÇÃO PÓS-MODERNIDADE

Nos dias atuais podemos considerar o pós-modernismo como um movimento do futuro, sendo que a cada década temos uma nova geração. Pois a cada geração temos a negação da modernidade, no entanto não se tem uma identidade própria. Neste contexto destacamos a invasão avassaladora da tecnologia eletrônica, que causa a negação da identidade no indivíduo de forma generalizada ou uma desintegração dos mesmos na sociedade.

Nesse sentido uma educação pós-moderna, seria aquela que considera a diversidade cultural, portanto uma educação multicultural.

O homem pós-moderno está inserido a sociedade que busca suas finalidades, envolvendo com as minorias, com pequenas causas, buscando alcançar metas e objetivos pessoais a curto prazo, não prendendo a finalidades de médio a longo prazo, pois estes torna-se obsoletos, diante de um mundo globalizado. Ele busca a sua afirmação do indivíduo como ser, pensante, reflexivo, criativo, face à globalização da economia e das comunicações. O que se chama de pós-modernidade ou pós-modernismo é um

movimento sócio-cultural que ganhou impulso a partir da segunda metade do século XX.

Gonçalves cita (SANTOS, 1986. p.7-8)

Pós-modernismo é o nome aplicado às mudanças ocorridas nas ciências, nas artes e nas sociedades avançadas desde 1950, quando, por convenção, se encerra o modernismo (1900-1950). Ele nasce com a arquitetura e a computação nos anos 60. Cresce ao entrar pela filosofia, durante os anos 70, como crítica da cultura ocidental. E amadurece hoje, alastrando-se na moda, no cinema, na música e no cotidiano programado pela tecnociência (ciência + tecnologia invadindo o cotidiano com desde alimentos processados até microcomputadores) sem que ninguém saiba se é decadência ou renascimento cultural.”

O pós-modernismo se expande cada vez mais, dentre os mais variados e complexos setores da sociedade, abrangendo os fenômenos políticos sociais, econômico, educacionais. O pós-modernismo vai além de um movimento filosófico é um paradigma sócio cultural baseado em novas premissas para a vida da sociedade humana. Para tanto, observa-se ao longo do processo algumas informações que alimentam essa discussão do pós-moderno, em um contexto que obriga, pelo menos, uma flexibilização de visões e conceitos, sobre os quais ainda hoje pesa uma crosta de dogmatismos e determinismos. O relacionamento entre a pós-modernidade e a teoria crítica, sociologia e a filosofia é ferozmente contestado e os termos pós-modernidade e pós-modernismo são geralmente difíceis de distinguir, sendo o

primeiro muitas vezes o resultado do posterior, eles se entre laçam entre si. O pós-modernismo é um movimento contemporâneo e o que sustenta esse paradigma é a comunicação. Esta por sua vez destaca-se por uma linguagem composta por signos. Os signos podem ser digitais ou analógicos. Os primeiros são as letras, números, palavras, porque são descontinuos e arbitrários, os segundos destaca-se as imagens, fotos, graficos.

No entanto a escola pós modernismo, por sua vez deve estar inserida e aberta a acompanhar esse processo historico fundamentada em teoria e pratica, visando atender os anseios da comunidade da qual esta inserida, fundamentanda no Projeto Politico Pedagógico. De acordo com Goncalves (revista. fundacaoaprender)

O conhecimento humano passa a ser visto com o auxílio de outros vetores, os quais evoluem de posturas disciplinares, interdisciplinares, multidisciplinares para atitudes transdisciplinares. Para se compreender tal evolução de pontos de vista, é mister que se faça uma apreciação destes termos: A atitude disciplinar frente ao conhecimento humano, como já se viu, é fruto da visão cartesiana moderna que tinha no processo mental da análise sua base interpretativa, seguindo a suposição de que para conhecer o todo é preciso compreender as partes. No início do século XX, esta visão foi substituída por duas outras, que coexistiram durante várias décadas: a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade ou pluridisciplinaridade. A primeira diz respeito a uma transferência de método de uma disciplina para outra, abrindo espaços, algumas vezes, para o aparecimento de novas

contribuições no campo das ciências, mas seus objetivos permanecem afeitos ao âmbito das disciplinas.

A escola Pós Moderna é lugar de concepção, realização, construção e avaliação de seu projeto educativo, no entanto faz-se necessário organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos, tendo iniciativa e responsabilidades, mesmo que as esferas administrativas não lhes de condições necessárias para levá-la adiante.

Os educadores carecem do domínio do conhecimento histórico filosófico como um espaço conceitual. O mesmo deve urgentemente ultrapassar a formação cultural, que reforça o velho vício, pensar a contradição, inovando, sendo empreendedor de seu processo ensino aprendizagem, capacitando-o. Cabe ao professor fazer uma avaliação do seu próprio ser, resgatando sua identidade profissional, desenvolvendo sua capacidade de autocrítica e reflexão, permitindo assim quebrar os muros da insegurança, do medo de inovar e principalmente de pesquisar. Perrenoud afirma (2000, p.37)

A dinâmica de uma pesquisa é sempre simultaneamente intelectual, emocional e relacional. O papel do professor é relacionar os momentos fortes, assegurar a memória coletiva ou confiá-la a certos alunos, pôr à disposição de certos alunos, fazer buscar ou confeccionar os materiais requeridos para o experimento.

Na escola pós-moderna o professor é referencia fundamental, tanto intelectual como social na formação do aluno. O progresso das teorias filosóficas pós-modernas exige novas formulações para a Ciência, sendo que o grande desafio da educação é promover os surgimentos de novos usos de acesso a novos grupos de comunicação, atendendo as normas de desenvolvimento aos alunos estabelecidos pela UNESCO, aprender a aprender, aprender a ser, aprender a conviver e aprender a fazer.

3. A Pós Modernidade e suas Tecnologias.

O desafio na educação é o de promover o surgimento de novos usos do acesso à internet, novas comunidades, novos grupos de interesse, que exige a mobilização de novas competências e desenvolvam novas habilidades, tanto para a construção individual quanto coletiva do conhecimento. O alvo principal neste contexto é o aluno, para tanto a busca por metodologias diferenciadas devem ser constantes, sempre respeitando as necessidades, diferentes ritmos, formas diferenciadas de aprender, e a classe social que este esteja inserido. A pesquisa constante e a formação continuada, nos espaços e tempos da ação de cada docente, devem ser perseguidas como parte de todo o trabalho educativo.

Partindo da proposta de Paulo Freire, em termos educacionais, resalta-se uma proposta antiautoritária, onde professores e alunos ensinam e aprendem juntos, engajados num diálogo permanente. Esse processo não deve estar presente apenas na sala de aula, mas em um círculo cultural constante. Sobretudo

ensinar exige apreensão da realidade, bom senso, respeito e autonomia do ser educador. Um dos grandes desafios em desenvolver competência e habilidade no aluno, esta em trabalhar a partir da representação dos alunos. Despertado e valorizando o conhecimento adquirido do aluno. O professor deve utilizar de competência essencialmente didática, dialogando e aproximando o do conhecimento científico. Morin ressalta (2004, p. 101)

A compreensão do outro requer a consciência da complexidade humana. Assim, podemos buscar na literatura romanesca e no cinema a consciência de que não se deve reduzir o ser à menor parte dele próprio, nem mesmo ao pior fragmento de seu passado. Enquanto, na vida comum, nos apressamos em encerrar na noção de criminoso aquele que cometeu um crime, reduzindo os demais aspectos de sua vida e de sua pessoa a este traço único, descobrimos em seus múltiplos aspectos os reis gângsters de Shakespeare e os gângsters reais dos filmes policiais. Podemos ver como um criminoso pode se transformar e se redimir como Jean Valjean e Raskolnikov. Podemos enfim aprender com eles as maiores dalições de vida, a compaixão do sofrimento dos humilhados e a verdadeira compreensão.

A proposta da escola Pós Modernidade é a de que todos a aprendemos a lidar com a diversidade tecnológica, diversidade cultural, com a pluralidade, construindo e identificando-se com o processo de identidade onde aluno e professor possam construir uma relação diária de crescimento do conhecimento sem nenhum tipo de barreira. Esta relação irá trazer ganhos significativos para a evolução da sociedade

em que se respeita esta proposta de escola. A história humana tem mostrado que sociedades que não promovem esta diversidade tende a um retrocesso cultural e social.

É notório e evidente que a escola e profissional que não estiver aberta, inserido no processo tecnológico e globalizado, não atenderão as demanda de formação do ser humano, como ser pensante, reflexivo, participativo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola Pós-Moderna tem que estar atenta aos desafios e as mudanças ocorridas através das novas gerações, acompanhando, desenvolvendo e contribuindo para as novas mudanças cultural e social estando inseridas e embasadas na teoria e na prática.

Concluimos que para a escola Pós-Moderna garantir e alcançar seu objetivo com êxito, faz-se necessário que esta esteja sempre aberta ao diálogo, se auto avaliando e se permitindo as mudanças necessárias tanto no âmbito filosófico como sociológico.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<http://www.eps.ufsc.br/disciplinas/fialho/Juliana/Resumo/CONC.html>
< acesso em 19- 07-2012 as 20:55 h:>

<http://www.cefetsp.br/edu/eso/lourdes/posmodernismoeducacao.html>

<http://revista.fundacaoaprender.org.br/index.php?id=116>

<http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%B3s-modernidade#P.C3.B3s-Modernismo>
<acesso em 19-07-2012 as 20:45 h>

População e tecnologia, questões centrais da pós-modernidade
www.multiciencia.unicamp.br/artigos_06/a_01_6.pdf Similares
Formato do arquivo: PDF/Adobe Acrobat - Visualização rápida <acesso em 19-07-2012 as 20:55 h>

PERRENOUD, Philippe. Dez Novas Competências para Ensinar. Porto Alegre: Arte Médicas Sul, 2000.

<http://www.soartigos.com/artigo/11939/DESAFIOS-DA-EDUCACAO-POS-MODERNA/> <acesso em 19-07-2012 as 21:00 h>

MORIN, Edgar: Os setes saberes necessários à educação do futuro. 6. Ed.- São Paulo : Cortez; Brasília , DF; UNESCO, 2002.

6. NOTA BIOGRÁFICA

Carlos Sigmund Meneses Fonseca

Graduado em Engenharia da Computação com especialização em redes de computadores. Sou professor da Faculdade Maurício de Nassau localizada na Cidade do Natal, Rio grande do Norte, Brasil. Titular com dedicação exclusiva no curso de redes de computadores. Estou fazendo Mestrado em Ciências da Educação pelo instituto ideia na Faculdade americana em Assuncion Paraguay. Meu projeto de pesquisa consiste no estudo de tecnologias para o ensino a distância. Trabalhei para as maiores empresas de Tecnologia do Brasil e internacionais na área de TI para Petrobras. Possuo certificações Microsoft e Linux como treinamento em ITIL V3, CCNA Cisco.



ARTIGOS
SAÚDE

A IMPORTÂNCIA DA ODONTOLOGIA PARA AS GESTANTES

Arlanjo Bispo de Sousa Marques - (arlanjomarques@hotmail.com)

Resumo: Este trabalho consiste em uma revisão da literatura que aborda a relação entre odontologia e gestação, tanto em aspectos fisiológicos – transmissibilidade de microorganismos orais da mãe para a criança – quanto em aspectos psicológicos – percepção das condições de saúde bucal pelas gestantes. A gestação é um período especial na vida da mulher, no qual ela se torna mais receptiva à modificação de hábitos já adquiridos e à aquisição de novos comportamentos. Nesse contexto, é extremamente importante que o profissional conheça como a gestante percebe sua condição bucal, pois é a partir dessa percepção que ela irá moldar seu comportamento. Para os serviços de saúde, é a partir desse conhecimento que podem ser desenvolvidos programas educativos multidisciplinares que priorizem o pré-natal odontológico e garantam a precocidade da educação odontológica.

Palavras-chave: Gestação; Cárie Dentária; Percepção.

Resumem: Este trabajo consiste en una revisión de la literatura que aborda la relación entre la odontología y el embarazo, tanto en aspectos fisiológicos – transferencia de microorganismos orales de la madre al niño – como en los aspectos psicológico-percepción de las condiciones de salud oral para las mujeres embarazadas. El embarazo es un momento muy especial en la vida de una mujer, en la que ella llega a ser más receptiva a la modificación de hábitos ya adquiridos y la adquisición de nuevas conductas. En este contexto, es extremadamente importante que los profesionales sepan cómo las mujeres embarazadas se da cuenta de su condición oral, porque es de esta realización que darán forma a su comportamiento. Para los servicios de salud, es de este conocimiento que se puede desarrollar programas educativos multidisciplinares que priorizan el dental prenatal y garantizan la precocidad de educación dental.

1. INTRODUÇÃO

A partir da introdução dos novos conceitos de promoção à saúde bucal, a abordagem preventiva de gestantes em função da sua saúde bucal e da saúde bucal dos seus futuros bebês tem sido tema de diversas publicações na área da saúde coletiva, da clínica odontológica geral e da odontopediatria (Brandão e Silva,

2006). A gestação é um momento único para cada mulher. É o momento oportuno para se estabelecer relações saudáveis entre mãe e feto, é a fase em que as mulheres estão mais receptivas às informações e aquisição de novos hábitos (França e Sobreira, 1999).

Apesar de propor e executar alguns programas preventivos para a gestante, a odontologia tem falhado em não adotar uma prática mais eficaz, direcionada, abrangente e acessível a este grupo populacional (Medeiros e Ferreira, 1995). Os acompanhamentos pré-natais raramente incluem abordagens odontológicas, e quando o fazem, geralmente é sob forma de palestras, sem oportunidade para o controle e avaliação das condições de saúde bucal da gestante e do bebê, na fase pré-dentada. As informações às gestantes são fragmentadas, não sistematizadas e pouco divulgadas, associando promoção de saúde bucal com presença de dentes e com eventos patológicos decorrentes do irrompimento dos mesmos (Medeiros, 1995). Assim, a gestante fica desprotegida e à margem do progresso atual do conhecimento científico no tocante às relações materno-fetais e suas implicações na saúde bucal (Medeiros, 1995).

O objetivo deste trabalho é sistematizar as informações de acordo com evidências científicas disponíveis na literatura sobre a gestação e odontologia e conscientizar os profissionais acerca da importância de um manual informativo que aborde os problemas de saúde bucal da gestante, tanto em nível individual, quanto em nível coletivo.

2. DESENVOLVIMENTO

A idéia de que a mãe é a principal fonte de transmissão de microorganismos orais para os seus filhos foi inicialmente sugerida por Keyes (1960), através da utilização de modelos animais, onde verificou-se que o

microorganismo responsável pelo início do processo cariioso era transmitido vertical e diretamente entre as gerações, de indivíduos infectados para aqueles não infectados. (Tanzer, 1995; Caufield, 1997). Um grupo de bactérias fenotipicamente semelhantes foi relacionado como sendo o principal componente bacteriano envolvido na cárie humana: são os *Streptococos mutans* (Caufield, 1993). *S. mutans* e em menor extensão, *S. sobrinus* são as principais espécies bacterianas que iniciam a cárie dental humana (Seow, 1998).

Aaltonen (1991) investigou 284 crianças e relacionou a incidência de cárie que estas apresentaram com a incidência de cárie das mães e a frequência de contatos salivares destas mães com seus bebês até sete meses de idade. Analisou novamente as mesmas crianças na idade de 4 anos e constatou que a cárie dental ocorreu em 32% das crianças. O consumo frequente de comidas e bebidas açucaradas ingeridas pelas mães estava associado com um aumento na incidência de cárie materna. As mães que tiveram mais contatos salivares com seus filhos foram as que deram mais guloseimas a eles, comparadas com as que não tinham contatos salivares.

Considerando que a aquisição precoce dos estreptococos do grupo mutans é um fator de risco para o desenvolvimento de lesões cariosas nas crianças e que a transmissão desses microorganismos é dependente do nível de colonização apresentado pelas mães, Torres et al. (1999) analisaram a situação bucal de gestantes residentes na cidade de Bauru-SP. Foram amostradas 50 gestantes na faixa etária de

16 a 37 anos, de baixo nível sócio-econômico e que faziam acompanhamento pré-natal no Núcleo de Assistência às Gestantes. Esses resultados demonstram que as gestantes albergam elevados níveis salivares de estreptococos do grupo mutans compatíveis com a transmissão precoce para os seus filhos. A detecção desses microorganismos, em contagens altas na saliva materna, irá favorecer a transmissão durante a irrupção da dentição decídua das crianças, sendo o desenvolvimento das lesões cáries fortemente dependente do momento em que ocorreu a infecção e a precoce colonização geralmente associada com maior prevalência de cárie dentária (Torres et al., 1999).

Os estudos de Thorild et al. (2002) procuraram estabelecer a prevalência e a possível relação da colonização bucal por *S. mutans* em pares mãe - filho (crianças com 18 meses e 3 anos de idade) sustentando através de resultados o conceito da transmissão vertical, enfatizando a importância dos componentes dietéticos e justificando medidas preventivas primárias de ação direta nas mães com altos níveis de colonização. Klein et al. (2003) verificaram através do acompanhamento por 20 meses de 16 pares de mãe - filho, cujas crianças tinham inicialmente 6 + 2 meses de vida, que as mães foram as principais fontes de infecção por *S. mutans* de seus filhos, havendo uma taxa de ocorrência de transmissão vertical de *S. mutans* e *S. sobrinus* em 81,3% e 83,3%, respectivamente entre os pares. Caulfield (1993) em seu estudo, demonstrou que as crianças experienciam um período de maior tendência em adquirir *S. mutans*. A este período ele chama de janela de infectividade e a idade média da aquisição inicial foi de 26 meses.

Ressalta ainda que outra janela de infectividade esteja presente quando começarem a irromper os permanentes, entre 6 e 12 anos.

Zanata et al. (2003) avaliaram a efetividade de um programa de saúde bucal, iniciado durante a gestação, sobre a experiência de cárie de primigestas e seus filhos. Oitenta e uma gestantes, pertencentes a classes sociais pouco favorecidas, foram selecionadas com base no diagnóstico clínico de lesões de cárie ativas e foram divididas aleatoriamente em grupo controle ou experimental. As medidas preventivas foram aplicadas durante a gestação e 6 e 12 meses após o parto. Ambos os grupos receberam abordagem educativa e o grupo experimental recebeu adicionalmente tratamento com antimicrobianos e adequação bucal utilizando cimento ionômero de vidro. A prevalência de crianças cárie-ativas com a idade de dois anos foi de 33,3% no grupo controle e 14,7% no grupo experimental. O número médio de superfícies com lesões de cárie foi maior para as crianças do grupo controle quando comparadas às do grupo experimental (6,3 x 3,2).

A gestação é um período especial na vida da mulher, onde os cuidados com a saúde devem ser maiores e no qual ela torna-se mais sensível à adoção de novos hábitos e comportamentos. Por isso mesmo, talvez seja o momento mais adequado para analisar como ela percebe sua condição bucal, e a partir daí desenvolver programas educativos e/ou preventivos direcionados às suas reais necessidades (Silva et al., 2006). A importância de se entender como a pessoa percebe sua condição bucal está no fato de que seu comportamento é condicionado por

essa percepção, pela importância dada a ela, pelos seus valores culturais e experiências passadas no sistema de saúde. Mesmo nos países mais desenvolvidos e que oferecem serviços odontológicos à sua população, uma grande parcela não os frequenta porque não tem percepção de sua necessidade (Silva et al., 2006).

Brandão et al. (2006), verificaram a relação entre cárie precoce, variáveis sócio-comportamentais e percepção pessoal dos pais sobre quem ou o que controla a determinação de eventos na vida, incluindo atitudes, expectativas e crenças no aprendizado. Foram envolvidas 110 crianças de 24 a 35 meses de idade em Araraquara-SP. Um questionário foi respondido pelas mães, cujo conteúdo incluía informações referentes às características sócio-econômicas, comportamentos e atitudes relacionadas à saúde bucal da criança. Tendo em vista que a cárie precoce se desenvolve inicialmente em superfícies lisas, facilmente acessíveis à rotina de escovação, os níveis de higiene bucal têm sido associados ao risco de cárie. Neste sentido, a presença de biofilme, em incisivos superiores, tem sido considerada como fator de risco para a cárie dentária. A justificativa para tal ocorrência está no fato de a criança adquirir seu próprio hábito de escovação e uso do fio dental através da observação direta e cópia do comportamento da mãe.

A gestação representa uma experiência humana complexa que envolve uma dimensão social, na qual há a influência de diversos fatores externos, e outra biológica, em que é necessário o equilíbrio entre as condições orgânicas

para o desenvolvimento do feto e o sistema imunológico da mãe (Barbieri et al., 2000). Offenbacher et al. (1996; 1998) descreveram um mecanismo biológico através do qual a doença periodontal da gestante pode contribuir para a ocorrência de parto pré-termo e/ou baixo peso ao nascer, uma das principais causas de mortalidade infantil. Tal estudo demonstrou que a presença de doença periodontal resulta em um risco 7,5 vezes maior de partos prematuros. Mencionam também que a infecção periodontal pode ser responsável por aproximadamente 18% dos casos de partos prematuros, sendo, portanto, um fator de risco mais forte do que o hábito de fumar ou o consumo de álcool. Estudos posteriores confirmam esta associação. Cruz et al. (2005) realizaram um estudo do tipo caso-controle com 302 mulheres, sendo 102 mães de nascidos vivos de baixo peso (grupo caso) e 200 mães de nascidos vivos com peso normal (grupo controle). 57,8% dos casos apresentavam doença periodontal contra apenas 39% dos controles; 13,7% dos casos e 7,5% dos controles portadores de doença periodontal apresentavam-na sob a forma generalizada. Ambos os resultados mostraram diferença estatisticamente significativa. Na análise final, verificou-se que entre os portadores da doença, a chance do filho apresentar baixo peso ao nascer era cerca de duas vezes maior que entre aquelas sem a doença. Constatou-se também que mães com nível de escolaridade menor ou igual a quatro anos de estudo e portadores da doença periodontal, tiveram chance quatro vezes maior de ter filho de baixo peso ao nascer, quando comparadas àquelas sem essa patologia.

Konish (1995) afirma que o nível de saúde bucal da mãe tem relação com a saúde bucal da criança. Os pais, particularmente as mães, determinam em grande parte os hábitos que os filhos adotarão. Segundo Freire et al. (2000), os profissionais de saúde bucal são os agentes que criam as normas e, portanto, desempenham um importante papel na transmissão destas às mães, que por sua vez as interpretam e transmitem à criança. Blinkhorn (1981) afirma que se hábitos saudáveis são ensinados em idade precoce, as ações educativas em saúde a serem implantadas tardiamente podem se basear no esforço de rotinas já estabelecidas. Desta forma, a população-alvo para os programas de educação em saúde bucal que têm como objetivo, estabelecer, ao invés de modificar rotinas, são as mães de crianças jovens e até mesmo as gestantes. Freire (2000) afirma que membros da equipe de cuidados primários à saúde, incluindo médicos generalistas, obstetras, pediatras, enfermeiros, nutricionistas e agentes de saúde, que estão numa excelente posição para discutir o problema da cárie antes da primeira visita ao dentista, influenciam a saúde bucal da gestante e do recém-nascido.

A literatura relata que os *Streptococos mutans* apresentam um período ideal para sua efetivação. O clássico estudo de Caufield et al. (1993) indica que os *Streptococos mutans* são transmitidos em um período definido de tempo, denominado janela de infectividade, que pode se alterar de acordo com as características epidemiológicas, sociais e culturais da população estudada (Caufield; Horowitz, 1998).

Klein et al. (2003) e Emídio et al. (2003) em seu estudo – acompanhamento por 20 meses de 16 pares de mãe-filho – concluíram que as mães foram as principais fontes de infecção por *Streptococos mutans* de seus filhos e que não houve transmissão horizontal entre as crianças que compartilhavam a mesma sala de uma das EMElS de Piracicaba-SP. Além disso, sugeriram que além das mães, há outras fontes alternativas de transmissão. O conhecimento relacionado à etiologia da doença transmissível cárie dentária e o papel da mãe nesta transmissão possibilitou a compreensão de que a redução dos níveis de microorganismos orais maternos, durante o período de erupção dos dentes decíduos, influi consideravelmente na colonização da microbiota oral da criança e em suas futuras experiências de cárie. Torres et al., (1999) em análise da situação bucal de 50 gestantes da cidade de Bauru, verificaram uma correlação dos níveis de infecção na relação mãe-filho, através da demonstração de idêntico perfil entre ambos, dando suporte à noção de transferência a partir das mães, o que sugere que a transmissão do microorganismo está provavelmente confinada dentro de discretos pareamentos familiares. Tais resultados confirmaram os achados de Köhler; Bratthall (1978) que observaram correlação entre o grau de infecção com experiência de cárie, ou seja, elevadas contagens estavam associadas com maior risco à cárie dentária, incluindo lesões em superfície lisa. Os resultados obtidos mostraram que, entre as gestantes selecionadas, 8 (16%) apresentaram 1.10 UFC/ml (Unidade Formadora de Colônia por mililitro), 12 (24%), 5.10 UFC/ml e 10 (20%), 2,5.10 UFC/ml, favoráveis à precoce transmissão para suas crianças, o que indica a

necessidade de desenvolver-se um programa preventivo específico destinado às gestantes, visando a prevenção da transmissibilidade de bactérias cariogênicas a seus futuros filhos. Em sua análise, Zanata observou que o incremento da cárie na dentição da mãe apresentou correlação significativa com a incidência de cárie na dentição das crianças. Tais dados suportam a evidência de associação entre cárie na primeira infância e a influência significativa de fatores maternos.

Há uma relação entre percepção dos pais, cárie precoce e variáveis sócio-comportamentais. Nesse contexto, o estudo de Brandão et al. (2006) permitiu identificar uma associação entre escolaridade paterna e cárie precoce, sendo tal fato semelhante ao observado por Fraiz (1993). Algumas hipóteses poderiam explicar tal associação: de acordo com Teitler (1999), o pai, numa visão mais recente, deixou de ser retratado unicamente como provedor, e sim como elemento crítico regulador – chave da instituição social família. Possuindo este melhor nível de escolaridade, teria aumentada a probabilidade de maior e melhor acesso a informações, atividades sócio culturais, melhor nível de autocuidado, podendo tais fatores refletir de forma positiva nos demais membros da família. Mas os resultados também demonstram que a criança adquire hábito de escovação e fio dental, mediante observação direta e cópia do comportamento materno. Reflexos disso são os resultados que indicaram que quanto mais positiva a atitude da mãe com sua saúde bucal, menor foi a experiência de cárie; e quanto mais positiva sua atitude com a saúde bucal de seu filho, menor foi a experiência de

cárie e melhor o nível de higiene bucal do mesmo. O referido estudo observou ainda que quando os pais receberam orientação sobre saúde bucal, ocorreram melhores níveis de higiene bucal, redução no nível de gengivite e manutenção desses resultados por maior período de tempo.

O saber feminino sobre o cuidado em saúde é construído socialmente, sendo influenciado pelo seu contato com os serviços de saúde, sua própria experiência no âmbito doméstico, transmissão de conhecimentos por antepassados e através dos meios de comunicação (Tezoquipa et al., 2001). Conflitam-se situações antagônicas: de um lado, o trabalho de cuidar, atividade inerente ao ser humano; do outro, as dificuldades impostas pela sociedade para a realização de tais atividades.

Através da análise realizada, observou-se que as mães apresentam uma grande preocupação com a saúde bucal atual, bem como o impacto que essa terá no futuro do filho. As entrevistadas parecem não querer para os seus filhos as mesmas experiências que elas consideram negativas. Segundo Vicente (1998), quando um filho é gerado, há uma modificação na identidade dos genitores. Um imaginário repleto de esperança é construído pelos pais. O mesmo autor afirma que somente um estado de extrema miséria ou incerteza (presente, por exemplo, em uma guerra) pode retirar das pessoas o sonho de um futuro melhor para os seus filhos. Cavalini (2000) afirma que os pais transmitem aos filhos suas fantasias, seus conhecimentos e suas experiências, moldando-os de acordo com suas condições psíquicas e com o grau de

maturidade em que se encontram. O estudo destacou a liderança feminina nas questões da saúde em uma família. Greenwood & Cheers (2003) afirmam que existe na sociedade, uma forte cobrança em relação ao que se considera papel da mãe. Questões sanitárias têm sido identificadas como um atributo essencialmente feminino. A manutenção da saúde bucal é um desses papéis.

Silva et al. (2006) constata que a mãe tem um importante papel na família, especialmente se a questão é sobre saúde, e que a gestação constitui um período no qual ela se encontra receptiva à incorporação de novas atitudes e comportamentos. O mesmo autor conclui ser extremamente importante conhecer como ela percebe sua condição bucal, pois é a partir dessa percepção que o indivíduo molda seu comportamento. Para os serviços de saúde é a partir desse conhecimento que podem ser desenvolvidos programas educativos visando maior esclarecimento das pessoas envolvidas. Desta forma, o planejamento de ações coletivas deve levar em consideração não somente a eficácia da intervenção (Mota, 1999; Amaral et al., 2003), mas sobretudo as percepções que os grupos específicos têm da sua realidade. Atitudes educativas tradicionais que apenas informem, podem ser insuficientes para uma mudança de atitudes (Roux, 1994; Kemm, 2003; Pereira, 2003). O serviço de saúde bucal deve ter clareza dessas questões para que as atividades coletivas sejam organizadas dentro desse contexto.

Segundo Torres et al. (1999), há uma necessidade premente de se desenvolver e implantar um programa preventivo, com

informações direcionadas às gestantes sobre o papel das principais bactérias cariogênicas e de seu próprio papel na transmissão; a importância do consumo do açúcar para o processo de início e progressão das lesões cáries; as técnicas de higienização da cavidade bucal, envolvendo o controle químico e mecânico da placa dentária, conscientizando e motivando as gestantes para melhorar a condição de sua saúde bucal, a fim de criar hábitos que venham a ser aplicados nos seus bebês. Todo esse programa poderia ser desenvolvido durante a etapa dos exames pré-natais, quando as gestantes poderiam despende maior tempo para a correta adequação da cavidade bucal e desenvolver uma gradual conscientização da importância de manter boas condições de saúde bucal que possibilitarão diminuir ou protelar a infecção nas suas crianças e, conseqüentemente, reduzir a experiência de cárie dentária na dentição decídua de seus filhos (Torres et al., 1999). König (1994) considera que o profissional de saúde tem a função de motivar seus pacientes na tentativa de levar a uma consciente mudança de comportamento em direção à condutas de baixo risco. Sheiham (1992) afirma que para a efetividade do esforço educativo, torna-se necessária uma abordagem integrada e multiprofissional incluindo os meios de comunicação social, os profissionais de saúde em geral e o pessoal não odontológico.

Dentro desta perspectiva, França & Sobreira (1999) afirmam que é tarefa essencial daquele que se responsabiliza pela atenção odontológica da gestante, integrar-se às equipes que promovem, acompanham e controlam a saúde da gestante e do bebê.

Destacam ainda o papel do cirurgião-dentista de trabalhar com as condutas necessárias para que as gestantes sejam responsáveis pela higienização bucal do seu futuro bebê e de reforçar, do ponto de vista odontológico, os cuidados e orientações pré-natais da equipe médica, com ênfase na amamentação e desmame, assumindo o comportamento das condições que vão influenciar a saúde bucal do seu futuro filho.

3. CONCLUSÃO

Durante a gestação, as transformações físicas, emocionais e psíquicas abrangem todo o organismo materno. Há uma correlação entre o grau de infecção da gestante (elevados níveis salivares de *Streptococos mutans*) e transmissão precoce de tais microrganismos para o seu filho. Daí a necessidade de o profissional propor um manual que sistematize e divulgue informações sobre saúde bucal da gestante e culmine na adoção de hábitos direcionados ao retardo da infecção primária pelos microrganismos cariogênicos e à redução da cárie dentária na dentição decídua de seus filhos.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aaltonen AS. The frequency of mother-infant salivary close contacts and maternal caries activity affect caries occurrence in 4 year-old children. *Proc. Finn Dent Soc* 1991; 87(3); 373-382.
- Barbieri MA, Silva AAM, Bettiol H, Gomes AV. Fatores de risco para a tendência ascendente do baixo peso ao nascer em nascidos vivos de parto vaginal no Sudeste do Brasil. *Rev. Saúde Pública* 2000; 34:596-602.
- Blinkhorn, AS. Dental preventive advice for pregnant and nursing mothers – sociological implications. *Int Dent J.* 1981. 31:14-22.
- Brandão IMG, Arcieri RM, Sundefeld MLM, Moimaz ASM. Cárie precoce: influência de variáveis sócio-comportamentais e do locus de controle da saúde em um grupo de crianças de Araraquara, SP. *Cadernos de Saúde Pública*, 2006; 22(6):1247-56.
- Caufield PW. Dental Caries – a transmissible and infectious disease revisited: a position paper. *Pediat Dent.* 1997; 19(8):491-8.
- Emídio TCS, Flório FM, Klein MI, Pereira AC, Hoffling JF, Gonçalves RB. Investigação genotípica de isolados de *Streptococcus mutans* provenientes de crianças que freqüentam creches In: 20ª Reunião anual da Sociedade Brasileira de pesquisa Odontológica – SBPqO, 2003, Águas de Lindóia. *Revista de Pesquisa Odontológica Brasileira*, 17:62, 2003.
- França AML, Sobreira M. Cuidados para gestantes, visando a saúde bucal do futuro bebê. Subsídios para o profissional da área odontológica. [Monografia]. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Odontologia; 1999.
- Freire MCM, Macedo RA, Silva WH. Conhecimentos, atitudes e práticas dos médicos pediatras em relação à saúde bucal. *Pesq. Odont. Brasileira* 2000; 14(1):39-45.
- Greenwood G, Cheers B. Womem, isolation and bush babies. *Rural and Remote Health* 2. 2003
- Horowitz HS. Research issues in early childhood caries. *Community Dent Oral Epidemiol.* 1998; 26(1Suppl):49-61.
- Keyes PH. The infectious and transmissible nature of experimental dental caries. *Arch oral Biolog.* 1960; 1:304-20.

Kohler B, Bratthall D. Intrafamilial levels of Streptococcus mutans and some aspects of the bacterial transmission. Scand J Dent Res. 1978; 86(1):35-42

Konig KG. Implications of changes in caries prevalence on research. Int Dent J. 1994; 44(4 Supl):451-6.

Konish, F. Odontologia para gestantes. Rev. APCD 1995; 49(1):27

Medeiros UV, Ferreira NA. Prevenção à cárie através da dieta. Revista Brasileira de Odontologia 1995; 52(2):42-46.

Offenbacher S, Jared HL, O' Reilly PG, Wells RS, Salvi GE, Lawrence HP et al. 17 - Potential pathogenic mechanisms of periodontitis - associated pregnancy complications. ANN Periodontal 1998; 3:233-50.

Roux GI. La prevencion de comportamientos de riesgo y la promocion de estilos de vida salubre em el desarrolo de la salud. 1994; 28(2):223-233.

Sheiham A. The role of the dental team in promoting dental health and general ealth through oral health. Int Dent J. 1992; 42:223-228.

Seow WK. Biological mechanisms of early child hood caries. Community Dent Oral Epidemiol. 1998; 26(1 suppl):8-27.

Silva SRC, Rosell FL, Júnior AV. Percepção das condições de saúde bucal por gestantes atendidas em uma unidade de saúde no município de Araraquara, São Paulo. Rev. Brás. Saúde Materno-Infantil 2006; 6(4):405-410.

Tanzer JM. Dental caries is a transmissible infections disease: the keyes and Fitzgerald revolution. J Dent Res. 1995; 74(9):1536-42

Tezoquipa IH, Monreal MLA, Santiago RV. El cuidado a la salud em el âmbito doméstico: inteacion social y vida cotidiana. Revista de Saúde Pública 2001; 35(5):443-450.

Thorild I, Lindau-Jonson B, Twtman S. Prevalence of salivary Streptococcus mutans in mothers and their preschool children. In J Pediatr Dent 2002; 12(1):2-7.

Torres SA, Rosa OPS, Akyosh N, Silveira AMM, Bretz WA. Níveis de infecção de streptococcus do grupo mutans em gestantes. Rev. Odont. Univ. São Paulo 1999; 13(3):225-231.

Zanata RL, Navarro MFL, Pereira JC et al. Effect of caries preventive measures directed to expectant mothers on caries experience em their children. Braz. Dent. J, 2003; 14(2):75-81.

5. NOTA BIOGRÁFICA

Arlanjo Bispo de Sousa Marques

Licenciado em Biologia; Licenciado em Física; Especialista em Inspeção Escolar; Especialista em Supervisão, Especialista em Orientação Educacional; Especialista em Administração Escolar; Especialista em Tecnologia da Informação e Comunicação para a Educação Básica (TICEB); Mestrando em Saúde Pública (Universidade Americana); Professor de Biologia e Empreendedorismo e Gestão na rede Estadual de Ensino do Estado de Minas Gerais.

PREVALÊNCIA DE MORTE POR DOENÇAS CARDIOVASCULARES E OS FATORES DE RISCOS ASSOCIADOS

Claudenice Rodrigues do Nascimento - (cal@ccs.ufpb.br)

Hugo Enrique Méndez Garcia - (espanhol@ccs.ufpb.br)

Andréa Fernanda Ramos de Paula - (Fernanda.biologia@hotmail.com)

Débora Thyares Fonseca do Nascimento Pereira da Silva - (deborathyares@hotmail.com)

Resumo: O alto índice de óbitos por causa morte mal definida foi o agente motivador do presente trabalho. Através da investigação dos mesmos desenvolveu-se uma análise da distribuição espacial da mortalidade por doenças cardiovasculares associadas a fatores de risco como o Diabetes mellitus, hipertensão, tabagismo e dislipidemia, entre os casos que deram entrada no Serviço de Verificação de Óbitos (SVO) do município de João Pessoa na Paraíba. Para tal, realizou-se a análise dos dados contidos nas Declarações de Óbitos (DOs). Constatou-se a prevalência de óbitos na faixa etária acima de 60 anos, sendo a maior incidência entre o sexo masculino. As principais causas evidenciadas no estudo com relação a esses óbitos estão relacionadas: problemas cardiovasculares (35,77%), seguida de edema pulmonar agudo (12,05%), tromboembolismo pulmonar (17,34%), acidente vascular cerebral (13,55%) sendo 5,25% hemorrágico e 2,94% isquêmico, pneumonias (12,73%) e (4,33%) septicemia.

Palavras-chave: Hipertensão; Diabetes mellitus; Doenças Cardiovasculares.

Resumem: La alta tasa de muertes por causas mal definidas de la muerte fue el motivador de este trabajo. A través de su investigación se desarrolló un análisis de la distribución espacial de la mortalidad por enfermedades cardiovasculares asociadas a factores de riesgo como la diabetes mellitus, la hipertensión, el tabaquismo y la dislipidemia, entre los casos recibidos en el Servicio de Investigación de Muerte (SVO) de João Pessoa, en Paraíba. Para ello, llevamos a cabo el análisis de los datos contenidos en las Declaraciones de la Muerte (DOs). Se encontró que la prevalencia de las muertes en el grupo de edad superior a 60 años, con una mayor incidencia en los hombres. Las principales causas evidenciadas en el estudios con respecto a estas muertes están relacionadas con: problemas cardíacos (35,77%), seguido por edema agudo de pulmón (12,05%), la embolia pulmonar (17,34%), accidente cerebrovascular (13, 55%) siendo de 5,25% hemorrágico y 2,94% isquémico. la neumonía (12,73%) y (4,33%) septicemia.

1. INTRODUÇÃO

Os indicadores de saúde aferidos pelas estatísticas de mortalidade são medidas indiretas de saúde coletiva e epidemiológicas e muito utilizados para avaliar o nível de vida de uma determinada população. A mortalidade proporcional por causas mal definidas, muito elevadas em algumas regiões brasileiras, dificulta a alocação de recursos pelos gestores de saúde pública e a identificação de fatores de risco, doenças e agravos a saúde. As doenças cardiovasculares representam a principal causa de mortalidade e incapacidade no Brasil e no mundo (LOPEZ, 1993; MURRAY et al., 1996). Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2002 ocorreram 16,7 milhões de óbitos, dos quais 7,2 milhões foram de Doença Arterial Coronariana (DAC) (GUIMARÃES, 2006). Estima-se para 2020, que esse número possa se elevar a valores entre 35 e 40 milhões (GUIMARÃES, 2006). Seu crescimento acelerado em países em desenvolvimento representa uma das questões de saúde pública mais relevante do momento.

O Brasil desde a década de 40 vem passando por um processo de inversão das curvas de morbidade e mortalidade em que se observa um declínio por doenças infecciosas e um concomitante aumento na mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis. Esse processo chamado de fenômeno da transição epidemiológica ocorreu em todos os países hoje desenvolvidos onde a população de idosos é cada vez mais expressiva. O Infarto agudo do Miocárdio (IAM), no Brasil, foi responsável em 1996 por 22,4% dos óbitos. Em 1999 dos 76.310 óbitos por DAC, 75,6% foram por IAM (LESSA, 2003). Nos Estados Unidos, anualmente, 650.000 pacientes sofrem IAM novo e 450.000, IAM recorrente. A taxa de mortalidade precoce (30 dias) do IAM é de cerca de 30%, com mais da metade dessas mortes ocorrendo antes que o paciente infartado chegue ao hospital (KASPER et AL., 2006). Considerando o infarto agudo do miocárdio um estado de emergência, a identificação e o tratamento efetivo dos principais fatores de risco podem desempenhar um importante papel na sua prevenção. Um dos mais importantes estudos sobre fatores de

VARIÁVEL	BRASIL	MUNDO
Numero De Pacientes	1.027	12.985
Idade Mediana	61 ANOS	65 ANOS
Sexo Masculino	726 (71%)	9.184 (71%)
Tabagismo	62%	62%
Hipertensão	58%	52%
Dislipidemia	31%	37%
Diabetes Mellitus	22%	21%

Tabela 1- Perfil dos fatores de risco de pacientes com IAM no Brasil e no mundo. **Fonte:** Brasil,2008.

risco e IAM no Brasil, foi o estudo “Avaliação dos Fatores de Risco para Infarto Agudo do Miocárdio no Brasil” (AFIMAR) (PIEGAS et al., 2003). Esse foi um estudo caso-controle, de base hospitalar, planejado para avaliar a associação de fatores de risco convencionais e IAM na população brasileira. A análise multivariada demonstrou os seguintes fatores como de risco independentes para IAM. (TABELA 1).

Os fatores de risco para IAM são múltiplos e combinados, refletindo a heterogeneidade da doença. Esses variam desde os mais clássicos como sexo, idade, tabagismo, níveis elevados da lipoproteína de baixa densidade (LDL), diabetes mellitus, hipertensão, história familiar de DAC, obesidade, sedentarismo, ingestão de álcool, até os descobertos recentemente como alterações congênicas, lupus eritematoso sistêmico, entre outros. A aterosclerose é a principal causa de morte e incapacidade nos países desenvolvidos. Embora alguns fatores de risco generalizados ou sistêmicos predisponham ao seu aparecimento, a aterosclerose afeta várias regiões da circulação e gera manifestações clínicas distintas de acordo com o leito circulatório afetado. A aterosclerose das artérias coronárias geralmente causa IAM (KASPER et al., 2006). O tabagismo por sua vez, associa-se a maior morbidade e mortalidade por doença coronariana aterosclerótica (KANNEL & HIGGINS, 1990), que advém dos múltiplos efeitos deletérios causados pelo mesmo nos mecanismos de aterogênese e trombose (SAHGER et al., 1995). Na formação e na evolução da placa aterosclerótica, ele é capaz de produzir lesões endoteliais de forma direta, levando a maior oxidação da LDL e reduzindo a produção de lipídeos de alta densidade (HDL) (KASPER et al., 2006). O fumo tem levado a mais mortes por Doença Coronariana Crônica (DCC) do que o

câncer de pulmão ou doença pulmonar obstrutiva crônica. O risco de DCC aumenta com o número de cigarros fumados, duração mais longa no hábito de fumar e a idade mais jovem de iniciação do cigarro. O risco de DCC em fumantes do sexo masculino é duas (60 anos ou mais) a três (30 a 59 anos) vezes aquele de não fumantes, enquanto as mulheres que são fumantes atuais têm até quatro vezes o risco de primeiro infarto em relação àquelas que nunca fumaram. O Diabetes mellitus também se constitui como um importante fator para o desenvolvimento de doença cardiovascular, por interagir com fatores como hipertensão e hiperlipidemia, potencializando o risco. Além disso, pacientes com diabetes são conhecidos por ter alta propensão a doenças ateroscleróticas.

Considerando a importância epidemiológica do esclarecimento da causa morte de todos os casos de morte natural com ou sem assistência médica sem elucidação diagnóstica, foi instituído em portaria (Brasil 2006) a Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbitos (SVO) para programar a definição e o cumprimento de políticas de saúde. No item do artigo 8º a portaria determina que os SVO sejam implantados para realizar necropsias de pessoas falecidas de morte natural sem ou com assistência médica (sem elucidação diagnóstica), inclusive os casos encaminhados pelo Departamento de Medicina Legal. No SVO realiza-se necropsias clínicas, cujo objetivo principal é o diagnóstico que ocasionou o óbito, diferente de necropsia forense ou médico legal, que é realizada nos casos de óbitos devidos a traumas causados externamente como suicídios, homicídios e acidentes ou ainda nas circunstâncias disciplinadas na resolução do Conselho Federal de Medicina,

Nº 1.641/2002, com objetivo de determinar a causa e tempo estimado de morte, identificação do corpo e outros detalhes de interesse judicial. Ao contrário da necropsia forense, há uma lacuna na legislação brasileira concernente à prática de necropsias em caso de morte natural, havendo necessidade da autorização dos seus representantes legais para a realização do exame, considerando-se representantes legais os mesmos que são obrigados a fazer a declaração de óbito, de acordo com o art. 79 da lei de Registros Públicos e também regulado pela resolução nº 1.082/82 do Conselho Federal de Medicina. Entretanto para que o exame post-mortem traga benefícios é imprescindível que haja uma garantia de qualidade na necropsia, ou seja, quem a realiza deve ter conhecimento para ver o que procura e reconhecer o seu objetivo. Infelizmente, a precisão dos diagnósticos obtidos através da necropsia raramente é submetida a avaliações sistemáticas, salvo em instituições de ensino ou hospitais gerais com programas de residência médica em anatomia patológica, ou trabalhos esporádicos publicados em revistas médicas especializadas. Nos EUA, existe o Autopsy Committee of the College of American Pathologists, por exemplo, que publica manuais práticos de necropsias e promove melhorias através de programas de controle de qualidade com os laboratórios participantes (HUTCHINS, 1994; HUTCHINS et al. 1999; POWERS, 1997).

As doenças crônico-degenerativas estão por sua vez, entre as principais causas de óbito e internamentos em nossa população. Assim, as doenças infecciosas e parasitárias (DIP), que representavam 45,7%

do total de óbitos ocorridos no país em 1930, representaram apenas 5,9% dos óbitos com causas definidas no ano de 1999, comparação possível a partir da análise dos registros de óbitos para as capitais do país. Enquanto isto, as Doenças Cardiovasculares (DCV), seguindo uma tendência inversa, aumentaram sua participação de 11,8% para 31,3% do total dos óbitos ocorridos no mesmo período. Por sua vez, as doenças respiratórias, que, em décadas anteriores, não tinham uma participação expressiva na composição da taxa de mortalidade, apresentaram tendência à estabilidade na última década, figurando como a quarta causa de óbito na população total.

A declaração de óbito é o documento padrão do sistema de informação sobre mortalidade, utilizada pelos cartórios para a emissão de Certidão de Óbito (BRASIL, 2003). A resolução 1.779 do Conselho Federal de Medicina (BRASIL, 2005) regulamenta a responsabilidade do médico no fornecimento das declarações de óbitos, que são compostas por nove blocos, com um total de sessenta e duas variáveis. (QUADRO 1).

Nos requisitos que fazem parte do bloco VII, no atestado médico propriamente dito, devem ser anotadas as doenças, os estados mórbidos e as lesões que levaram ao óbito ou contribuíram para ele. Na parte I como causa imediata ou terminal, causas intermediárias e causas básicas, e na parte II, causa contribuinte. A causa básica da morte é definida como a doença ou lesão que iniciou a sequência de eventos patológicos que conduziram diretamente à morte (LAURENTINI, 1987), e deve ser criteriosamente definida devido a sua

Quadro 1 - Componentes da declaração de óbito.

- Bloco I** - Cartório, com seis variáveis.
- Bloco II** - Identificação, com 14 variáveis.
- Bloco III** - Residência, com cinco variáveis.
- Bloco IV** - Ocorrência, com sete variáveis.
- Bloco V** - óbito Fetal ou menor de um ano, com 10 variáveis.
- Bloco VI** - Condições e causa do óbito, com sete variáveis.
- Bloco VII** - Médico, com cinco variáveis.
- Bloco VIII** - Causas externas, com cinco variáveis.
- Bloco IX** - Localidade sem médico, com duas variáveis.

Fonte: (BRASIL, 05)

importância na tabulação para as estatísticas de mortalidade. O médico patologista deve evitar preencher os quesitos do atestado médico com diagnósticos imprecisos como: parada cardíaca, parada respiratória ou parada cardiorrespiratória, que traduzem sintomas ou modos de morrer, deixando omissa a causa básica (BRASIL, 2007). Há evidências que existe uma relação entre a precariedade dos registros de óbitos e as condições socioeconômicas de uma população. As estatísticas revelam altas proporções de causas mal definidas de óbitos nas regiões Norte e Nordeste. Nestas regiões, os indicadores de desenvolvimento são os mais fracos do país (PAES, 2005).

Laurenti e Buchalla (2000) destacam a necessidade de esclarecimento sobre a terminologia que usual e tradicionalmente se chama de causa. Em mortalidade, causa

pode significar doença, síndrome, processo patológico e até mesmo diagnóstico. Desta maneira, o que vem sendo chamadas, há décadas, de causas múltiplas de morte ou simplesmente múltiplas causas, seria mais apropriado chamar de múltiplas doenças ou associação de doenças (ou diagnósticos) responsáveis pela morte. Assim conservando o termo causa de morte, no sentido estrito, a análise de causas múltiplas de morte, deveria incluir todos os fatores; biológicos, ambientais, estilo de vida, responsáveis pela morte e não somente as doenças, isto é: a morte e sua multicausalidade.

Kochanek e Rosenberg (1995) expõem as aplicações dos dados sobre causa múltipla, dentre as quais destacam: descobrir possíveis associações de doenças que não são conhecidas clinicamente; oferecer informações sobre a natureza das lesões (para causas externas),

examinar a variabilidade das práticas quanto ao preenchimento dos atestados de óbitos; observações sobre maiores especificidades do que normalmente é disponível apenas como causa básica; conhecer a frequência e a importância das condições que contribuem para a morte, que muitas vezes não são selecionadas como causa básica; estabelecer a complexidade de condições mórbidas que medem o risco de mortalidade; observar certos perfis de ligação que podem ser comuns; usar dados de causas múltiplas em análises multivariadas, visando identificar novos problemas médicos.

Com a diminuição da mortalidade infantil e o declínio das doenças infecciosas, passou a predominar a mortalidade de adultos e idosos. Neste contexto o enfoque unidimensional das estatísticas de mortalidade restrita a tabulação de uma só causa - a causa básica de morte - não são suficientes para investigações epidemiológicas mais abrangentes, sinalizando para a necessidade de análises multidimensionais baseadas em causa de morte (REZENDE, 2004).

O estado da Paraíba apresentava um percentual de 29,7% para causas mortes indefinidas, o segundo pior posicionamento entre as unidades da federação (BRASIL, 2006). Neste trabalho destaca-se a importância da implantação do SVO no município de João Pessoa, PB; inaugurado em 31 de dezembro de 2002, para a identificação dos óbitos por causa morte mal definido e sem acompanhamento médico, bem como a detecção de doenças preexistentes associadas diretamente ao óbito, além de analisar a distribuição dos óbitos entre os grupos mais afetados,

associados a doenças cardiovasculares, Diabetes mellitus, hipertensão, tabagismo e dislipidemia, por sexo e idade.

2. MÉTODOS

2.1. SUJEITOS DA PESQUISA E PERÍODO DE ESTUDO

O estudo foi baseado nas informações constantes nas declarações de óbitos (DOs) ocorridos no período de janeiro a dezembro de 2010, abrangendo os municípios atendidos pelo SVO de João Pessoa, e disponibilizadas pelo Serviço de Verificação de Óbitos de João Pessoa, órgão subordinado à Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba. Utilizou-se também o protocolo de admissão contendo dados sobre história patológica pregressa dos falecidos.

2.2. VARIÁVEIS EM ESTUDO

2.2.1. VARIÁVEIS DEPENDENTES

- Causas básicas;
- Causas imediatas;
- Contribuintes de morte.

2.2.2. VARIÁVEIS INDEPENDENTES

- Idade
- Sexo

2.3. PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

A apresentação dos dados foi feita por meio de gráficos e tabelas, utilizando-se da mortalidade proporcional para estudar a distribuição dos óbitos em relação às variáveis de interesse, uma vez que o estudo tem como objetivo analisar as causas básicas de morte por IM e sua associação com fatores de riscos como Hipertensão e Diabete mellitus associados à idade e sexo. Foram analisados ainda os resultados dos exames microscópicos para a constatação da associação de doenças preexistentes associadas aos óbitos.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

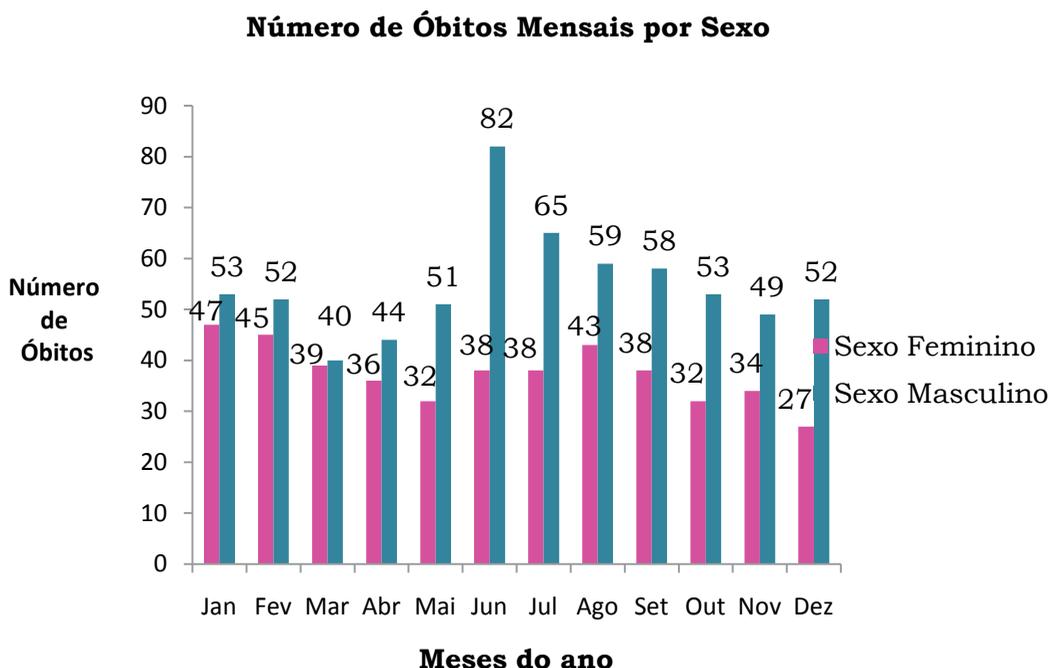
Todos os casos de morte súbita de pacientes com mais de 1 (hum) ano de idade foram selecionados, sendo coletados dados, como sexo, idade e causa da morte (básica e imediata) além de fatores de risco associados. Como critério para o diagnóstico de morte súbita foi utilizada a informação clínica escrita no pedido de necropsia, como, por exemplo, casos descritos como “paciente foi encontrado morto”, sem história pregressa ou com menos de 12 horas de evolução até o óbito. Foram utilizados os laudos definitivos das necropsias com base na macroscopia e na microscopia dos órgãos. Além do acompanhamento de algumas necropsias realizadas durante o período da pesquisa.

As alterações cardíacas mais frequentes nos idosos ocorrem no miocárdio (massa aumentada, depósito de lipofucsina, atrofia parda, degeneração basofílica,

tecido adiposo subepicárdico aumentado e depósito de amielóide), nas cavidades dos compartimentos (aumento do tamanho da cavidade atrial esquerda, diminuição do tamanho da cavidade ventricular esquerda, septo ventricular em forma de sigmóide), nas válvulas (depósitos calcificados na válvula aórtica, depósitos calcificados no ânulo da válvula aórtica, espessamento fibroso dos folhetos, tortuosidade dos folhetos mitrais), nas coronárias epicárdicas (tortuosidade, área luminal transversa aumentada, depósitos calcificados, placas ateroscleróticas), no sistema de condução, no pericárdio e na aorta (aorta ascendente dilatada, aorta torácica alongada, depósitos calcificados na junção sinotubular, fragmentação elástica e acúmulo de colágeno, placa aterosclerótica).

No período de janeiro a dezembro de 2008 foram registradas 1.107 autópsias no SVO de João Pessoa. A idade média desse grupo em estudo foi de 61,76 anos, sendo a idade mínima de 1(hum) anos e a máxima de 102 anos. Nessa amostra observou-se que pacientes do sexo feminino, (40,57%) apresentaram média de idade (59,43% anos) maior que a do sexo masculino (59,02 anos) no tocante a 59,43% dos casos. Os dados coletados originaram a seguinte tabela:

Dos 1.107 óbitos por causas não identificadas que deram entrada no Serviço de Verificação de Óbitos do estado da Paraíba no período analisado pela pesquisa, pode-se constatar de acordo com o gráfico 1 que a morte súbita ocorreu mais cedo no sexo masculino (**59,45 anos**) do que no feminino (**65,62 anos**). Gráfico 1.

Gráfico 1 - Número de óbitos Mensais por sexo.

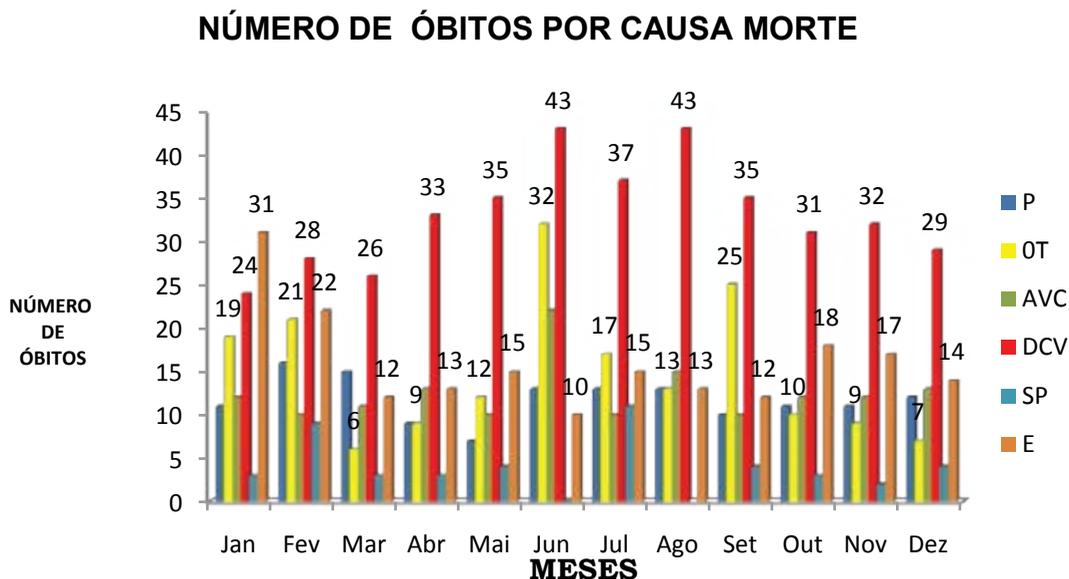
Fonte: o autor.

Os meses de junho e julho registram o maior índice de diferença entre os óbitos na população masculina em detrimento da feminina, contudo essa tendência de prevalência de óbitos entre os homens se faz evidente em todo o período analisado. Gráfico2.

A principal causa relatada como morte súbita esta relacionada a problemas cardiovasculares (35,77%), seguida de edema agudo de pulmão (12,05%), tromboembolismo pulmonar (17,34%), acidente vascular cerebral (13,55%) sendo 5,25% de AVC hemorrágico e 2,94%

de isquêmico, (12,73%) pneumonias e (4,33%) septicemia. Outras causas gerais puderam ser detectadas, correspondendo a um total de 16,29%.

As doenças da aorta, como dissecação ou rotura de aneurisma, foram encontradas em menos de 4% dos casos, levando a um choque hipovolêmico ou ao tamponamento cardíaco. Esses dados estão em conformidade com a literatura. Os casos de arritmia foram considerados apenas quando os pacientes apresentavam esse diagnóstico clinicamente comprovado com exame de eletrocardiograma, e não apenas com a suspeita

Gráfico 2 – Número de óbitos por causa morte no período de 2010.

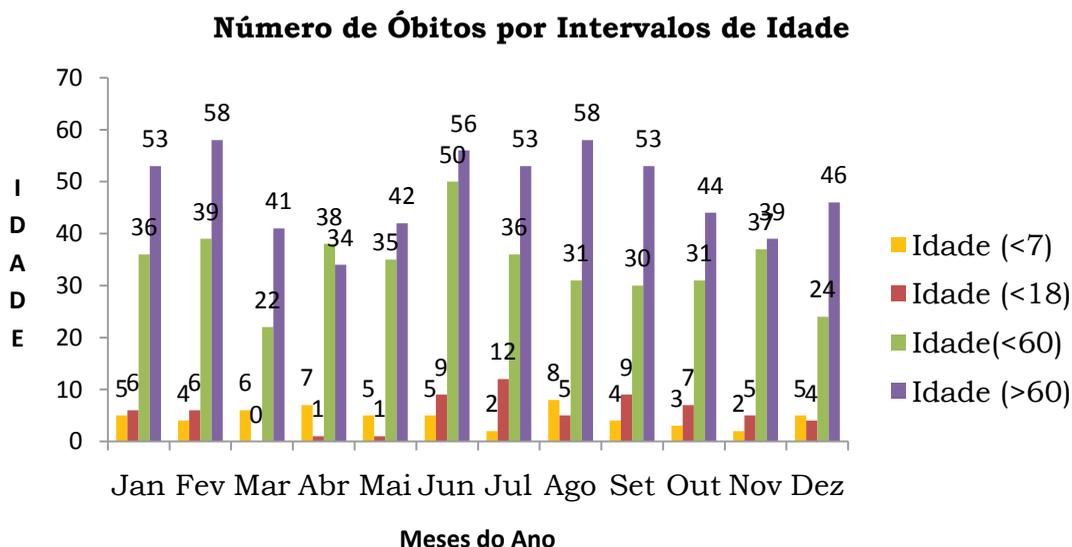
Fonte: o autor.

clínica. Outro dado interessante no trabalho foi que, ao correlacionar a idade com morte súbita, observou-se que os óbitos por AVC hemorrágico eram mais precoces (média de idade de 53 anos) do que por outras causas, como, por exemplo, IAM (média de 62,92 anos).

Murai et al 2001 e De la Grandmaison 2006, em uma recente revisão, citam também as doenças cardiovasculares, principalmente a coronariana, como as causas mais comuns de morte súbita, mas ressaltam a importância de estudos complementares para o diagnóstico, como o toxicológico e até

mesmo os moleculares, principalmente nos casos de morte de pacientes jovens, opinião compartilhada por Tester et al 2006. No presente trabalho não foram encontrados casos de morte por causa indeterminada.

Com relação à associação entre faixa etária e óbitos registrados, pode ser constatado (gráfico 3), que a população idosa foi a mais acometida, ressaltando sua prevalência em todos os meses analisados. O índice da população idosa foi de 52,12 % de todos os óbitos registrados no período de 2008, no SVO de João Pessoa- PB.

Gráfico 3 – Número de óbitos por intervalos de idade.

Fonte: o autor.

A principal moléstia associada às doenças cardiovasculares foi o diabetes mellitus (22,47%), seguida da hipertensão (13,63%), tabagismo (7,07%) e dislipidemias (4,29%). 52,52% dos casos não puderam ser associados a doenças preexistentes, por falta de dados clínicos e informações de âmbito familiar, sendo esses casos referidos como: fatores associados não identificados (FANI). A Tabela 3 ressalta a causa imediata mais comum (DCV) e a principal moléstia associada.

Conforme observado na tabela, os casos de morte por IAM foram mais profundamente analisados, procurando avaliar as doenças de base associadas às possíveis mortes. Entre as doenças associadas destacasse o Diabetes mellitus

registrando 89 dos casos, que representa um percentual de 22,47% das mortes por IAM, seguida pela hipertensão, 54 casos (13,63%) e o Tabagismo (28 casos - 7,07%). A dislipidemia representou apenas 4,29% (17 casos) o que nos leva a supor que o fator alimentação inadequada não interferiu de maneira significativa nas mortes por IAM.

O Diabetes mellitus pode ser apontado como a causa principal associado às mortes por IAM (Figura 7). Os fatores não identificados foram no total, responsáveis por 52,52% dos casos, o que evidencia a necessidade de uma maior atenção a análise dos dados clínicos preexistentes, quando apresentados, além da obtenção

Mortes por DCV	Doenças Associadas às Motes por DCV				
	Diabetes mellitus	Hipertensão	Tabagismo	Dislipidemia	FANI
396	89	54	28	17	208
100%	22,47%	13,63%	7,07%	4,29%	52,52%

Tabela 2 - Perfil dos fatores de risco associados às mortes por problemas cardiovasculares.

mais detalhada das informações por parte dos familiares. Contudo, com base nos dados gerais coletados se tornam evidentes as implicações ocasionadas pela diabetes mellitus o que sinaliza a necessidade de maior eficácia no combate e controle da mesma como prevenção das doenças cardiovasculares e isquêmicas.

A principal enfermidade associada às doenças cardiovasculares foi o diabetes mellitus (22,47%), seguida da hipertensão (13,63%), tabagismo (7,07%) e dislipidemias (4,29%). 52,52% dos casos não puderam ser associados a doenças preexistentes, por falta de dados clínicos e informações de âmbito familiar, sendo esses casos referidos como: fatores associados não identificados (FANI). A Tabela ressalta a causa imediata mais comum (DCV) e a principal moléstia associada.

4. CONCLUSÃO

Na área da saúde, as políticas e os programas visando o controle de doenças e mortes devem se basear em informações adequadas e oportunas sobre a natureza e

extensão dos problemas observados, seus determinantes e sobre o impacto causado nas populações. Estes programas e políticas são monitorados a fim de avaliar o alcance de suas metas e seus objetivos. Sem dúvida, as estatísticas de mortalidade por idade, sexo e causa de morte se constituem na forma mais usada internacionalmente para atender às necessidades de programação em saúde.

Entre as variáveis usuais em estudos de mortalidade, a causa morte vem se destacando como uma das mais importantes, especialmente, quando analisada sob as óticas do sexo e idade. Com o número crescente de pessoas vivendo até a oitava década ou mais, acompanhando o fenômeno de envelhecimento populacional, as enfermidades cardiorrespiratórias, que acometem a senilidade, tornaram-se mais frequentes, pois ocorre um aumento na prevalência de doenças crônico-degenerativas associadas à idade, principalmente as doenças cardiovasculares (DCV).

O Serviço de Verificação de Óbitos do Estado da Paraíba contribui, com a obtenção de informações sobre a causa morte e consequente de óbitos por

doença mal definida ou morte natural sem assistência médica. Além disso, podemos citar a sua contribuição, servindo como dados, para atender às necessidades de planejamento e programação em saúde.

Dessa forma, o SVO assume um papel de fonte de informação para a Secretaria de Saúde, permitindo a feitura de estatísticas precisas sobre as doenças mais frequentes, o que influi na política de saúde do Estado e do Município. Logo em seu primeiro ano de funcionamento, o número de óbitos sem causa morte definida foi reduzido em aproximadamente 5%, expressando o valor desse serviço para a comunidade.

Um exemplo prático da contribuição estatística do SVO para a política de saúde do Estado e do Município é o levantamento da importância de se desenvolver uma atenção integral a pessoas de sessenta anos ou mais e suas famílias com processos assistenciais, metodologias de intervenção coletiva e processos de educação, pelo fato de a maioria dos casos atendidos serem da terceira idade.

Contudo o diagnóstico de IAM em necropsias muitas vezes fica prejudicado, pois as alterações histológicas costumam ocorrer apenas após 12 horas do episódio. Se o paciente falecer antes disso, não é possível realizar esse diagnóstico avaliando macro e microscopicamente o miocárdio. O patologista costuma dar o diagnóstico de IAM, nesses casos, baseado em todo um conjunto de dados e informações, não só anatomopatológicos como também clínicos. Essa interpretação pode gerar

críticas metodológicas, pois os dados clínicos muitas vezes não são exatos, mas não se pode omitir que, na busca de um atestado de óbito mais específico, é o que acaba ocorrendo.

Uma abordagem mais aprofundada dos casos de morte súbita deveria ser realizada em todas as necropsias, como, por exemplo, avaliação histológica das coronárias para verificar roturas de placas ateroscleróticas e trombose. Entretanto, o custo elevado e a grande quantidade de casos impedem que esses procedimentos sejam realizados rotineiramente.

Igualmente, a morte súbita geralmente está associada às doenças cardiovasculares, variando segundo o sexo e a idade e dependendo da etiologia da enfermidade. Entretanto, mesmo nos casos em que é realizada a necropsia, muitas vezes não é possível se diagnosticar a causa exata, tanto pela falta de lesões histológicas, como no caso de IAM e arritmias cardíacas, e também pela possibilidade de outras doenças, como distúrbios hidroeletrólíticos, doenças metabólicas e/ou que necessitem de estudos mais complexos para serem diagnosticadas. O diagnóstico por diabetes mellitus foi referido como causa básica ou contribuinte em 89 declarações de óbitos, correspondendo a 22,47% dos casos de morte por doenças cardiovasculares, seguido pela hipertensão (54 casos), o que representa 13,63%, Tabagismo (28 casos) representando 7,07% e Dislipidemia, 17 casos o que representa 4,29%, ressaltando a coleta desses dados para a análise epidemiológica e elaboração de abordagens preventivas.

Assim sendo a obtenção da causa morte, a partir das necropsias, é o auxílio no entendimento da natureza da doença. Embora alterações morfológicas possam ser encontradas ao se realizarem as necropsias e mimetizarem enfermidades, apenas uma pequena parcela está associada à disfunção orgânica perceptível clinicamente.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, E. S.; MONTEN EGRO, M. R. **Morte súbita: definições, significado clínico e patogênese: o papel dos Ser viços de Verificação de Óbitos.** J Bras Patol, v. 35, n. 3, p. 159-64, 1999.
- BUSH, T.L.; BARREN, C.E. Cholesterol, lipoproteins and coronary heart disease in women. Clin Chem 34: 660-670, 1988.
- CARMO, E.H.; BARRETO, M. L.; SILVA JR.; SILVA, J. B. **Mudanças nos padrões de morbimortalidade da população brasileira: os desafios para um novo século.** Epidemiol. Serv. Saúde, jun. 2003, vol.12, no.2, p.63-75.
- CHOR, D. F.M.J.M.; Andrade, C.R.; Waissman, W.L. P.A. **Doenças cardiovasculares. Mortalidade precoce no Brasil.** Arq Bras Cardiol 1995;
- EDELWAISS, M.I. **Importância do estudo da necropsia,** Rev. HCPA & Fac. Med. Univ. Fed. Rio Gd. do Sul; 13(3):159-61, dez. 1993.
- FATTINE, C.A. **Anatomia fundamental,** 2ª edição. São Paulo: Atheneu, 1998. 184p.
- MARAFON, L.P. et al. **Preditores cardiovasculares da mortalidade em idosos longevos.** Cad. Saúde Pública, vol.19, n.3, Rio de Janeiro, jun. 2003.
- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia do Trabalho Científico: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações e trabalhos científicos.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992. 195p.
- LOTUFO, P.A. **Mortalidade precoce por doenças do coração no Brasil: Comparação com outros países.** Arq Bras Cardiol 1998; 70:321-5.

MANOLIO, T.A. et al: Cholesterol and heart disease in older persons and women: Review of an NHLBI workshop. *Ann Epidemiol* : 161-176.1992.

MICHALANY, J. **Anatomia patológica geral na prática médico-cirúrgica**. 2.ed São: Paulo: Artes Médicas, 1995.389p.

MURAI, T. et al. **Sudden death due to cardiovascular disorders: a review of the studies on the medico-legal cases in Tokyo**. *Keio J Med*, v. 50, n. 3, p. 175-81, 2001.

OLIVEIRA, B.M. J. F. **Conversando sobre Normatização de Textos Acadêmicos.**, 1.ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.209p.

Paes, N.A. **A geografia da mortalidade por causas dos idosos no Brasil. Anais do XII Encontro de Estudos Populacionais da ABEP**. v. 1. http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/saut18_3.pdf (acessado em 30/jul/2011).

Paes, N.A. Avaliação da cobertura dos registros de óbitos dos estados brasileiros em 2000. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo ,39 (6):882-90,2005.

ROBBINS, Stanley L.; et al. **Patologia Estrutural e Funcional**. 5. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 1996, p 458-459.

REZENDE, E.M.; SAMPAIO, I.B.M; ISHITANI, L.H. **Causas múltiplas de morte por doenças crônico-degenerativas: uma análise multidimensional**. *Cad. Saúde Pública* , Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, 2004 .

SÁNCHEZ, R. E. R. et al. **Muerte súbita: estudio de una serie de necropsias**. *Rev Cuba Med*, v. 27, n. 3, p. 24-34, 1988.

SANTO, A. H. **Causas mal definidas de morte e óbitos sem assistência**. *Revista da Associação Médica Brasileira*, v.54, n.1, São Paulo, jan./fev.2008.

SANTO, A. H. **Equivalência entre revisões da classificação internacional de Doenças: causas morte**. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v.4 n.1 p.21-8,2000.

SEGURA, M. E.A; ROCHA, E. M.; LOURENÇO, A. A.; VELOSO, M. G. P.; MORAES, W. C. **Comparação entre os diagnósticos clínicos e os achados de necropsia: análise retrospectiva de 680 pacientes**. *Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial*, v.42 n.6 Rio de Janeiro, dez. 2006.

Silva, M.A.D.; Sousa, A.G.M.; Schargodsky, H. **Fatores de risco para infarto do miocárdio no Brasil.** Estudo FRICAS. Arq Bras Cardiol 1998; 71:667-75.

SHEN, W. et al. **Sudden unexpected nontraumatic death in 54 young adults:** a 30 year population based study. Am J Cardiol, v. 76, n. 3, p. 148-52, 1995.

WOODS, S.L.; FROELICHER, E.S.S.; MONTZER, U.S. **Enfermagem em Cardiologia.** 4a ed. Barueri, SP: Manole; 2005. cap.

TESTER, D. J. et al. The role of molecular autopsy in unexplained sudden cardiac death. Current Opinion in Cardiology, v. 21, n. 3, p. 166-72, 2006, unexpected cardiac or unexplained.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Claudenice Rodrigues do Nascimento

Mestranda em Saúde Pública pela Universidade Americana. Docente da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Análises Clínicas pela Faculdade Frassinetti do Recife - FAFIRE, Recife-PE em 2011 e graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB, João Pessoa PB em 2008. Possui experiência profissional como docente na Escola Técnica de Saúde da UFPB do curso Técnico em Biotecnologia/Histologia e Microscopia e na graduação em ciências biológicas a distância da UFPB na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba. Realiza trabalho de pesquisa e extensão na área de necropsias e histopatologia, junto ao Serviço de Verificação de Óbitos (SVO) do estado da Paraíba e ao LAPAB/ETS ambos em João Pessoa-PB. Apresenta experiência na rede estadual de ensino do estado de Pernambuco, coordena o laboratório de Processamento de Amostras Biológicas (LAPAB) da ETS/UFPB. Email: cal@ccs.ufpb.br

Hugo Enrique Méndez Garcia (GARCIA, H.E.M)

Possui graduação em Ciências Biológicas (Bacharelado-1983 e Licenciatura Plena - 1989) pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Morfologia pela Escola Paulista de Medicina (atual UNIFESP - 1992). Doutorado em Biologia/Genética (Instituto de Biociências) pela Universidade Estadual de São Paulo (USP - 2002). Professor do Departamento de Morfologia da Universidade Federal da Paraíba. Ministra a disciplina de Embriologia, Biologia do Desenvolvimento Humano e Biologia do Desenvolvimento Animal Comparado. Email: espanho@ccs.ufpb.br

Andrea Fernanda Ramos de Paula (PAULA, A.F.R)

Mestranda em Saúde Pública pela Universidade Americana. Possui Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Paraíba (2010). É Professora Efetiva da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) do curso Técnico em Biotecnologia/Histologia e Microscopia, responsável pelas disciplinas de Processamento de Tecidos Moles para Microscopia Óptica I e II e Processamento de Tecidos Duros. Vice-coordenadora do Laboratório de Processamento de Amostras Biológicas (LAPAB- ETS/CCS/UFPB). Email:andrea.biologia@hotmail.com.

Débora Thyares Fonseca do Nascimento Pereira da Silva (SILVA,D.T.F.N.P)

Graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Aluna colaboradora do projeto de extensão intitulado: Análise da causa Morte por Doenças Cardiovasculares, coordenado pela professora Claudenice Rodrigues do Nascimento. Email: deborathyares@hotmail.com.

DIFICULDADES QUE PERMEIAM O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Érica Mayane Holanda Santos Carvalho - (emhs_prof@live.estacio.br)

Resumo: Este artigo objetivou identificar as dificuldades de implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE). **Materiais e Métodos:** trata-se de um estudo descritivo e exploratório de revisão bibliográfica, onde foram acionadas as bases de dados LILACS e BDNF, sendo encontrados 108 artigos e selecionados 06 publicados entre 2006 a 2014. **Conclusão:** os resultados encontrados possibilitaram a identificação da categoria: dificuldades, onde foram apresentados vários empecilhos para a efetiva implementação da SAE. Considerando que é preciso discutir sobre suas dificuldades visando melhorias da qualidade da assistência prestada ao paciente.

Palavras-chave:

Resumem: Este artículo tuvo como objetivo identificar las dificultades de la implantación del Sistema de Atención de Enfermería (SAE). **Materiales y Métodos:** Se realizó un estudio descriptivo, exploratorio de revisión de la literatura, que fueron expulsados los LILACS y BDNF, y encontró 108 artículos y seleccionó 06 publicados entre 2006-2014 **Conclusiones.** Los resultados permitieron identificar Categoría: dificultades, que se presentaron varios obstáculos a la aplicación efectiva de la NCS. Considerando que es necesario discutir sus dificultades con el fin de mejorar la calidad de la atención al paciente.

1. INTRODUÇÃO

A sistematização da assistência de enfermagem (SAE) é uma metodologia científica que vem sendo cada vez mais implementada na prática assistencial, pois confere maior segurança aos pacientes, melhorando a qualidade da assistência e dando maior autonomia aos profissionais de enfermagem (TANNURE; PINHEIRO, 2010).

Por meio da Resolução 358/2009, o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) preconiza que a assistência de enfermagem deve ocorrer de forma sistematizada, a partir da implantação do processo de enfermagem (PE). Ressalta ainda que este processo deve ser realizado de modo deliberativo e sistemático em todos os ambientes de saúde, públicos

e privados. Isso incumbe ao enfermeiro a liderança na execução e avaliação do processo de enfermagem, sendo organizado em cinco etapas inter-relacionadas, interdependentes e recorrentes, são elas: coleta de dados ou histórico de enfermagem, diagnóstico, planejamento, implementação e avaliação (COFEN, 2009).

O processo de enfermagem teve seu surgimento entre os educadores americanos, na década de 1950, a fim de ser um instrumento que guiasse os estudantes na aprendizagem de pensamento crítico, necessários à prática de enfermagem (ROSSI; CASAGRANDE, 2001).

No Brasil, somente a partir dos estudos de Wanda de Aguiar Horta, por meio da obra "Contribuição para uma Teoria de Enfermagem", publicada em 1979, que a atenção dos enfermeiros brasileiros começou a ser direcionada para a SAE (CRUZ, 2008). Conforme Gonçalves (2004), os trabalhos de Horta, de planejamento da assistência, foram enfatizados na tentativa de tornar autônoma a profissão e de caracterizá-la como ciência, por meio da implantação e implementação da SAE. Percebe-se; porém, que nas instituições de saúde, a implementação da SAE vem desencadeada de dificuldades práticas (HERMIDA, 2004).

Estudos como o realizado pelo COREN-SP nas instituições de saúde do Estado, revelaram que 65% das instituições não souberam como implementar a SAE. Visto que dificuldades na prática foram expressivas, retratando a insuficiência do preparo teórico e prático das enfermeiras para a realização da sistematização da assistência de enfermagem (HERMIDA, 2004).

O presente estudo tem como objetivo identificar as principais dificuldades encontradas na implementação da SAE, a fim de colaborar com a melhoria da segurança do paciente, com a qualidade da assistência e, portanto, assegurar uma melhor autonomia dos profissionais de enfermagem.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica. A escolha pela pesquisa bibliográfica deve-se ao fato de permitir ao investigador o levantamento e análise do que já foi publicado sobre o tema de pesquisa escolhido, permitindo efetuar um mapeamento destas informações (MORESI, 2003).

Após a definição do tema foi feita uma busca em bases de dados virtuais em saúde, especificamente na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), como Centro Latino-Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde (LILACS), e Bancos de Dados em Enfermagem – BDENF, do período de 2006 a 2014, sendo utilizados como os critérios de inclusão: os artigos em português, publicados nos últimos 09 anos, que abordam o tema proposto e que se apresentam na íntegra na BVS. E como critérios de exclusão: publicações em outros idiomas, literaturas publicadas antes de 2006 e que não abordassem a temática proposta. A busca dos artigos deu-se como descritores: processos de enfermagem, diagnóstico de enfermagem, assistência de enfermagem e implementação.

É importante ressaltar que foram encontrados 108 publicações sobre a temática e destas, foram selecionadas 06 artigos de pesquisa que correspondiam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos.

Após a seleção das referências bibliográficas, principiou a leitura analítica, por meio da leitura das obras selecionadas, que permitiu a organização das ideias por ordem de importância e a sintetização dessas, descartando as produções científicas que não atendiam os objetivos da pesquisa (MINAYO, 2007; LAKATOS; MARCONI, 1986).

Posteriormente, iniciou-se a leitura interpretativa que tratou do comentário feito pela ligação dos dados obtidos nas fontes literárias aos conhecimentos prévios. Feita a leitura interpretativa, iniciou-se a tomada de apontamentos que se referiam a anotações que consideravam o objetivo da pesquisa, ressaltando as ideias principais e dados mais importantes (MINAYO, 2007; LAKATOS, MARCONI, 1986).

Todo o processo de leitura e análise possibilitou a criação de uma categoria, onde os resultados foram discutidos para a construção do relatório final e publicação do trabalho no formato ABNT.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após busca nas bases de dados BVS, foram encontrados 108 artigos no BDENF e LILACS. A leitura refinada dessa seleção propiciou a exclusão de teses, artigos repetidos e artigos cujo assunto não contemplava o tema da pesquisa. Sendo que, somente 06 foram selecionados por atenderem os objetivos da pesquisa.

Foi realizado então uma análise do conteúdo dos artigos, dentro de um procedimento aberto, para melhor evidenciar as propriedades referidas pelos autores, onde foi permitido uma caracterização do exposto.

Os estudos analisados trazem dados sobre os autores selecionados, objetivo da referência, as dificuldades encontradas no processo de implementação da SAE e método utilizado.

A apresentação dos dados levantados e seus respectivos resultados e discussões serão comentados a seguir:

Quadro 1 - Principais dificuldades encontradas no processo de implementação da SAE.

IDENTIFICAÇÃO	OBJETIVO	DIFICULDADES	METODOLOGIA
SILVA, et al., 2011.	Analisar o conhecimento dos enfermeiros sobre a SAE e sua execução no cotidiano da assistência em um hospital de grande porte, referência em emergência na cidade de Recife, Pernambuco.	Falta de conhecimento técnico-científico dos profissionais sobre a SAE; ausência de formulários próprios nas unidades; sobrecarga de trabalho; desmotivação para realização do processo.	Estudo descritivo, Exploratório e Quantitativo
MENEZES; PRIEL; PEREIRA, 2011.	Reconhecer as questões relativas à autonomia e à vulnerabilidade do enfermeiro no processo de implantação e implementação da SAE em publicações científicas da área.	Falta de conhecimento técnico-científico dos profissionais sobre a SAE; déficit de recursos humanos nas unidades; falta de tempo para realização do processo.	Estudo Bibliográfico
CRUZ; ALMEIDA, 2010.	Conhecer, considerando a perspectiva do técnico de enfermagem que atua em hospital universitário, com competências desenvolvidas durante sua formação para implementação da SAE.	Falta de conhecimentos técnico-científico dos profissionais sobre a SAE; formação profissional deficiente.	Estudo Descritivo

TAKAHASHI, et al., 2008.	Dificuldades e facilidades apontadas por enfermeiras de um hospital de ensino na execução do processo de enfermagem.	Falta de conhecimento técnico-científico dos profissionais sobre a SAE; formação profissional deficiente; planta física inadequada; déficit de recursos humanos na unidade; falta de tempo para realização do processo; falta de apoio administrativo.	Estudo Descritivo
HERMIDA; ARAUJO, 2006.	Identificar e refletir as fases do planejamento para implantação da SAE, a fim de subsidiar a atuação do enfermeiro nesse processo.	Falta de conhecimento técnico-científico sobre a SAE: déficit de recursos humanos; Planta física inadequada.	Estudo Bibliográfico
LIMA, et al., 2006.	Identificar os fatores decorrentes da jornada de trabalho que afetam a qualidade da assistência de enfermagem.	Falta de tempo para realização do processo.	Estudo Exploratório -Descritivo

A prática da SAE imprime a possibilidade de o enfermeiro aplicar seus conhecimentos e conquistar o reconhecimento pela qualidade do cuidado prestado ao paciente, tanto na instituição como junto à família, refletindo seu papel na sociedade e na responsabilidade profissional (MENEZES, PRIEL, PEREIRA, 2011).

Portanto é necessário a identificação das dificuldades do profissional enfermeiro no processo de implementação da SAE, haja vista que os enfermeiros desejam praticar a implementação, porém não conseguem por encontrarem no percurso uma série de fatores que distanciam a teoria da prática (SILVA, et al. 2011, apud FRANÇA 2007).

Após esta afirmativa constatou-se que são várias as dificuldades para a implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem. As adversidades encontradas nos artigos foram: falta de conhecimento técnico-científico dos profissionais sobre a SAE; formação profissional deficiente; déficit de recursos humanos nas unidades; falta de tempo para a realização do processo e planta física inadequada.

Todos os autores citados no quadro apontam a falta de conhecimento técnico-científico como maior empecilho para a implementação da SAE. Segundo Cruz & Almeida (2010), a maior causa de dificuldade alegada para a implementação da SAE é a competência técnico-científica relacionada com a implementação da Sistematização, que é entendida como o domínio dos conhecimentos teóricos e práticos de enfermagem necessários ao entendimento das necessidades do paciente. Os conhecimentos teóricos incluem a abordagem sobre a SAE e os conhecimentos sobre os cuidados de enfermagem pertinentes à patologia do paciente.

É uníssona a afirmação dos principais autores sobre o assunto de que estudantes de enfermagem não saem da faculdade com os conhecimentos teóricos e práticos sobre SAE. Segundo Takahashi et al. (2007), a reavaliação do ensino teórico do processo de enfermagem e a reestruturação das atividades práticas nos cursos de graduação devem ser estratégias de melhorias.

Silva et al. (2011), torna-se esclarecedor reafirmando que o conhecimento, é sem dúvida um dos valores de maior importância para o

agir profissional do enfermeiro, haja visto que confere aos profissionais segurança na tomada de decisões que envolve o paciente.

Para a efetiva implantação da metodologia, além de conhecimento e preparação, o recurso humano é fator relevante na operacionalização da SAE, pois deve haver profissionais suficientes, tanto no aspecto quanti-qualitativo, quanto ao que se refere à função de cada componente da equipe. Como a prática da SAE exige a presença ininterrupta de enfermeiros nas unidades de saúde, a seleção de pessoal e/ou falta de pessoal são fatores que, se não geridos adequadamente, poderão prejudicar a implementação da metodologia (HERMIDA, ARAÚJO 2006).

A implementação da Assistência de Enfermagem exige que o profissional de enfermagem assuma variados papéis nas instituições de saúde, necessitando, assim, tempo. Menezes, Priel & Pereira (2011) e Lima, et al. (2006) concordam e destacam que a falta de tempo é uma outra dificuldade a ser observada. A falta de tempo é a principal causa apontada pela equipe, que finaliza o plantão com a sensação de que pode ter deixado de realizar tarefas importantes, o que é considerado um fator de estresse pelos profissionais de enfermagem. Tempo, portanto, é fator essencial para o sucesso da implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem.

A estrutura física, embora tenha sido citada de forma superficial na literatura referenciadas pelos autores, seu estudo é necessário quando se implementa a SAE. Uma sala privativa para trocas de informações sobre o paciente entre toda equipe pode significar um

espaço para os profissionais se expressarem livremente, contribuindo para definir as ações de enfermagem que se colocarão em prática por meio da SAE (HERMINDA, ARAÚJO 2006).

Diante do exposto podemos deferir às ideias dos autores referenciados, já que se somam em seus argumentos. As dificuldades apresentadas pelos autores são os principais motivos para que não haja total êxito na implementação da SAE.

4. CONCLUSÃO

Os resultados dos estudos indicam que, apesar da existência da Sistematização da Assistência de Enfermagem e sua implementação nas instituições hospitalares, o processo ainda carece de vários elementos essenciais para sua execução, conforme é destacado neste trabalho.

Constatou-se que a implementação da SAE ocorre de forma bastante fragmentada, indicando a necessidade de que a metodologia deva ser reorganizada.

Percebe-se que, dentre vários problemas relacionados à SAE, a falta de conhecimento técnico-científico dos profissionais, sobre o processo, torna-se uma das maiores limitações para sua implementação. Sugere-se investir em educação permanente dos enfermeiros e uma melhoria em sua formação profissional, a fim de que haja eficácia no atendimento ao cliente.

Recomenda-se estímulos e apoio das instâncias superiores no tocante à valorização da categoria de enfermagem. Reconhecer que

a implementação da SAE necessita de fatores como estrutura física adequada, sistemas de informação atualizados, profissionais bem qualificados e motivados, carga horária adequada são fatores primordiais no êxito da implementação do processo da Sistematização da Assistência de Enfermagem.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Resolução COFEN nº 358/2009, de 15 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-3582009_4384.html>. Acesso em: 23 de julho de 2014.

CRUZ, A.M.P. Formação do técnico de enfermagem no desenvolvimento de competências para implementar a Sistematização da Assistência de Enfermagem. 2008. 120 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), 2008.

CRUZ, Andréa de Mello Pereira da and ALMEIDA, Miriam de Abreu. **Competências na formação de Técnicos de Enfermagem para implementar a Sistematização da Assistência de Enfermagem**. Rev. esc. enferm. USP [online]. 2010, vol.44, n.4, pp. 921-927. ISSN 0080-6234.

GONÇALVES, V.L.M. Anotação de enfermagem. In: Cianciarullo TI. Sistema de Assistência de Enfermagem: Evolução e Tendências. São Paulo: Ícone; 2004.

HERMIDA, P.M.V. Desvelando a implementação da sistematização da assistência de enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem. 2004.

HERMIDA, P.M.V; ARAÚJO, I.E.M. Sistematização da Assistências de Enfermagem: subsídios para implantação. Rev Bras Enferm 2006 set-out; 59(5): 675-9.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1986.

LIMA, F.R.F. et al. Jornada de Trabalho: fator que interfere na qualidade da assistência de enfermagem. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006 Jul-Set; 15(3): 442-8.

MENEZES, Silvia Regina Tamae; PRIEL, Margareth Rose and PEREIRA, Luciane Lucio. **Autonomia e vulnerabilidade do enfermeiro na prática da Sistematização da Assistência de Enfermagem**. Rev. esc. enferm. USP [online]. 2011, vol.45, n.4, pp. 953-958. ISSN 0080-6234.

MINAYO M.C. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Abrasco; 2007.

MORESI, E.(Organizador), Metodologia de Pesquisa, Universidade Católica de Brasília, 2003.

ROSSI, L.A.; CASAGRANDE, L.D.R. Processo de enfermagem: a ideologia da rotina e a utopia do cuidado individualizado. In: CIACIARULLO, T.I. et al. (Ed.). Sistema de assistência de enfermagem: evolução e tendências. São Paulo: Ícone, 2001. p.41-62.

SILVA, E.G.C. et al. O conhecimento do enfermeiro sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem: da teoria à prática. Rev Esc Enferm USP 2011; 45(6):1380-6.

TAKAHASHI, Alda Akie; BARROS, Alba Lúcia Bottura Leite de; MICHEL, Jeanne Liliane Marlene and SOUZA, Mariana Fernandes de. **Dificuldades e facilidades apontadas por enfermeiras de um hospital de ensino na execução do processo de enfermagem.** Acta paul. enferm. [online]. 2008, vol.21, n.1, pp. 32-38. ISSN 1982-0194.

TANNURE, M. C; PINHEIRO, A. M., SAE – Sistematização da Assistência de Enfermagem, Guia Prático. 2º Edição. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan: LAB, 2010. 298 p.

6. NOTA BIOGRÁFICA

Érica Mayane Holanda Santos Carvalho

Mestranda em Saúde Pública pela Universidade Americana – PY. Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade Estácio de Sá de Goiás. Especialista em Terapia Intensiva. Graduada em Enfermagem pela Universidade Salgado de Oliveira, Goiânia em 2007. Email: emhs_prof@live.estacio.br.

AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS ENFERMEIROS NA IMPLEMENTAÇÃO DA SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Carlos Henrique Pires - (chpires@oi.com.br)

Resumo: A SAE é uma metodologia baseada em princípios científicos, que organiza e sistematiza o cuidado. Seus objetivos são identificar as situações de saúde-doença; as necessidades de cuidados de enfermagem; subsidiar as intervenções de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde do indivíduo, família e comunidade. Assim, o objetivo do estudo é realizar uma revisão de literatura a respeito das dificuldades encontradas pelos enfermeiros na implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem - SAE. Utilizou-se como metodologia a revisão de literatura. As conclusões demonstraram que a Sistematização de Assistência de Enfermagem - SAE torna-se uma atividade que se tornou essencial no papel a ser desempenhado pelos enfermeiros, uma vez que, utiliza método e estratégia de trabalho científico para a identificação das situações de saúde e doença, contribuir para a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde do indivíduo, família e comunidade.

Palavras-chave: Sistematização; Assistência; Enfermagem; Dificuldades; Enfermeiro.

Resumem: El SAE es una metodología basada en los principios científicos que organiza y sistematiza la atención. Sus objetivos son identificar las situaciones de salud y enfermedad; necesidades de cuidados de enfermería; subsidiar la intervenciones de promoción, prevención, recuperación y rehabilitación del individuo, familia y comunidad. El objetivo del estudio es realizar una revisión de la literatura acerca de las dificultades encontradas por los enfermeros en la implementación de la Sistematización de Enfermería - SAE. Fue utilizado como la revisión de la literatura metodológica. Los resultados mostraron que la sistematización de la asistencia de enfermería - SAE se convierte en una actividad que se ha convertido en esencial en el papel que deben desempeñar las enfermeras, ya que, utiliza el método científico y la estrategia de trabajo para la identificación de las situaciones de salud y enfermedad, contribuir a la promoción, prevención, recuperación y rehabilitación del individuo, familia y comunidad.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende tratar da questão Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) e a maneira como os enfermeiros percebem seu papel diante da implantação desta metodologia.

A realização da SAE é essencial para uma assistência de enfermagem segura e de qualidade baseada no conhecimento científico, principalmente em ambientes que requerem maior atenção por parte da equipe de enfermagem. O enfermeiro, para prestar a assistência de enfermagem com qualidade e humanismo, necessita inserir-se na realidade concreta de forma consciente, competente, técnica e científica (BACKES, et al, 2005).

Dessa forma, a implantação da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), a partir de um conhecimento específico e de uma reflexão crítica acerca da organização e da filosofia do trabalho de enfermagem, constitui-se um instrumento de fundamental importância para que o enfermeiro possa gerenciar e otimizar a assistência de enfermagem de forma organizada, segura, dinâmica e competente e, ainda, conforme Souza (apud Silva et al., 1990), de forma racional e universal, determinando sua área específica de atuação.

Por fim, outro ponto a se destacar é o fato de que é necessário enfrentar as resistências vivenciadas no interior do hospital, isso pode ser feito através da realização de work shop interno para os funcionários, com oficinas de sensibilização de toda equipe de enfermagem, uma vez que auxiliares e técnicos não estão

habituaados a seguir orientações /prescrições de enfermagem e sim prescrição médica desde o início da história da enfermagem.

1.1 OBJETIVO

Os enfermeiros percebem suas ações administrativas como: planejamento, coordenação do trabalho coletivo, liderança, controle, detenção da informação e organização, têm uma necessidade de controlar e afirmam ainda que as expectativas das instituições quanto ao trabalho do enfermeiro são relativas ao controle gerencial e burocrático de toda unidade (SANCHES, CHRISTOVAM e SILVINO, 2006 e VAGHETTI et al, 2004).

Percebe-se através dos estudos realizado que a ausência de cuidado sistematizado e individualizado acaba por ocasionar uma relação enfermeiro/cliente de forma assimétrica. Destafeita, a SAE se apresenta como uma estratégia de aproximação e de conhecimento dos problemas/necessidades dos clientes de maneira individualizada.

Para Garcia e Nóbrega (2001) o PE é um instrumento metodológico em que o enfermeiro irá organizar e favorecer o cuidado de enfermagem. O PE assegura ao enfermeiro e sua equipe uma forma sistemática de cuidar. Para sua realização, faz-se necessário obter informações sobre o indivíduo, com a finalidade de direcionar a assistência.

Apesar da maioria dos entrevistados afirmarem ter adquirido conhecimento suficiente sobre a SAE na formação acadêmica, o estudo apontou várias dificuldades na

operacionalização desta ferramenta de trabalho. Diante deste cenário, o objetivo deste estudo é realizar uma revisão de literatura a respeito das dificuldades encontradas pelos enfermeiros na implementação da sistematização da assistência de enfermagem - SAE.

1.2 METODOLOGIA

As bases de dados LILACS e SCIELO Brasil bem como livros teóricos pertinentes ao assunto. Os descritores utilizados foram: Dificuldades, Sistematização, Enfermagem e Assistência. Como critérios de seleção foram inseridos artigos publicados na íntegra, em português, publicados entre o período de 2000 e 2013, porém, é importante frisar que dois destes artigos são do período da década de 90, que foram utilizados para se descrever a abordagem histórica. Foram encontrados vários artigos, dentre estes alguns foram selecionados de acordo com os critérios de inclusão.

Procedeu-se a análise das informações e interpretação dos dados seguindo os passos a seguir: leitura inicial do texto, listagem dos pontos chaves, análise estrutural, fichamento dos artigos encontrados, elaboração de síntese das informações coletadas e fundamentação com a teoria. Desta análise, emergiram os temas que representam as dificuldades dos enfermeiros quanto à implantação e implementação da SAE, frente à decisão COREN-MT 025/2004.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRICO DA SAE - SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM

O papel do enfermeiro envolve o esclarecimento sobre os problemas apresentados em relação ao estágio atual da doença e o de sistematizar junto ao cuidador a melhor estratégia para enfrentá-los.

É somente a partir da década de 50 que a enfermagem se concretiza como ciência e profissão, período em que os profissionais de enfermagem, com a percepção da necessidade de desenvolver um corpo de conhecimento específico, iniciam a elaboração das Teorias de Enfermagem (CIANCIARULLO et al., 2008).

O desenvolvimento das Teorias de Enfermagem representou um esforço dos enfermeiros em identificar conceitos próprios e a sua utilização na prática clínica (NÓBREGA; GUTIÉRREZ, 2000).

Na década de 1960, a enfermagem foi elevada ao nível técnico (Lei nº 3.780/60), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 4.024/61 (MARQUES, et al, 2008).

O nome “processo de enfermagem” surgiu na literatura pela primeira vez em 1961, numa publicação de Orlando, como proposta de sistematizar a assistência de enfermagem, tendo como fator primordial o relacionamento interpessoal enfermeiro-paciente (GEORGE, 2003).

Na década de 1970, definiu-se o processo de enfermagem como a dinâmica das ações sistematizadas e interrelacionadas, visando à assistência ao ser humano. Nessa mesma época, houve a criação do Conselho Regional e Nacional (Lei nº 5.905/73) e, na década de 1980, a lei do exercício profissional foi revista e ampliada por meio da Lei nº 7.498/86 e do Decreto nº 94.406/87 que a regulamenta e dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências. O conhecimento da legislação é importante para recuperar as conquistas da categoria (MARQUES, et al, 2008).

2.2 IMPLEMENTAÇÃO DA SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Uma vez verificada a real importância e a necessidade da implantação da SAE, na instituição, buscou-se, inicialmente, o comprometimento da equipe de enfermagem, por meio da escolha de uma metodologia participativa capaz de atender e de responder às diferentes interrogações e realidades, além de compreender os fatores associados à política institucional, à cultura e à filosofia da profissão de enfermagem e ao ensino formal dos profissionais de enfermagem (BACKES, et al, 2005).

De acordo com a resolução do COFEN-358/2009 a assistência de enfermagem deve ser sistemática tendo como norteador o processo de enfermagem devendo ser pautada em uma ampla estrutura teórica para maior controle e resultados da assistência ao paciente (COFEN, 2009).

Os enfermeiros precisam entender e aplicar conceitos e teorias apropriadas das ciências de saúde, como as ciências físicas, biológicas, comportamentais e humanas, desenvolvendo uma visão do ser humano como um todo. Esses conhecimentos proporcionam justificativas para tomadas de decisões, julgamentos, relacionamentos interpessoais e ações conforme as fases da SAE (CUNHA, A.S; et al, 2011).

A SAE, enquanto um processo articulador e integrador da assistência representa, para os profissionais de enfermagem, instituição, fontes pagadoras e pacientes, um importante instrumento técnico-científico capaz de assegurar a qualidade e a continuidade da assistência de enfermagem, a contenção de custos e uma garantia para fins legais (THOMAS E GUIDARDELLO, 2002; TANJI et al., 2004).

Desse modo, a metodologia participativa - problematizadora, como método de escolha para a implantação da SAE, consistiu-se na realização de estudos de sensibilização e de conscientização individual, grupal e no desenvolvimento de dinâmicas coletivas, tendo presente que o enfermeiro, ao refletir sobre as condições de trabalho e o seu modo de agir, insere-se na realidade, de maneira crítica e consciente (BACKES, et al, 2005).

A SAE requer do enfermeiro interesse em conhecer o paciente como indivíduo, utilizando para isso seus conhecimentos e habilidades, além de orientação e treinamento da equipe de enfermagem para a implementação das ações sistematizadas. Atualmente, estão surgindo enfermeiros especialistas,

preparados em cursos específicos e com habilidades para desempenhar papéis clínicos, educacionais, de pesquisa e de gerenciamento. São esses enfermeiros que estão implantando a SAE nos serviços, por estarem mais atualizados, porém ainda são minoria. (MARQUES et al, 2008).

Para Amante et al (2009), para que se tenha uma assistência de enfermagem adequada e individualizada, é necessário que a aplicação da SAE seja baseada em uma teoria específica, do conhecimento de todos os profissionais da instituição que realizam cuidado. Também, deve estar ajustada conforme as possibilidades de cada instituição: número de funcionários, horas semanais de serviço, dentre outros.

A SAE, enquanto método de superação do modelo teórico-burocrático, não se constitui um ato passivo e/ou estável. Ela requer um processo permanente e gradual de ação-reflexão e a inserção dos profissionais na realidade por meio do esforço dinâmico e participativo (BACKES, et al, 2005).

A SAE, enquanto um processo articulador e integrador da assistência representa, para os profissionais de enfermagem, instituição, fontes pagadoras e pacientes, um importante instrumento técnico-científico capaz de assegurar a qualidade e a continuidade da assistência de enfermagem, a contenção de custos e uma garantia para fins legais (THOMAS E GUIDARDELLO, 2002; TANJI et al., 2004).

2.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS PELO ENFERMEIRO NA IMPLEMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Esta parte do estudo trata essencialmente das dificuldades encontradas pelo enfermeiro na implementação da Sistematização de Assistência de Enfermagem - SAE.

Para Florêncio (2009), a SAE é um método científico de trabalho, o qual proporciona melhoria da qualidade da assistência prestada ao cliente através do planejamento das ações da equipe de enfermagem. Elaborada pelo profissional enfermeiro, permite a integralidade do cuidado humanizado, a valorização do enfermeiro e de toda a sua equipe.

Um dos autores trabalhados, Lanssoni et al (2008), afirma que a implantação da SAE nas instituições de saúde pública e privada tornou-se obrigatórias, conforme a Resolução Cofen nº 272/2004, revogada pela Resolução Cofen nº 358/2009, onde as etapas do Processo de Enfermagem foram descritas. Nota-se, no entanto, que existem muitas barreiras que se sobrepõem à implantação e operacionalização de uma sistematização completa.

Os enfermeiros também foram indagados quanto às dificuldades encontradas na implantação da SAE em sua unidade de trabalho e 88% apontaram problemas, principalmente, em relação à

sobrecarga de trabalho associada aos desvios da função e, ainda, ao número insuficiente de profissionais para o desempenho da atividade. Apenas 10% dos participantes entenderam que as dificuldades podem estar associadas à desinstrumentalização, à descrença e às resistências particularizadas (BACKES, et al, 2005).

As condições de trabalho exercem influência direta no processo de implantação da SAE fazendo com que a equipe de enfermagem tenha que lidar constantemente com imprevistos (déficit de material e pessoal) para que o cliente seja assistido mesmo que o cuidado seja prestado de uma forma inadequada.

Os autores demonstram que as dificuldades apontadas pelos enfermeiros para a implantação da SAE foram diversas, dentre elas estão a falta de interesse institucional, inexistência de um “modelo” de atendimento, condições de trabalho insuficientes, falta de motivação profissional, falta de funcionários, sobrecarga de trabalho para o enfermeiro, um enfermeiro para dar cobertura/supervisão a vários setores, ausência de interação da equipe de enfermagem com equipe multiprofissional e sensibilização para nova proposta de cuidado.

Além das dificuldades apontadas pelos enfermeiros, Araújo et al. (1996) Apud Backes (2005) menciona outras relacionadas à implementação, à operacionalização e ao acompanhamento periódico e direto das atividades, bem como a falta de pessoal, o desconhecimento da lei do exercício profissional, a falta de liderança, a falta de comprometimento e a falta de tempo, fatores

que, facilmente, podem resultar em perda de estímulo por parte dos enfermeiros e, conseqüentemente, gerar desmotivação e insatisfação quanto à realização da SAE.

Poucos, entretanto, são os achados científicos que associam a sobrecarga de trabalho e/ou a falta de tempo a uma das dificuldades de implementação da SAE. Pressupõe-se, a partir de literaturas críticas acerca do processo de implementação, que o fator tempo deve ser considerado uma questão de prioridade, ou seja, o fator prioridade está inserido em um contexto de avaliação crítica e em observações detalhadas de cada ação.

É observado que os enfermeiros até demonstram interesse em fazer funcionar a SAE, mas precisam que os setores responsáveis, ou seja, as coordenações, também reconheçam sua importância para o serviço.

Entretanto, o processo de aceitação não ocorre de maneira facilitada, é preciso enfrentar as resistências com oficinas de sensibilização de toda equipe de enfermagem, uma vez que auxiliares e técnicos não estão habituados a seguir orientações /prescrições de enfermagem e sim prescrição médica desde o início da história da enfermagem.

Backes et al (2008), diz que os profissionais, principalmente os envolvidos nas funções administrativas e gerenciais do sistemas de cuidados, percebem crescente descompasso entre o conhecimento que é produzido na academia e a prática. Acreditam que esse elemento pode estar contribuindo para a desvalorização da SAE.

Todavia, não conseguem desenvolver esse processo, por uma série de razões, destacando-se as seguintes: falta divulgação, carência de rotina para se desenvolver sistematicamente esse processo e ausência de padronização nos registros de enfermagem (SANTOS, 2003).

Porém, observou-se, que além da iniciativa da coordenação, falta também a iniciativa dos próprios profissionais enfermeiros, pois, embora ressaltassem muito esse fator os mesmos não faziam à sistematização acontecer, ou os que faziam, acabavam sendo únicos e logo desistiam de tentar realiza-la devido a não implantação pelos outros profissionais enfermeiros (SANTOS, 2003).

No entanto, todas essas dificuldades necessitam ser superadas o mais breve possível, pois de acordo com a decisão COREN 025/2004, o enfermeiro que não fizer a SAE poderá responder a processo e ser punido respectivamente pelo ato de não estar fazendo o que é de sua função, quando na realidade deveria cobrar da instituição melhores condições de trabalho para a categoria, exigir que a instituição contrate número suficiente de enfermeiros para dar cobertura a todos os seus setores. Desse modo, a SAE está diretamente relacionada a uma questão de prioridade e/ou de valorização daquilo que julgamos importante e essencial para a profissão.

3 CONCLUSÃO

Finalizado o estudo percebeu-se que a implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), nas instituições de saúde, apesar da consciência

de sua real importância na prática assistencial, mais especificamente, em termos de qualificação, individualização e humanização da assistência ao paciente, necessita romper com paradigmas estruturais, culturais, desmistificar de crenças e uma política institucional voltada para o ser humano, enquanto sujeito e agente de mudança.

A SAE representa, para os pacientes, instituição, fontes pagadoras e, principalmente, para a equipe de enfermagem e equipe multiprofissional da saúde, um documento de relevante valor técnico, científico e ético-legal. Além disso, ela fornece às instituições hospitalares registros importantes para os fins de faturamento, subsidia a auditoria interna e externa e, sobretudo, avalia a qualidade do atendimento prestado ao cliente.

A Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) proporciona melhora significativa da qualidade da assistência prestada ao cliente, e as ações de enfermagem são planejadas e individualizadas, transmitindo maior segurança, estabilidade e confiança para o paciente e toda equipe envolvida neste processo.

O que se observou através da revisão de literatura consultada, é que apesar da maioria dos enfermeiros afirmarem que realizam a SAE, foram relatadas dificuldades na operacionalização desta ferramenta relacionadas ao excesso de atividades burocráticas atribuídas aos Enfermeiros e número reduzido de profissionais.

A realização deste estudo permitiu constatar que a Sistematização de Assistência de Enfermagem - SAE torna-se uma atividade

que se tornou essencial no papel a ser desempenhado pelos enfermeiros, uma vez que, utiliza método e estratégia de trabalho científico para a identificação das situações de saúde e doença. Assim, acaba por subsidiar a prescrição e implementação de ações de assistência de enfermagem procurando contribuir para a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde do indivíduo, família e comunidade.

Portanto, cabe ao Enfermeiro ser um direcionador de ações efetivas que permitam a prática da SAE. Desta maneira, a implantação, planejamento, organização, execução e avaliação do processo por parte do enfermeiro, compreende as seguintes etapas: consulta de Enfermagem, Histórico, Exame Físico, Diagnóstico de Enfermagem, Prescrição de Enfermagem, Evolução de Enfermagem e Relatório de Enfermagem.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMANTE, L. N.; ROSSETTO, A.P.; SCHNEIDER, D. G.. Sistematização da Assistência de Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva sustentada pela Teoria de Wanda Horta. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 43, n. 1, Mar. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342009000100007&lng=en&nrm=iso>. Access on 02 dez. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342009000100007>.

ARAÚJO, I.E.M. et al. **Sistematização da Assistência de Enfermagem em uma unidade de internação**: desenvolvimento e implementação de roteiro direcionador. *Acta Paul. Enf.*, São Paulo, v. 9 n. 1 p. 18-27, 1996.

BACKES, Dirce Stein; ESPERANÇA, Marilene Pereira; AMARO, Arnaldo Madruga; CAMPOS, Iva Ema Fonseca; CUNHA, Andrea D' Oliveira da; SCHWARTZ, Eda. **Sistematização da assistência de enfermagem: percepção dos enfermeiros de um hospital filantrópico**. *Maringá*, v. 27, n. 1, p. 25-29, 2005. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307223942004>. Acesso em 2 de janeiro de 2014.

BACKES, D.S; KOERICH, M, S; NASCIMENTO, K,C; ERDMANN,A,L; Sistematização da Assistência de Enfermagem Como Fenômeno Interativo e Multidimensional. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, vol.16 nº6, Ribeirão Preto- SP, 2008.

CHAVES, L. D. **Sistematização da Assistência de Enfermagem**. 1ª edição SP: Martinari, 2009.

CIANCIARULLO, T.I.; GUALDA, D.M.R.; MELLEIRO, M.M.; ANABUKI, M.H. **Sistema de Assistência de Enfermagem**: evolução e tendências. 4ed. São Paulo: Ícone, 2008.

COFEN. Resolução 358/2009. Disponível em: <<http://site.portalcofen.gov.br>>. Acesso em: 29 de dez. de 2013.

FIGUEIREDO, R.M.; ZEM-MASCARENHAS, S.H.; NAPOLEÃO, A.A.; CAMARGO, A.B. Caracterização da produção do conhecimento sobre sistematização da assistência de enfermagem no Brasil. **Rev. esc. enferm.**, São Paulo, v.40, n.2, p.299-303, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v40n2/20.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

FLORÊNCIO, M. **Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE)**. 2009. Disponível em: <<http://www.virtual.unipar.br>> Acesso em:15 dez. 2013.

GARCIA, T.R.; NÓBREGA, M.M.L. **Sistematização da Assistência de Enfermagem: reflexões sobre o processo**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 52., 2000, Olinda. Anais. Recife: ABEn, 2001. p.231-43.

GEORGE, J.B. **Teorias de enfermagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

KLETEMHERG, D. F.; et al. **O processo de enfermagem e a lei do exercício profissional**. Revista Brasileira de Enfermagem. Vl. 63 nº 1, Brasília. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 26 agosto 2011.

LANSSONI FZ, Fonseca MRCC, Osinaga VLM. **A Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE): dificuldades para sua implantação e operacionalização**. 16º Congresso de Iniciação Científica. Ciência, Tecnologia e Sociedade: responsabilidade social. Piracicaba/SP; 2008.

MARQUES, Soraia Matilde; BRITO, Kelen Cristiane Germano; FERNANDES, Cleide Maria; VIEIRA, Amanda Gomes. **Sistematização da assistência de enfermagem na UTI: perspectivas dos enfermeiros da cidade de Governador Valadares**. UNIVALE – Universidade Vela do Rio Doce. 2008. Disponível em <http://reme.org.br/artigo/detalhes/290>. Acesso em 2 de janeiro de 2014.

MAZZA, V.A. et al. Instrumentalização para registrar em enfermagem. In: WESTPHALEN, M.E.; CARRARO, T.E. (Ed.). **Metodologia para a assistência de enfermagem, teorização, modelos e subsídios para a prática**. Goiânia: AB, 2001, p. 21-24.

NEVES, R.S.; SHIMIZU, H.E. Análise da implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem em uma unidade de reabilitação. **Rev Bras Enferm**, Brasília, v.63, n.2, p.222-9, mar.-abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n2/09.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

NÓBREGA, M.M.L.; GUTIÉRREZ, M.G.R. **Equivalência semântica da classificação de fenômenos de enfermagem na CIPE – versão Alfa**. João pessoa: Idéia, 2000. 136p.

TAKAHASHI, A, A. Dificuldades e facilidades apontadas por enfermeiras de um hospital de ensino na execução do processo de enfermagem. **Acta Paul Enfermagem**. São Paulo, vol.21 nº1,2008.

TANJI, Suzelaine; DAMHER, Mauri; OLIVEIRA, Sandra Regina; SILVA, Carmem Maria. A importância do registro no prontuário do paciente. **Enfermagem Atual**, Petrópolis, RJ, v. 24, n. 4 p. 16-20, nov./dez. 2004.

THOMAS, V.A.; GUIDARDELLO, E.B. **Sistema da Assistência de Enfermagem. Problemas identificados pelos enfermeiros**. Revista Técnica Enfermagem. NURSING, São Paulo, n. 54, p. 28-34, 2002.

SANTOS, S. R. et al. **O enfermeiro e sua percepção sobre o sistema manual de registro no prontuário**. Ribeirão Preto: Ver. Latino-Americana de Enfermagem, v. 11, n. 1. 2003.

VARGAS,R,S; FRANÇA, F,C,V; PROCESSO de Enfermagem Aplicado a um Portador de Cirrose Hepática Utilizando as Terminologias Padronizadas NANDA, NIC E NOC. **Revista Brasileira de Enfermagem**, vol.60 nº3, Brasília, 2007.



ARTIGOS

DIREITO

A PROTEÇÃO DO NÚCLEO ESSENCIAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Dailson Soares de Rezende - (dailsonsrezende@yahoo.com.br)

Resumo: O Objetivoamos refletir sobre a teoria do núcleo essencial dos direitos fundamentais e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Discorreremos brevemente sobre as diversas teorias sobre o tema, quanto ao seu conteúdo, efeitos e enfoque e a seu uso em casos concretos. Constatamos que o STF, historicamente, tende a utilizar as teorias relativa e subjetiva para analisar a constitucionalidade dos atos normativos.

Palavras-chave: Proteção ao núcleo essencial dos direitos fundamentais; Legislador infraconstitucional; Constituinte originário e derivado.

Resumem: El objetivo fue reflexionar sobre la teoría del núcleo esencial de los derechos fundamentales y la jurisprudencia de la Corte Suprema. Nos discus brevemente las diversas teorías sobre el tema, en cuanto a su contenido, propósito y enfoque y su uso en los casos individuales. Notamos que en el STF, históricamente, tienden a utilizar las teorías relativas y subjetivas para analizar la constitucionalidad de los actos normativos.

1. INTRODUÇÃO

Pelos princípios da Supremacia e Unidade da Constituição Federal de 1988, todo ato normativo primário deve guardar compatibilidade com o conjunto de normas constitucionais. Assim a Carta Magna deve ser interpretada como uma só norma hierarquicamente superior às outras normas, pois ela é o fundamento de todo o sistema jurídico.

Ao falarmos em direitos fundamentais, delimitamos o objeto de estudo às normas jurídicas positivadas constitucionalmente e ligadas à dignidade humana e frenagem do poder. Assim, fundamentam e legitimam todo

o ordenamento jurídico. Fixar sua extensão e limites é necessário para analisarmos a constitucionalidade de atos normativos, garantindo a efetividade e supremacia da Constituição Federal de 1988.

A proteção ao núcleo essencial dos direitos fundamentais é exigência intrínseca de um sistema normativo positivado, cujos postulados norteiam as ações do poder constituinte derivado e de toda a sociedade. Isso não significa que o direito deve enrijecer as relações sociais, que por sua vez são intensas e mutáveis, mas sim a sua própria proteção contra ações estatais extravagantes.

Assim, “a idéia é que a revogação de um direito, já incorporado como efeito próprio do princípio constitucional, **o esvazia e viola**, tratando-se, portanto, de uma ação inconstitucional.” (TORRES, Ricardo Lobo [organizado]. Legitimação dos direitos humanos. 2ª ed. Revista e ampliada. BARCELLOS, Ana Paula de. [et all.]. Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p.107, grifo nosso).

Consoante Torres (1999),

o princípio da proibição do retrocesso social pode formular-se assim: o núcleo essencial já realizado e efetivado através de medidas legislativas (‘lei de segurança social, ‘lei do subsídio de desemprego’, ‘lei do serviço de saúde’) deve considerar-se constitucionalmente garantido, sendo inconstitucionais quaisquer medidas estaduais que, sem a criação de outros esquemas alternativos ou compensatórios, se traduzam na prática numa ‘anulação’, ‘revogação’ ou ‘aniquilação’ pura e simples desse núcleo essencial. **A liberdade de conformação do legislador e inerente auto-reversibilidade têm como limite o núcleo essencial já realizado.** (TORRES apud CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. Coimbra: Almedina,1999, p.327, grifo nosso).

A doutrina cita alguns dos principais ordenamentos Constitucionais que consagram o princípio da proteção do núcleo essencial: Lei fundamental alemã de 1949 (art.19,II), Constituição Portuguesa de 1976 (art.18º, III). No ordenamento estadunidense cogita-se a existência desse princípio.

Entendemos que na Constituição brasileira de 1988 há previsão expressa no art. 60, parágrafo 4º, inciso IV, e implícita, que deriva da interpretação sistemática e deontológica do artigo supra citado, limitando o conteúdo de atuação do poder constituinte derivado e do legislador ordinário.

A finalidade da proteção ao núcleo essencial dos direitos fundamentais, conforme Mendes (1995),

enquanto princípio expressamente consagrado na Constituição ou enquanto postulado constitucionalmente imanente, o princípio da proteção do núcleo essencial destina-se a evitar o esvaziamento do conteúdo do direito fundamental decorrente de restrições descabidas, desmesuradas ou desproporcionais. (MENDES apud HESSE, Grunzüge des Verfassungsrechts der Bundesrepublik Deutschland. Heidelberg: C. F. Muller, 1995, cit., p.134).

2. O NÚCLEO ESSENCIAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS QUANTO AO SEU CONTEÚDO E EFEITOS.

2.1. TEORIA ABSOLUTISTA.

Consoante o Ministro Gilmar Ferreira Mendes (2007, págs.43-45) a teoria absolutista é uma unidade substancial autônoma, ou seja, há um espaço insuscetível de alteração pelo legislador infraconstitucional.

Para Ana Maria D'Ávila Lopes (2004) é uma posição flexível pois, embora fundada em um critério fixo e predeterminado, o seu conteúdo varia conforme as circunstâncias do momento.

2.2. TEORIA RELATIVA.

Conforme o Ministro do STF, Gilmar Ferreira Mendes (2007, págs.43-45) a teoria relativa “é o mínimo insuscetível de restrição ou redução” aferido pela ponderação entre os fins perseguidos constitucionalmente e os meios utilizados ou não pelo legislador infraconstitucional.

Segundo Häberle (Apud LOPES, 1994, págs.11-13) a constitucionalidade de uma lei reguladora de direitos fundamentais dependerá da sua compatibilidade com o objeto de proteção do Direito e da sua justificação constitucional. (Härbele apud LOPES, Ana Maria D'Ávila. A garantia do conteúdo essencial dos direitos fundamentais. Revista de Informação Legislativa, Brasília, n. 164, out./dez. 2004, p. 13. Disponível em: http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/Pdf/pdf_164/R164-01.pdf.) Assim, faz se uma hermenêutica teleológica para analisar se uma norma infraconstitucional que viabilize ou condicione o exercício de um direito fundamental é ou não válida.

Para a teoria relativa, o conteúdo de um direito fundamental só pode ser conhecido analisando-se, in casu concreto, os valores e interesses em jogo. As exigências do momento é que ampliaram

ou reduziram o conteúdo essencial dos direitos fundamentais. Disso deriva sua principal diferença com a teoria absolutista, pois o conteúdo essencial dos direitos fundamentais não é estável, nem autônomo, mas constitui o direito fundamental, sendo, pois, desvendado com o controle de constitucionalidade das normas.

2.3. TEORIA CONCILIADORA OU DE HESSE.

A teoria conciliadora ou de Hesse dispõe que “a proporcionalidade não há de ser interpretada em sentido meramente econômico, de adequação da medida limitadora ao fim perseguido, devendo também cuidar da harmonização dessa finalidade com o direito afetado pela medida.” (MENDES apud MARTÍNEZ-PUJALTE, Antonio-Luis. La garantía del contenido esencial de los derechos fundamentales. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.)

Assim, concilia as duas teorias, a relativa e a absoluta, na medida em que admite existir um conteúdo mínimo a ser protegido dos direitos fundamentais, mas que diante do caso concreto, deve haver proporcionalidade entre o fim perseguido e a norma a ser protegida, tanto em sentido monetário, como em sua essência, sendo esta, por sua vez, inabalável. Admite, então, haver um limite dos limites, sendo pois o bom senso que deve prevalecer na hermenêutica jurídica.

3. O NÚCLEO ESSENCIAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS QUANTO AO ENFOQUE DA PROTEÇÃO

3.1. TEORIA OBJETIVA

Segundo a Teoria objetiva há uma intangibilidade objetiva (não se considera o sujeito destinatário da norma) de um direito constitucionalmente posto.

O primeiro critério exige a consideração global do problema, visto que os artigos que contêm os direitos fundamentais são parte de todo o ordenamento jurídico. Assim, admite-se que um direito fundamental possa não ser aplicado a um particular, sem que isso afete o conteúdo essencial, mas sempre que continue vigente para as demais pessoas.

3.2. TEORIA SUBJETIVA

Para a teoria subjetiva é proibido a supressão de um direito dado ao indivíduo frente aos interesses do Estado. Por isso, é necessário examinar os efeitos da limitação do direito para o sujeito particular afetado, pois o mesmo é seu titular imediato, não a coletividade, sendo esta a mediata.

Segundo Ana Maria D'Ávila Lopes (2004, p.8), este é o critério mais aceito pela maioria dos juristas e aplicadores do direito, pois concorda com a teoria dominante sobre os direitos

fundamentais, baseada na proteção do particular diante dos interesses estatais, ou seja, que outorga prevalência ao direito subjetivo do indivíduo particular em relação ao coletivo. Isso, evita que haja uma ditadura da maioria.

4. AS PRINCIPAIS TEORIAS SOBRE O CONCEITO DE CONTEÚDO ESSENCIAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

4.1. O CONTEÚDO ESSENCIAL NA DOUTRINA DE SMEND

Segundo Smend (apud LOPES, 2004, p.9, grifo nosso),

O conteúdo essencial dos direitos fundamentais nem sempre coincide com a norma posta, sendo: a) um sistema de valores e bens e um sistema cultural no qual o Estado encontra a sua unidade; b) um sistema nacional de valores único para todos os membros – ainda que de diferentes nacionalidades – do Estado. Desse modo, define o conteúdo essencial dos direitos fundamentais como *o concreto sistema jurídico de valores que promovem a integração material e a legitimidade da ordem jurídico-política estatal*.

Portanto, para o referido autor, o núcleo essencial nasce antes e até legitima o ordenamento jurídico, sendo mais que uma norma, mas um sistema de valores culturais da comunidade que constituiu o sistema normativo. A questão problema é identificar

esses valores, sem que com isso se enrijeça as constantes relações sociais e mudanças de visão de mundo dos mesmos, ocasionando insegurança jurídica.

4.2. O CONTEÚDO ESSENCIAL NA TEORIA DE DÜRING.

Para Düring o conteúdo essencial dos direitos fundamentais é a dignidade humana, pois ela é um espírito impessoal próprio de todos os seres humanos, portanto imutável, e possibilita que o mesmo tome decisões sobre si e aquilo que o envolve, sem que haja interferências de outrem. Por isso, o Estado não só deve respeitá-la, mas também garantir que se efetive.

A questão é determinar de forma objetiva o conceito de dignidade humana. Segundo a teoria originalista ou consensual a dignidade humana é a diretriz que determinou o poder constituinte originário na positivação dos direitos fundamentais, portanto, para determinar se foi lesionada no caso concreto basta analisar o caso concreto sob a ótica daquele momento. Já para a teoria contextualista o conceito de dignidade humana é determinado pela hermenêutica sistemática do ordenamento jurídico em qual esteja inserido. Já há a teoria que diz que a dignidade humana é um direito humano, mas não há consenso sobre o conceito de direitos humanos, mesmo que sejam tidos pela maioria como direitos naturais.

4.3. O CONTEÚDO ESSENCIAL NA TEORIA DE HÄBERLE.

Para Häberle (Apud LOPES, 2004, p.11-12) o conteúdo essencial dos direitos fundamentais é um conjunto de significados dos bens jurídicos essenciais ao indivíduo e ao coletivo que o mesmo compõe, rígidos, concretizados e positivados em normas constitucionais. Assim, amplia os destinatários dos direitos fundamentais, considerando que não há interesse individual que não integre o que importa para o coletivo. Dessa forma, a interação entre eles deve ser levado em conta no momento de analisar a norma infraconstitucional que regulamente os direitos fundamentais.

Para o referido autor, a finalidade da norma infraconstitucional é estruturar a aplicabilidade de um direito fundamental, sendo ele mesma sua limitadora. Mas, admite que há um limite dos limites, na medida que não haja construção de uma nova Constituição, portanto, o constituinte originário deve estabelecer expressamente o conteúdo mínimo imutável da Constituição, limitando o constituinte derivado infraconstitucional.

5. POSIÇÃO ATUAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Consoante o Ministro do STF Gilmar Ferreira Mendes (2007), as teorias existentes acerca da proteção ao núcleo essencial dos direitos fundamentais se complementam, significando que num caso concreto deve ponderar as necessidades reais com as aspirações sociais, por isso

é preciso notar, ademais, que as diferentes funções cometidas aos direitos fundamentais podem ter influência decisiva sobre o próprio significado do art.19, II, da Lei Fundamental. Se se afirma o caráter pluridimensional dos direitos fundamentais e se reconhece que o direito fundamental tanto pode ser visto sob aspecto objetivo como subjetivo, então tem-se admitir que as variantes de interpretação do referido princípio não se haverão de fazer, necessariamente, num esquema de exclusão (ou-ou; entweder – oder), mas num raciocínio de ampliação (tanto-quanto; sowohl – als auch). (MENDES, Gilmar Ferreira, 1955-. Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade: estudos de direito constitucional. 3 ed. Ver. E ampl 3ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2007, p.45-46).

Em 1998, analisando os aspectos materiais, quanto a sua possível validade, da proposta de emenda à constituição 33-I, conhecida como Reforma Previdenciária, fazendo, pois, um controle constitucional preventivo, os ministros do STF, por maioria dos votos, aplicaram a teoria relativa quanto ao conteúdo, dispondo o relator que o conteúdo da forma federativa do Estado é concreto e extraído das normas constitucionais; e quanto enfoque da proteção aplicaram a teoria objetiva, já que para o eminente relator, Ministro Sepúlveda Pertence, apesar dos apelos sociais, os direitos adquiridos somente se efetivam quando seus destinatários preenchem todos os requisitos da lei, portanto para aqueles mesmo recolhendo a contribuição previdenciária e ainda não preenchiam todas as condições para gozar das concessões legais, ficariam prejudicados. E foi exatamente sob o enfoque de proteção subjetiva que o voto vencido,

Ministro Marco Aurélio, declarou que os fatos sujeitos à proteção abrangiam também as situações em curso, já que haviam contribuído financeiramente para o sistema e que, do contrário, haveria um locupletamento indevido por parte do Estado, pois havia uma relação jurídica sinalagmática e comutativa, portanto, não poderia ser alterada unilateralmente durante o lapso temporal, sob pena de ferir a o direito fundamental à segurança jurídica. Restou decidido que a PEC 33-I, em sentido material, não violava e nem esvaziava a Forma Federativa do Estado (CF, art. 60, § 1º) e os direitos adquiridos (CF, art. 60, § 4º, IV, c/c art. 5º, 36), pois o Congresso Nacional usou proporcionalmente e razoavelmente seu poder de reforma constitucional, não exorbitando essa competência.(MS 23047 MC, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, julgado em 11/02/1998, DJ 14-11-2003 PP-00014 EMENT VOL-02132-13 PP-02552)

Em 2006 o STF, sob o enfoque das teorias relativa e subjetiva, analisaram a possibilidade do regime de progressão de pena para infratores em crimes hediondos. Segundo o Relator, “a progressão no regime de cumprimento da pena, nas espécies fechado, semi-aberto e aberto, tem como razão maior a ressocialização do preso que, mais dia ou menos dia, voltará ao convívio social.” Portanto, o artigo 2º, §1º, da Lei Federal nº.8.072/90 é inconstitucional, pois viola e esvazia o direito fundamental do preso à individualização da pena, ferindo, pois a dignidade humana - artigo 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal. (HC 82959, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 23/02/2006, DJ 01-09-2006 PP-00018 EMENT VOL-02245-03 PP-00510 RTJ VOL-00200-02 PP-00795)

No mesmo ano, “in casu”, o Supremo Tribunal Federal, aplicou a teoria relativa sob o enfoque subjetivo na proteção do núcleo essencial do direito individual à incolumidade moral, da honra e boa fama do indivíduo. A inteligência interpretativa dos artigos 5º, IV, V, IX, X, XIII e XIV, e 220, caput e § 1º, da CF de 1988, demonstram a finalidade econômica e satisfatória do indivíduo, dada pela norma constitucional que dispõe sobre o valor da indenização na responsabilidade civil, sendo que na aferição do quantum indenizatório o juiz deve utilizar-se dos princípios da proporcionalidade e da equidade. Portanto, norma infraconstitucional não pode limitar o valor da indenização, sendo incompatível esse meio aos fins da norma constitucional, descritos anteriormente. (RE 447584, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, Segunda Turma, julgado em 28/11/2006, DJ 16-03-2007 PP-00043 EMENT VOL-02268-04 PP-00624 LEXSTF v. 29, n. 340, 2007, p. 263-279 RDDP n. 51, 2007, p. 141-148)

Em 2009, novamente se aplicou as Teorias relativa e subjetiva ao se analisar o direito fundamental ao livre exercício da profissão de jornalismo, declarando a não recepção constitucional da norma que exigia diploma de curso superior registrado no Ministério da Educação. Levou-se em conta a peculiaridade da profissão e o interesse coletivo em jogo, conforme transcrição parcial da ementa:

EMENTA: JORNALISMO. EXIGÊNCIA DE DIPLOMA DE CURSO SUPERIOR, REGISTRADO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE JORNALISTA. LIBERDADES DE PROFISSÃO, DE EXPRESSÃO E DE INFORMAÇÃO. CONSTITUIÇÃO DE 1988 (ART. 5º, IX E XIII, E ART. 220, CAPUT

E § 1º). NÃO RECEPÇÃO DO ART. 4º, INCISO V, DO DECRETO-LEI Nº 972, DE 1969. 1. RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS. ART. 102, III, “A”, DA CONSTITUIÇÃO. REQUISITOS PROCESSUAIS INTRÍNSECOS E EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE.

(...)A reserva legal estabelecida pelo art. 5º, XIII, não confere ao legislador o poder de restringir o exercício da liberdade profissional a ponto de atingir o seu próprio núcleo essencial.

5. JORNALISMO E LIBERDADES DE EXPRESSÃO E DE INFORMAÇÃO. INTEPRETAÇÃO DO ART. 5º, INCISO XIII, EM CONJUNTO COM OS PRECEITOS DO ART. 5º, INCISOS IV, IX, XIV, E DO ART. 220 DA CONSTITUIÇÃO. O jornalismo é uma profissão diferenciada por sua estreita vinculação ao pleno exercício das liberdades de expressão e de informação. O jornalismo é a própria manifestação e difusão do pensamento e da informação de forma contínua, profissional e remunerada. Os jornalistas são aquelas pessoas que se dedicam profissionalmente ao exercício pleno da liberdade de expressão. O jornalismo e a liberdade de expressão, portanto, são atividades que estão imbricadas por sua própria natureza e não podem ser pensadas e tratadas de forma separada. Isso implica, logicamente, que a interpretação do art. 5º, inciso XIII, da Constituição, na hipótese da profissão de jornalista, se faça, impreterivelmente, em conjunto com os preceitos do art. 5º, incisos IV, IX, XIV, e do art. 220 da Constituição, que asseguram as liberdades de expressão, de informação e de comunicação em geral. 6. DIPLOMA DE CURSO SUPERIOR COMO EXIGÊNCIA PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE JORNALISTA. RESTRIÇÃO

INCONSTITUCIONAL ÀS LIBERDADES DE EXPRESSÃO E DE INFORMAÇÃO. As liberdades de expressão e de informação e, especificamente, a liberdade de imprensa, somente podem ser restringidas pela lei em hipóteses excepcionais, sempre em razão da proteção de outros valores e interesses constitucionais igualmente relevantes, como os direitos à honra, à imagem, à privacidade e à personalidade em geral. Precedente do STF: ADPF nº 130, Rel. Min. Carlos Britto. A ordem constitucional apenas admite a definição legal das qualificações profissionais na hipótese em que sejam elas estabelecidas para proteger, efetivar e reforçar o exercício profissional das liberdades de expressão e de informação por parte dos jornalistas. Fora desse quadro, há patente inconstitucionalidade da lei. **A exigência de diploma de curso superior para a prática do jornalismo - o qual, em sua essência, é o desenvolvimento profissional das liberdades de expressão e de informação - não está autorizada pela ordem constitucional, pois constitui uma restrição, um impedimento, uma verdadeira supressão do pleno, incondicionado e efetivo exercício da liberdade jornalística, expressamente proibido pelo art. 220, § 1º, da Constituição.** 7. PROFISSÃO DE JORNALISTA. ACESSO E EXERCÍCIO. CONTROLE ESTATAL VEDADO PELA ORDEM CONSTITUCIONAL. PROIBIÇÃO CONSTITUCIONAL QUANTO À CRIAÇÃO DE ORDENS OU CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. No campo da profissão de jornalista, não há espaço para a regulação estatal quanto às qualificações profissionais. O art. 5º, incisos IV, IX, XIV, e o art. 220, não autorizam o controle, por parte do Estado,

quanto ao acesso e exercício da profissão de jornalista. Qualquer tipo de controle desse tipo, que interfira na liberdade profissional no momento do próprio acesso à atividade jornalística, configura, ao fim e ao cabo, controle prévio que, em verdade, caracteriza censura prévia das liberdades de expressão e de informação, expressamente vedada pelo art. 5º, inciso IX, da Constituição. A impossibilidade do estabelecimento de controles estatais sobre a profissão jornalística leva à conclusão de que não pode o Estado criar uma ordem ou um conselho profissional (autarquia) para a fiscalização desse tipo de profissão. O exercício do poder de polícia do Estado é vedado nesse campo em que imperam as liberdades de expressão e de informação. Jurisprudência do STF: Representação n.º 930, Redator p/ o acórdão Ministro Rodrigues Alckmin, DJ, 2-9-1977. 8. JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. POSIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. A Corte Interamericana de Direitos Humanos proferiu decisão no dia 13 de novembro de 1985, declarando que a obrigatoriedade do diploma universitário e da inscrição em ordem profissional para o exercício da profissão de jornalista viola o art. 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos, que protege a liberdade de expressão em sentido amplo (caso “La colegiación obligatoria de periodistas” - Opinião Consultiva OC-5/85, de 13 de novembro de 1985). Também a Organização dos Estados Americanos - OEA, por meio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, entende que a exigência de diploma universitário em jornalismo, como condição obrigatória para o exercício

dessa profissão, viola o direito à liberdade de expressão (Informe Anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, de 25 de fevereiro de 2009). RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS CONHECIDOS E PROVIDOS.

(RE 511961, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 17/06/2009, DJe-213 DIVULG 12-11-2009 PUBLIC 13-11-2009 EMENT VOL-02382-04 PP-00692, grifo nosso)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Posto isso, mesmo havendo, além dos remédios constitucionais (habeas corpus, habeas data, mandado de segurança etc.) e o controle de constitucionalidade, sobretudo no Estado da Social Democracia, é necessário que haja limites e programas para a atividade legiferante, sobretudo quando o objeto é um direito fundamental. Ademais, tanto em ações positivas ou negativas, havendo o risco de anular tais direitos, seja por haver lei que extrapole o condicionamento desses direitos, ou por não haver lei que possibilite sua aplicação social, o judiciário deve atuar por meio do controle de constitucionalidade ou resolução de casos concretos. Esta atividade judicante deve levar em consideração que os direitos estão em constantes renovações, acompanhando as mudanças intrínsecas das relações sociais e que não há construção do futuro sem a mínima preservação do passado.

O STF, historicamente, tende a utilizar as teorias relativa e subjetiva para analisar a constitucionalidade dos atos normativos. O conteúdo essencial dos direitos

fundamentais é determinado pela interpretação sistemática dos valores em jogo no processo. Ademais, seu fundamento de validade se extrai do art. 60, §4º, inciso IV, da Constituição Federal, pois expressamente limita o poder constituinte derivado a não abolir os direitos fundamentais e implicitamente o legislador ordinário, devido à supremacia da Carta Magna.

Independente da teoria que se utilize, lembrar que o fim último do direito é a paz social, regulando a vida em sociedade, sem hierarquias ou subterfúgios legais, é fazer justiça nos casos concretos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. Coimbra: Almedina, 1999.

LOPES, Ana Maria D'Ávila. A garantia do conteúdo essencial dos direitos fundamentais. Revista de Informação Legislativa, Brasília, n. 164, out./dez. 2004, p. 13. Disponível em: http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/Pdf/pdf_164/R164-01.pdf.

MENDES, Gilmar Ferreira, 1955-. Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade: estudos de direito constitucional. 3 ed. Ver. E ampl 3ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2007.

TORRES, Ricardo Lobo [organizado]. Legitimação dos direitos humanos. 2ª ed. Revista e ampliada. BARCELLOS, Ana Paula de. [et all.]. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

8. NOTA BIOGRÁFICA

Dailson Soares de Rezende

Advogado, Especialista em Licitações e Contratos Administrativos pelo Centro Universitário UNISEB-COC, Mestrando em Ciências Jurídicas pela UNIBE, Membro do Conselho Regional de Prerrogativas - 6ª Região - OAB - Seção São Paulo e autor de livros jurídicos pela Editora Jus Podivm. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito do Trabalho.



ARTIGOS
ADMINISTRAÇÃO

A IMPORTÂNCIA DO SER HUMANO NA EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Rudinei Perin Francescato - (rudinei_perin@hotmail.com)

Carlos Alexander de Andrade - (drcarlosalexander@hotmail.com)

Luciana de Goes Corrêa - (contadoraluciana@hotmail.com)

Resumo: O artigo aborda sobre o desenvolvimento das teorias organizacionais que partem na escola clássica, com a teoria científica, administrativa e burocrática, servindo como legado para a criação de novas formas organizacionais. Para tratar deste tema, abordamos o histórico, principais autores e conceitos da teoria clássica, correlacionando com a organização contemporânea e com visão global e estratégica num contexto no qual as novas formas organizacionais tendem a suprir necessidades que as empresas têm nos dias atuais, e como o capital humano tem servido de fonte de energia para a formatação desse novo tempo. Percebe-se que as novas formas organizacionais tendem a valorizar ainda mais o ser humano, e exigir deste a disposição para ajudar a organização a atingir seus objetivos.

Palavras-chave: Organizacional; Clássica; Científica; Burocracia.

Resumen: El artículo aborda sobre el desarrollo de las teorías organizacionales que parten en la escuela clásica, con la teoría científica, administrativa y burocrática, sirviendo como legado para la creación de nuevas formas organizacionales. Para tratar de este tema, abordamos el histórico, principales autores y conceptos de la teoría clásica, correlacionando con la organización contemporánea y con visión global y estratégica en un contexto en lo cual las nuevas formas organizacionales tienden a suplir necesidades que las empresas tienen en los días actuales, y como el capital humano ha servido de fuente de energía para la formación de ese nuevo tiempo. Se percibe que las nuevas formas organizacionales tienden a valorar aún más el ser humano, y exigir de este la disposición para ayudar la organización a alcanzar sus objetivos.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade mundial está passando por profundas transformações na qual presenciamos severas e constantes modificações de natureza tecnológica, política, cultural e econômica, num contínuo processo de aprofundamento e estreitamento nas relações internacionais.

A globalização, a concorrência e a busca por novos mercados intensificam a competitividade, fomentam a necessidade das organizações reestruturarem sua estrutura organizacional e seus meios de produção para que continuem existindo neste novo contexto.

Nosso estudo foca a análise das principais teorias das organizações, procurando sua contextualização histórica, conceitual e humana. Uma abordagem sobre a administração dos tempos contemporâneos e a participação humana nos processos são assuntos que lerás neste artigo.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. TEORIAS ORGANIZACIONAIS

2.2 A ESCOLA CLÁSSICA DA ADMINISTRAÇÃO

O capitalismo foi responsável pelo início do pensamento administrativo numa fase onde o monopólio era dominante e não havia padronização de processos de trabalho, o que dificultava o trabalho de controle das tarefas, persistindo até a revolução industrial, no século XVIII.

Como aborda Sobral (2012), começou-se a falar em otimização da produtividade e reconhecer as ações eficientes e as eficazes numa forma nova de trabalho, no findar do século XIX, chamada de escola clássica da administração.

“Com a indústria monopolista, surgiu à necessidade de se criar uma maneira de administrar com eficiência e eficácia essa nova forma de trabalho. Veja, era a primeira vez na história que um número grande de pessoas e de capital (dinheiro) se juntava em um só lugar para produzir alguma coisa de maneira constante e quase contínua. Foi

então que surgiu, bem no fim do século XIX, o primeiro sistema de práticas formais de gestão do trabalho, que ficou conhecido como a escola clássica de administração.” (SOBRAL, 2012, p. 44)

Para melhor contextualizar a escola clássica, precisaremos abordar sobre cada um dos pensamentos: Burocrático, Administração Científica e Gestão Administrativa.

2.3 A ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA

O principal responsável pela administração científica foi Frederick Winslow Taylor que buscou aumentar a eficiência na produção, escrevendo os livros *“Administração de Oficinas”*, em 1903, e *“Princípios de Administração Científica”* em 1911, trabalhando cinco aspectos como descreveu Chiavenato (2010):

- Remuneração: conciliação entre patrões e operários;
- Combate ao desperdício: cada tarefa tem seu melhor método cronometrado e evitando movimentos desnecessários;
- Racionalização do trabalho: treinamento aos operários e reconhecendo-os quando batessem suas metas de produção;
- Padronização de métodos e equipamentos: padronização desde ferramentas até as condições de iluminação;

- Princípios de administração: supervisor planeja para que o operário execute.

Conforme Silva (2013), enquanto no sistema de Taylor o operário executava movimentos regulados pelo tempo e definidos pelos administradores Henry Ford, criador da indústria de automóvel Ford Company, mobilizava seus operários involuntariamente a trabalhar no tempo da esteira rolante, que poderia variar de acordo com o nível de produção. As ideias de Taylor de economizar do trabalho humano não foram iguais ao de economizar material e tempo utilizado por Henry Ford que lançou o Ford T em 1908 e devido às reduções de custos, aumento da produtividade e maior eficiência conseguiu popularizar o carro, que na época era apenas para ricos, baixando ainda mais o preço de vendas nos anos seguinte.

A teoria Científica recebeu muitas críticas da gerência e dos sindicatos trabalhistas. Em 1915, a comissão de relações industriais dos Estados Unidos concluiu que esta teoria compreendia apenas questões mecânicas, desconsiderando os aspectos humanos da produção.

2.4 A BUROCRACIA

Caravantes (2005) menciona que vivemos em uma realidade onde falar em burocracia remete-nos a muitos papéis, processo lento, dificulta algo simples ou ainda complica tarefas. Na verdade, a burocracia foi criada para ser o contrário: organização

eficiente por excelência. Na busca pela excelência, Max Weber criou os fundamentos de Burocracia, no seu livro “A ética protestante e o espírito do capitalismo” de 1904, para explicar em detalhes como as coisas deveriam ser feitas dentro de uma empresa. Contemporâneo de Taylor, porém vivendo em território europeu Max Weber também se enquadra nesta abordagem clássica, mesmo que a transcenda. Nesta filosofia a meritocracia ganhou força para escolhas contratuais e de crescimento interno deixando de lado a preferência pessoal.

Com o crescimento das empresas, no início do século XX, a complexibilidade das tarefas também aumentou. Em seu livro, Silva (2013) menciona as sete características predominantes na burocracia de Max Weber:

- Divisão de Trabalho: cada função teria responsabilidades bem definidas e delegação de autoridades competentes.
- Hierarquia de autoridade: funções organizadas de formas de modo a formar a hierarquia que estrutura a empresa, cada um com seus deveres e privilégios.
- Racionalidade: todos os membros da organização são medidos tecnicamente pela meritocracia.
- Regras e padrões: as decisões gerenciais são baseadas em regras e normas pré-estabelecidas.

- Compromisso profissional: os administradores trabalham por remunerações fixas e não são os donos das empresas que administram.
- Registros escritos: visando a continuidade dos processos e tarefas, a burocracia mantém registros elaborados para detalhar as transações.
- Impessoalidade: as regras e procedimentos são aplicados de modo uniforme e imparcial.
- Segurança: a proteção e preservação dos bens e das pessoas;
- Contábeis: que analisa inventários, registros, balanços, custos e estatísticas;
- Administrativas: com a forma de prever a organização, comando, coordenação e ter controle da empresa.

Em síntese, o período conhecido pela teoria clássica da organização, pode ser sinteticamente demonstrado pela figura a seguir:

As críticas a esta teoria estão presentes até hoje quando se fala em burocracia, pois resultava em processos mais rígidos e demorados.

2.5 A GESTÃO ADMINISTRATIVA

O principal personagem desta teoria foi Henry Fayol que escreveu o livro “Administração Industrial e Geral”, publicada em 1916, que resume as principais ideias que foram base para seu sucesso gerencial. Sobral (2013) descreve os seis grupos inter-relacionados nas operações empresariais.

- Técnicas: relacionadas com a produção de bens ou de serviços da empresa;
- Comerciais: na parte com a compra, venda e permutação;
- Financeiras, com a procura e gerência de capitais;

Taylor	Fayol	Weber
CARACTERÍSTICAS ADMINISTRATIVAS		
Treinamento em Regras e rotinas. Uma maneira de fazer Motivação financeira.	Definição das funções da administração Divisão do trabalho Hierarquia Autoridade Equidade	Regras Impessoalidade Hierarquia Estrutura de Autoridades Racionalidade
FOCO		
No empregado	No gerente	Na organização inteira
VANTAGENS		
Produtividade Eficiência	Estrutura bem definida Profissionalização dos papéis gerenciais	Consistência Eficiência
DESVANTAGENS		
Subestima as necessidades sociais	Foco interno Excessiva ênfase no comportamento racional do gerente	Muita rigidez Lentidão

Figura: Taylor, Fayol e Weber comparados: uma síntese. (CARAVANTES, 2005, p. 67)

3. NOVAS FORMAS ORGANIZACIONAIS

Como escreve SERTEK (2012) as “mudanças exigem criatividade e respostas estratégicas. Nesse sentido, um dos fatores mais relevantes é a inovação tecnológica” constituindo-se no diferencial entre empresas atualizadas e empresas clássicas. Desta forma, a tecnologia tem se demonstrado decisiva para a criação de valor e de um modelo moderno

que precisa ser desmontável, uma vez que as variações globais podem afetar à todos e o cenário poderá ser bem diferente.

Neste constante processo de atualizações, a escola contemporânea da administração que se demonstrou mais prática, exercendo melhor os processos de planejar, organizar, dirigir e controlar. (STADLER, 2012)

“A teoria neoclássica teve grande aceitação no meio empresarial por ser eclética e altamente adaptável à realidade organizacional de pequenas, médias e grandes empresas de setores primários, secundários e terciários da economia. Porém sua contribuição consiste na discussão da necessidade da descentralização da autoridade aos níveis mais baixos da organização como meio de alcançar maior eficiência.” (STADLER, 2012, p. 26)

Carvalho (2012) disserta sobre as alterações em termos ambientais, tecnológicos e sociais, evidenciando riscos de organizações que não se adaptem com as exigências da atualidade, questionando se a melhor solução seria a renovação ou o controle por métodos consistentes e fechados, como é o caso burocrático, baseando sua tese no fato de permanecerem inalterados fatores humanos como as necessidades e desejos, mesmo com alterações nos produtos e nas trocas.

Baldi (2004) quando cita a necessidade do redesenho de estruturas organizacionais e dos meios de produção, gerados pela competitividade intensificada pela busca de novos mercados e a globalização, ratifica o ambiente natural atual, como eminente fator diretivo a alterações das formas organizacionais tradicionais, apontando como necessária a flexibilidade e a agilidade produtiva, assim como traça um comparativo com as formas anteriores.

Carvalho (2012), considera que as evoluções tecnológicas induzem empresas na melhoria na atuação no mercado, ao gerar novos produtos e conquistar novos mercados, o que acaba impondo barreiras as empresas

que não consigam acompanhar o dinamismo e flexibilidade que as ferramentas de gestão e de tecnologia de informações impõe.

Sobral (2013) aborda sobre a reflexão das teorias que foram bases para novos e constantes aperfeiçoamentos na administração, onde nem sempre buscaram uma evolução direta, pois havia teorias mais voltadas à indústrias e outras para empresas humanísticas. Abaixo, uma figura que demonstra o legado das teorias:

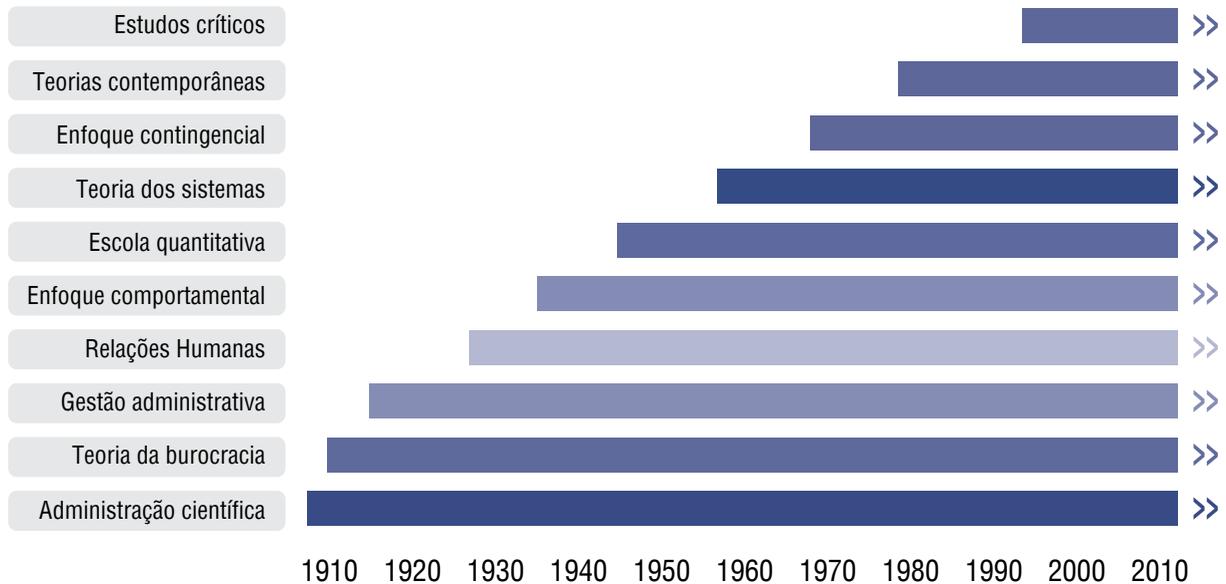


Figura 1 – Escolas de administração: uma perspectiva temporal (Sobral, 2013, p. 48).

4. O CAPITAL HUMANO NAS MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS

Drucker (2003) nos remete à era agrícola, quando a terra era fundamental para estabelecer vantagem estratégica e econômica. Com o advento da revolução industrial, a vantagem econômica passou para quem controlava a principal fonte de energia, o motor. No entanto, a transição para o futuro exigirá uma fonte de energia bem mais complexa de administrar que é o capital humano.

O contexto organizacional é caracterizado pela flexibilidade imposta pelo ambiente de negócios. Fatores como a natureza da economia global, avanços tecnológicos de produção, informática e telecomunicação, mudanças constantes nos mercados, competitividade crescente e as alterações

drásticas nos valores sociais, fornecem ao ambiente empresarial adjetivos tais como dinâmico, mutável, incerto, complexo e instável. Estes fatores constituem pressões que direcionam as organizações a incorporarem a mudança em seu dia-a-dia e, a partir disso, ocorrem também transformações nos valores do comportamento humano. “Considerando as rápidas e intensas mudanças que atingem as organizações atuais é ao mesmo tempo difícil e arriscado identificar as peças fundamentais da estrutura de qualquer organização. Da estratégia de mercado e da tecnologia da informação às alianças globais e estratégicas, a arte da previsão tem sido bem mais complicada e incerta.” (DUCKER, 2003)

Entende-se por capital humano o conjunto de capacidade, conhecimento, habilidade e atributos de personalidade que favorecem a realização de trabalho de modo a produzir valor econômico. O capital humano inclui também a criatividade e a inovação organizacional, observando-se com que frequência novas ideias são geradas dentro da empresa, ou com que frequência estas ideias são implementadas, ou ainda qual o percentual de sucesso na implementação destas ideias. Resumidamente, o capital humano é aquilo que as pessoas levam para a casa no final do expediente (STEWART, 1998).

A perspectiva de mudança é admitida como fruto de um novo sistema de valores ou crenças. O ser humano é autodeterminado e soberano sobre todos os objetos. A realidade organizacional só existe em função dos valores das pessoas, ou seja, a organização não tem existência à parte de seus participantes, e os objetivos organizacionais constituem, essencialmente, objetivos individuais. Em termos operacionais, portanto, ser adaptável significa que os subsistemas inter-relacionados que constituem a organização também precisam ser simultaneamente compatíveis entre si e com o ambiente (MORGAN, 1996).

Como escreve Ponchirolli (2011), as empresas necessitam perceber que os seres humanos em seu trabalho não são apenas pessoas movimentando ativos, eles próprios são os ativos que podem ser valorizados, medidos e desenvolvidos como qualquer outro ativo da cooperação. São ativos dinâmicos que podem ter seu valor aumentado com o tempo, e não ativos inertes que perdem o valor. Com certeza são os mais

importantes de todos os ativos. “Os sistemas criados para recrutá-los, recompensá-los e desenvolvê-los, formam uma parte principal do valor de qualquer empresa tanto quanto ou mais que os outros ativos como dinheiro, terras, fábricas, equipamentos e propriedade intelectual.” (PONCHIROLLI, 2011)

Conforme a visão de Pagés (1979), as transformações ocorridas no aparelho produtivo, tais como a intelectualização das tarefas, o papel cada vez maior das ciências e das técnicas em todos os níveis da produção, a maior divisão técnica do trabalho e a interdependência das tarefas, a mudança e a renovação constantes, são os determinantes básicos das novas formas de organização. Diante delas, o aparelho produtivo passa a exigir que não se cumpra apenas exigências:

“Trabalhadores instruídos, capazes de compreender os princípios de sua ação e não apenas cumprir tarefas rotineiras, capazes de iniciativas, não só aceitando, mas desejando a mudança, aderindo voluntariamente a seu trabalho e interessando-se por ele, capazes e desejosos de cooperar com os outros, não apenas com os colegas permanentes, como nas antigas oficinas, mas de adaptação rápida a equipes mutantes, e às forças-tarefas provisórias.” (Pagés, 1979, p. 35).

Para Chiavenato (2002), o principal produto da área de Gestão de Pessoas é garantir que a empresa possua um conjunto de talentos humanos plenamente identificados com a missão e a visão da organização e conseqüentemente, dispostos a ajudá-la a atingir seus objetivos. O esforço interno para que isso aconteça depende de vários

fatores, tais como: tarefas estimulantes e ambientes de trabalho motivador. À medida que as organizações utilizam o conhecimento, tornam-se mais aptas a concorrer no mercado competitivo. São as pessoas que trazem valor às organizações através de sua competência e interação mútua, por isso, não devem ser consideradas como custos operacionais e sim, como fonte de receita.

Sob tais condições, os trabalhadores tornam-se mais livres para empreenderem, construir e organizar a produção e ao mesmo tempo para se questionarem acerca das finalidades da organização e colocá-la em questão. Daí é que surge a necessidade destas novas formas de serem gerenciadas com base em um sistema de princípios cuja aplicação concreta requer a adesão dos indivíduos e possibilita a interpretação das diretrizes do negócio.

Segundo Branham (2002), se a empresa valoriza o empregado, investe nas pessoas como a principal fonte de vantagem competitiva e comunica sua visão e missão de forma clara tem como benefícios uma mão-de-obra comprometida, com alto desempenho e possui vantagem competitiva duradoura. Competir na era do capital humano exige muito trabalho, esforço e determinação. O ser humano com toda a sua potencialidade é a figura principal na formação destes novos tempos e efetivamente pode fazer a diferença no sentido de construir não só empresas com maior agilidade e lucros, mas também e principalmente um mundo justo e humano, pois só assim terá valido à pena ter vivido estes novos tempos em que o capital humano é personagem principal desta nossa história (LOUREIRO, 2005).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As modificações inerentes da abertura dos mercados e as rápidas transformações tecnológicas trouxeram para as organizações a necessidade de pensar e reformular seus modos de trabalhar por meio de novos arranjos organizacionais. O presente estudo nos possibilitou a abordagem da teoria clássica, passando pela Administração Científica, Gestão Administrativa e a Burocracia, que acumulou teorias que convergiram para a criação de novas formas que aperfeiçoaram os métodos, as prioridades e as normas, porém sem negar o legado que o classicismo deixou. Para atualidade, cremos que o ser humano continuará sendo o fator primordial para o desenvolvimento das novas formas organizacionais, onde ele sintam-se bem para ser eficiente e produzir com alta performance e entregar os melhores resultados, assim deixando a cobrança do horário, do cumprimento de processos sistemáticos e de tarefas desnecessárias em segundo plano.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANHAM, Leigh. **Motivando as pessoas que fazem a diferença: 24 maneiras de manter os talentos da sua empresa.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- CARAVANTES, Geraldo R.; PANNO, Cláudia C.; KLOECKNER, Mônica C. **Administração: Teorias e Processos.** São Paulo: Pearson, 2005.
- CARVALHO, José Vieira; VALENTINI, Silvio. **As Transformações das Organizações: Os Projetos e riscos nas adaptações, Anuário da Produção Acadêmica Docente, vol. 5, nº 10 (2011).**
- CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação à Teoria das Organizações.** São Paulo: Manole, 2010.
- _____. **Construção de Talentos. As Novas Ferramentas da Gestão de Pessoas.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- DRUCKER, Peter Ferdinand. **Fator humano e desempenho: o melhor de Peter F. Drucker sobre administração.** São Paulo: Pioneira, 2003.
- FAYOL, Henry. **Administração Industrial e Geral.** São Paulo: Atlas, 1990.
- LOUREIRO, Roberto de Oliveira. **Como competir na era do capital humano.** Disponível em <<http://www.porhtal.com.br/artigos/loureiro.htm>>. Acesso em 29/07/2014.
- MORGAN, Gareth. **Imagens da organização.** São Paulo: Atlas, 1996.
- PAGÉS, Max. **O poder das organizações.** São Paulo: Atlas, 1987.
- PONCHIROLLI, Osmar. **Ética e Responsabilidade Social Empresarial.** Curitiba: Juruá, 2011.
- SERTEK, Paulo; et al. **Administração e Planejamento Estratégico.** Curitiba: Intersaberes, 2012.
- SILVA, Reinaldo O. **Teorias da Administração. São Paulo:** Pearson, 2013.
- SOBRAL, Filipe; PECI, Alketa. **Teorias da Administração.** São Paulo: Pearson, 2012.
- _____. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro – 2ª Edição.** São Paulo: Pearson, 2013.

STADLER, Adriano; MAIOLI, Marcos Rogério. **Organizações e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

STEWART, Thomas A. **Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas, 1976.

7. NOTA BIOGRÁFICA

Rudinei Perin Francescato

Mestrando em Administração pela Universidad Iberoamericana, Pós-Graduado em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e Bacharel em Ciências Contábeis pela UCS. E-mail: rudinei_perin@hotmail.com

Carlos Alexander de Andrade

Mestrando em Administração pela Universidad Iberoamericana, Pós-Graduado em Periodontia pela UERG e Graduado em Odontologia pela UFS. E-mail: drcarlosalexander@hotmail.com

Luciana de Goes Corrêa

Mestrando em Administração pela Universidad Iberoamericana, Pós-Graduada em Auditoria e Controladoria pela UNIT e Bacharela em Ciências Contábeis pela UFS. E-mail: contadoraluciana@hotmail.com

CONTROLE E CONFLITO NAS ORGANIZAÇÕES

Rogério Farias Pimenta - (ivoneroger@hotmail.com)

Resumo: Taylor propôs a formação de uma equipe de trabalho, baseando-se na cooperação entre empresa e empregados. Fayol baseia a forma de prevenir situações conflitantes na hierarquia de autoridade e na unidade de comando; ambos desconsideram a possibilidade de conflito no cenário empresarial (CHIAVENATO, 2003); a Teoria das Relações Humanas veio a preencher as falhas da teoria organizacional Clássica. Nessa teoria, a ênfase é colocada no ser humano, havendo forte influência de psicólogos e sociólogos. Mayo afirma que a busca da racionalidade organizacional, as relações humanas e o cooperativismo afastariam o conflito. A teoria do estruturalismo considera que o conflito entre grupos é algo que pode ser apenas minimizado, nunca evitado, e, sendo positivo, é desejável (Etizioni, 1974). Blau & Stock discutem sobre dilemas da organização formal. Mello (1991) pontua que a atuação do gestor na resolução de conflitos é fundamental, sendo essencial o gestor estar preparado para resolver os conflitos que surgirão na sua equipe de trabalho.

Palavras-chave: Gestão de Conflitos, Grupo Social, Mudanças, Controle, Objetivos, Organização.

Resumem: Taylor propuso la formación de un equipo, basándose en la cooperación entre la empresa y los empleados. Fayol se basa en cómo prevenir situaciones conflictivas en la jerarquía de la autoridad y la unidad de mando; los dos ignoran la posibilidad de un conflicto en el escenario de negocios (de CHIAVENATO, 2003); la Teoría de Relaciones Humanas vino a llenar las lagunas en la teoría organizacional. Nessa teoría clásica, el énfasis está en el ser humano, hay una fuerte influencia de los psicólogos y sociólogos. Mayo dice que la búsqueda de la racionalidad de la organización, las relaciones humanas y las cooperativas de alienan el conflicto. La teoría del estructuralismo cree que el conflicto entre los grupos es algo que sólo puede ser minimizado, nunca se evita, y, siendo así, es deseable (Etizioni, 1974). Blau y Stock hablan de los dilemas de la organización formal. Mello (1991) señala que el papel del gerente en la resolución de conflictos es fundamental, es esencial estar preparado para el gestor de resolver los conflictos que surgen en su equipo de trabajo.

1. INTRODUÇÃO

Neste estudo aborda-se a respeito do fator conflito nas organizações - como algo inerente às mesmas e, portanto inevitável - e suas consequências e possíveis contribuições para o crescimento das mesmas, segundo a ótica da Teoria Estruturalista (ETIZIONI, 1974), (CHIAVENATO, 2003).

Faz-se ainda um paralelo, dentro do tema ora objeto de estudo, entre a teoria organizacional supramencionada e as teorias antecedentes a ela, a saber, a Teoria Clássica e a Teoria das Relações Humanas, mostrando a divergência de pensamento dos autores dessas duas últimas com o pensamento do autor daquela (CHIAVENATO, 2003).

2. OBJETIVO GERAL

Entender a dinâmica do processo do desenvolvimento dos conflitos nas organizações.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Estudar como e por que ocorrem os conflitos nas organizações.
- 2) Identificar meios de como gerenciar os conflitos nas empresas.
- 3) Descobrir como e o que fazer para melhorar as relações interpessoais dos componentes humanos envolvidos nos sistemas organizacionais.

4. CONTROLE E CONFLITO NAS ORGANIZAÇÕES

“Conflito significa a existência de idéias, sentimentos, atitudes ou interesses antagônicos e colidentes que podem se chocar.” (CHIAVENATO, 2003, p. 305)

“Sempre que se fala em acordo, aprovação, coordenação, resolução, unidade, consentimento, consistência, harmonia, deve-se lembrar que essas palavras pressupõem a existência ou a iminência de seus opostos, o que significa conflito” (CHIAVENATO, 2003, p. 305).

A teoria estruturalista, segundo Etzioni (1974), vem mostrar que o conflito é inerente a qualquer grupo social, e assim também, às organizações; assim, o conflito, ainda conforme o mesmo autor, é considerado como processo

social fundamental e não pode ser evitado, apenas minimizado.

“A Teoria Estruturalista discorda das que a antecedem, a saber, as teorias Clássica – que afirmava que podia haver uma harmonia de interesses entre patrões e empregados – e Humanística (ou das Relações Humanas) – que defendia que era possível preservar essa harmonia por meio de uma atitude compreensiva e terapêutica. Essas teorias não consideravam o problema conflito-cooperação, que são componentes da vida de uma organização, são dois aspectos da atividade social tão ligados entre si que, a resolução de um conflito é entendida como uma fase do esquema “conflito-cooperação” e não como a “eliminação do mesmo”. Destarte, o propósito da administração deve ser o de obter cooperação e sanar conflitos, criando condições para controlá-los e dirigi-los para canais úteis e produtivos” (CHIAVENATO, 2003, p. 305).

Etzioni (1974), comenta essa discordância dizendo que “o corte básico refere-se exatamente à introdução [pela Teoria Estruturalista] da questão do conflito.” (CHIAVENATO, 2003, p. 305)

Então, passa-se a analisar os contextos dos conflitos para identificar quando é possível transformá-los em fatores positivos de mudança – porque nem sempre o é - e aí sim, a situação conflituosa deixa de ser algo indesejável. (CHIAVENATO, 2003, p. 305)

Nesse ínterim, Chiavenato afirma que, para os estruturalistas, os conflitos são elementos geradores de inovação na organização, mas nem sempre é possível canalizá-los para tanto (2003, p. 305).

“O conflito social deve ser evitado a todo custo por meio de uma administração humanizada que faça um tratamento preventivo e profilático. As relações humanas e a cooperação constituem a chave para evitar o conflito social. Mayo não vê possibilidade de solução construtiva e positiva do conflito social. Para ele, o conflito social é o germe da destruição da própria sociedade. ‘O conflito é uma chaga social, a cooperação é o bem-estar social (Elton Mayo, 1919, p. 48).’ (Chiavenato, 2003, p. 109).”

Na citação acima, Mayo (fundador da teoria das Relações Humanas) expressa seu pensamento de discordância a Taylor (fundador da Teoria Científica), porque esse último dizia que a motivação básica do trabalhador é o salário (homo economicus), enquanto aquele defende que o homem necessita ser reconhecido e ter suas necessidades psicológicas satisfeitas. (CHIAVENATO, 2003, p. 108)

“Um dos pontos de vista defendidos por Mayo (1919) é: ‘já que [na civilização industrializada] os métodos convergem para a eficiência e não para a cooperação humana – e muito menos para objetivos humanos – há um conflito social na sociedade industrial: a incompatibilidade entre os objetivos organizacionais da empresa e os objetivos individuais dos empregados. Ambos nunca se deram muito bem, principalmente quando a preocupação exclusiva com a eficiência sufoca o trabalhador’”. (CHIAVENATO, 2003, p. 109)

“Os estruturalistas, por sua vez, indicam importantes funções sociais do conflito e não concordam com sua repressão artificial. Por meio do conflito pode-se avaliar o poder e

o ajustamento do sistema da organização à situação real e, assim, alcançar a harmonia na organização.” (CHIAVENATO, 2003, p. 306)

Chiavenato afirma que à medida que as soluções dos conflitos são alcançadas, surgem mudanças, as quais geram outros conflitos, os quais levarão a outras inovações, e assim por diante. (2003, p. 109)

Se o conflito for sufocado e disfarçado, ele procurará outras formas de expressão, como abandono do emprego, ou aumento de acidentes, resultando em desvantagens para o trabalhador e para a organização. (CHIAVENATO, 2003, p. 109)

As duas principais situações de conflito nas organizações são: conflitos entre a autoridade do especialista e a autoridade administrativa, os dilemas da organização, segundo Blau e Scott (1969) - a saber, o dilema entre coordenação e comunicação livre, o dilema entre disciplina burocrática e especialização profissional, o dilema entre a necessidade de planejamento especializado centralizado e a necessidade de iniciativa individual, sendo que esses três são reflexos do dilema entre ordem e liberdade; e, enfim, também, existem os conflitos entre linha e assessoria (CHIAVENATO, 2003, p. 306-309).

Os conflitos podem ainda ser classificados como: a) substantivos – referentes à substância da tarefa- b) afetivos – referentes aos aspectos emocionais e afetivos das relações humanas (LIKERT, 1979), (UMSTOT, 1984). Os autores Schermerhorn e Hunt & Osborn (1999) utilizam a nomenclatura emocional ao invés de afetivo, referindo-se a ambas como sinônimas.

Os conflitos também podem ser: a) pessoal ou interpessoal – ocorrem dentro do próprio indivíduo – b) interpessoais - entre dois ou mais indivíduos – c) intergrupo - entre dois ou mais grupos – d) intragrupo – entre os membros de um mesmo grupo – e) interorganizacional – entre organizações diferentes, sejam elas parceiras ou concorrentes (SCHERMERHORN E HUNT & OSBORN, 1999), (MORGAN, 1996), (WHITE E BECMAR, 1986), (UMSTOT, 1984).

Ainda quanto aos resultados, os conflitos podem ser: a) construtivos – trazem benefícios para os grupos, para as pessoas e/ou para a organização – e b) destrutivos – destroem o grupo, as pessoas e/ou a organização (SCHERMERHORN E HUNT & OSBORN, 1999), (FUSTIER, 1975). Segundo Robbins (2002), os conflitos construtivos e destrutivos são chamados, respectivamente, de funcionais e disfuncionais. Esse autor tipifica os conflitos em: a) de tarefa – em relação ao conteúdo e objetivo do trabalho – b) de relacionamento – diz respeito às relações interpessoais – e os c) de processo – referem-se à maneira como o trabalho é realizado.

Em uma análise estrutural de um conflito, considera-se que cada parte agirá não apenas segundo suas próprias predisposições e previsões relativas ao desenvolvimento do conflito, mas também de acordo com a situação na qual se desenvolve o conflito, ou seja, segundo as forças em jogo nas negociações do conflito, as pressões que são exercidas sobre ela e dentro do quadro de referência onde se desenvolve o conflito (RONDEAU, 1996).

De acordo com Handy (1978, p. 256,257) a presença de um conflito é detectada pelos seguintes fatores: comunicações

deficientes, hostilidade e inveja intergrupar, fricção interpessoal, escalada de arbitragem, proliferação de regras, regulamentos, normas e mitos, além de moral baixa por causa da frustração gerada pela ineficiência.

Reed (1997), afirma que a perspectiva política – uma das três perspectivas que fundamentam os estudos de gestão – discorre sobre atuação do gestor no controle dos conflitos. Segundo esse autor, o gestor passa a interagir com a equipe, buscando administrar os aspectos que provocam concorrências internas em função das estruturas organizacionais. Reed ainda acrescenta que, para tanto, o gestor precisa ser um conhecedor do seu campo de atuação e das estruturas organizacionais.

Gerir conflitos é uma das funções principais do gestor (Motta, 1991).

Segundo Mello (1991), é essencial o gestor estar preparado para resolver os conflitos que surgirão na sua equipe de trabalho, uma vez que facilitar a conciliação entre os membros de sua equipe - minimizando quaisquer consequências negativas que tenham surgido e buscando destacar os pontos positivos - será decisivo no alcance dos objetivos da organização como um todo.

5. CONCLUSÃO

É notório que a questão dos conflitos é algo que não pode ser descartado como possibilidade real a ser considerada e estudada com zelo pelas organizações. Negligenciar a necessidade constante de preparação para enfrentar conflitos e transformá-los em mudanças positivas, ou

simplesmente considerar que eles não irão acontecer em nenhum cenário ou momento no desenvolvimento diário das relações humanas existentes no âmbito de trabalho nas empresas, é condenar toda a organização a estar fadada a um inevitável e iminente fracasso total.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Chiavenato, Idalberto, *Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações* / Idalberto Chiavenato - 7. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2003 - 6ª reimpressão

Cavalcanti, Antônio, *O Gestor e seu Papel na Gestão de Conflitos* – disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ELPS-6VDGR6/antonio_carlos.pdf?sequence=2, dia 31/07/2014, às 7:37 h

7. NOTA BIOGRÁFICA

Rogério Farias Pimenta

Rogério Farias Pimenta, natural de São Paulo, Licenciado em Matemática pela Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC EaD em 2008, é mestrando em Administração pela Universidade Iberoamericana em Assunção.

Já atuou como docente no Ensino Fundamental e Médio no Colégio Municipal São Pedro, na Bahia, tendo contribuído com projetos educacionais importantes, destacando-se, entre outros, o “Projeto Terra: Planeta Água”, um projeto interdisciplinar, no qual se evidenciou aos discentes a importância da água para o planeta e, claro, também para nossas vidas.

Nesse momento, atua na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, atuando como atendente comercial, estando já promovido para atuar como gerente de agência de Correios a partir de 2015. É o cenário dessa distinta empresa que está sendo o fundamento para a reflexão e busca de inspiração para a elaboração da sua tese supramencionada.



ARTIGO
CONVIDADO

QUILOMBOLAS - DIREITOS FUNDAMENTAIS: O Acesso À Saúde, Habitação e Educação.

Karla Camila Correia da Silva¹ - (karlacamilac@yahoo.com.br)

Marise Pereira Gomes - (anamarisegomes@gmail.com)

Ivete Azambuja Gonçalves - (iveteazambuja@hotmail.com)

Resumo: O presente artigo tem como principal objetivo apresentar a temática dos quilombolas, conceituando o termo, direitos adquiridos, enfatizando as contradições entre a legislação e sua aplicação nas comunidades quilombolas, no direitos a saúde, habitação e educação. Apresenta também as comunidades reconhecidas no estado do Tocantins.

Palavras-chave: Quilombolas; Escravos; Comunidades Afro-Descendentes.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar el tema de los cimarrones, la conceptualización del término adquirido derechos, con énfasis en las contradicciones entre la ley y su aplicación en las comunidades cimarronas, los derechos a la salud, la vivienda y la educación. También proporciona las comunidades reconocidas en el estado de Tocantins.

1. INTRODUÇÃO

A escravidão consumiu milhares de negros, onde eram obrigados a trabalharem aos seus senhores com excessiva jornada de trabalho e péssimas condições de moradia, higiene, sendo sempre maltratados. Devido às péssimas condições, muitos se organizavam a fugas e a formação de grupos.

De acordo com Ayres (2004) e Castel (1997), esses grupos receberam diferentes nomes, e no Brasil eram chamados de quilombos e mocambos, e seus membros quilombolas ou mocambeiros.

Quilombo é um termo banto que significa acampamento guerreiro na floresta. Os habitantes dos quilombos eram chamados “quilombolas” ou

“calhambolas”, palavras angolanas derivadas de ngolo-“força”; nbula “golpe”; calhambola seria o destino (APOLINÁRIO, 2007).

As comunidades quilombolas têm seu modo tradicional de viver que é expresso na sua cultura, seus costumes, festas, danças e hábitos próprios. Devido a essas características próprias é que foram criadas leis específicas para tratar dos descendentes de escravos.

De acordo com Oliveira (2008) quilombolas é toda habitação de negros fugidos que passassem de cinco, em partes despovoadas, baseando não somente na fuga, mais também nas doações de terras feitas pela igreja católica.

São considerados territórios de resistência cultural, sendo remanescentes grupos étnicos raciais, com trajetórias próprias, dotados de relações territoriais específicas.

Andrade et al. (2010) relatam que esses movimentos reapareceram no Brasil república com a Frente Negra Brasileira (1930/40) e retornou a cena política no final dos anos 70, na redemocratização do país.

Desde a década de 1950, o governo brasileiro vem tentando sancionar leis a fim de legalizar as comunidades remanescentes no país. Em 1951, foi sancionada a Lei Afonso Arinos (Lei nº 1390) que tornou o preconceito racial contravenção penal. Em 1985, a lei foi ampliada, incluindo entre as contravenções penais, não só a discriminação baseada na raça/cor, mas no sexo ou no estado civil. Era a chamada Lei Caó (Lei nº 7437). A partir dos anos de 1990 houve um significativo aumento das discussões sobre ações afirmativas e direitos de reparação para as populações afrodescendentes.

Lira e Valadares (2012), afirmam que o avanço dos conhecimentos históricos a cerca dos quilombos e o desencadeamento do processo de organização das comunidades negras no Brasil, que apareceu como lei, foi na Constituição Federal de 1988, determinando o reconhecimento da propriedade de terra ocupada pelos quilombolas.

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos nº 215 e 216, garantiu proteção às manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e estendeu a noção de direito às práticas culturais. No Artigo nº 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT

68), concedeu direito à terra aos descendentes de escravos por meio da titulação dos quilombos.

A partir da Constituição, o Estado começou a intervir, propondo ações e políticas, como: cotas nos concursos do funcionalismo público, apoio do INCRA às comunidades quilombolas, verbas especiais para a pesquisa e saúde dos afrodescendentes, cotas nas universidades públicas, políticas educacionais e culturais especiais implementados pelo MEC.

Além da garantia e permanência aos seus territórios e da proteção ao patrimônio cultural, a partir de 2003, o governo federal vem desenvolvendo medidas para que a cultura, a história de luta e sobrevivência, e o modo de vida dos quilombos sejam inseridos em salas de aula, nas próprias comunidades, como também além dos muros. Entre estas medidas está a Lei 11.645/2008, que estabelece que se inclua no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

2. QUILOMBOS NO TOCANTINS

Lira e Valadares (2012) afirmam que o enfoque científico começou a ser relatado a partir de trabalhos realizados por pesquisadores da Universidade Federal de Goiás (UFG), da Universidade do Tocantins (UNITINS) e na Universidade Federal do Tocantins (UFT).

O estado do Tocantins começou a discutir sobre a cultura quilombola em 2005. Por meio do Decreto nº 2.385, o governo do estado convocou a I Conferência Estadual de Promoção de Igualdade Racial, com o intuito

de propor as diretrizes para a fundamentação das ações, sendo abordados assuntos como a análise da realidade social, econômica, política e cultural brasileira, tendo como prioridade a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Por meio do Decreto nº 2.483, de 26 de julho de 2005, foi instituído o Comitê Estadual Gestor do Programa Brasil Quilombola e Comunidades Tradicionais no Estado do Tocantins ligado à Secretaria de Cidadania e Justiça com a finalidade de direcionar as políticas públicas às comunidades quilombolas existentes no Estado.

Após o mapeamento das comunidades reconhecidas no Estado, foi realizada uma pesquisa inserida dentro do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial, que estabeleceu uma metodologia pautada em ações que permitiriam o desenvolvimento sustentável dos quilombos, de acordo com suas especificidades históricas e contemporâneas, garantindo os direitos à titulação e à permanência na terra, à documentação básica, alimentação, saúde, esporte, lazer, moradia adequada, trabalho, serviços de infraestrutura e previdência social, entre outras políticas públicas destinadas à população quilombola do estado (ESTEVEZ, 2012).

O estado do Tocantins possui atualmente 29 comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombos, conforme mencionados na tabela 1:

Comunidade	Município
Mimoso	Arraias
Barra do Aroeira	Santa Tereza do Tocantins
São Joaquim	Porto Alegre do Tocantins
Fazenda Lajeado	Dianópolis
Kalunga do Mimoso	Arraias e Paranã
Morro do São João	Santa Rosa do Tocantins
Cocalinho	Santa Fé do Araguaia
Projeto da Baviera	Aragominas
Redenção	Natividade
Mumbuca	Mateiros
Lajinha	Porto Alegre do Tocantins
Lagoa da Pedra	Arraias
São José	Chapada da Natividade
Malhadinha	Brejinho de Nazaré
Chapada da Natividade	Chapada da Natividade
Córrego Fundo	Brejinho de Nazaré
Grotão Filadélfia	Água Branca Conceição do Tocantins
Matão Conceição do Tocantins	Mata Grande Monte do Carmo
Santa Maria das Mangueiras	Dois Irmãos
Carrapato/ Formiga/Ambrósio	Mateiros
Dona Juscelina	Muricilândia
Rio das Almas	Jaú do Tocantins
Currãozinho do Pontal	Brejinho de Nazaré
Manoel João	Brejinho de Nazaré
Ilha de São Vicente	Araguatins
Pé do Morro	Aragominas
Baião	Almas

Tabela 1: Comunidades Reconhecidas como remanescentes de quilombos.

Fonte: Fundação Cultura do Tocantins (2010).

Teske (2010) esclarece que os órgãos federais, estaduais e municipais implantaram ações de políticas públicas que levam a promover a cidadania, o acesso a bens básicos, melhorando

assim a qualidade de vida dos quilombos, garantindo energia elétrica, água encanada, telefone público.

O Estado visa ressarcir os danos psicológicos, materiais, sociais e políticos sofridos pelos descendentes de africanos, criando formulação de políticas, iniciativas de combate ao racismo (BRASIL, 2004).

Em 2004, foi instituído o Programa Brasil Quilombola que resulta no conjunto de políticas governamentais voltado para comunidades quilombolas, coordenado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR, sendo integrado a diversos ministérios, com ações previstas em áreas como educação, cultura, saúde, agricultura e segurança alimentar; regularização fundiária (BRASIL, 2005).

3. DIREITOS À SAÚDE

Em 1996 foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), tendo como objetivo a promoção da equidade em saúde, em função de situações de risco, com vistas ao maior cuidado com a saúde e situações de risco, garantindo um maior grau de equidade.

De acordo com Oliveira (2003), a saúde da população negra é um campo de estudos, pesquisas e assistência reconhecida. Mesmo assim, o direito a saúde nas comunidades quilombolas ainda é escasso, com falta de profissionais e recursos para o atendimento aos quilombos.

4. DIREITOS À EDUCAÇÃO

Foi regulamentada em janeiro de 2003, a Lei nº 10.639, que estabelecia as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. No mesmo ano foi criado o Decreto nº 4.886, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), para coordenar as ações necessárias à implantação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

O documento defende medidas que ofereçam a população quilombola o ingresso, permanência na educação escolar, na valorização do patrimônio, aquisição de competências e dos conhecimentos indispensáveis para a continuidade no estudo (BRASIL, 2004).

Diferente do que é relatada na literatura, a estrutura das escolas nas comunidades são precárias, sendo casebres com defeitos nas instalações, as carteiras nem sempre são suficientes para todos os alunos sentarem, algumas faltam encostos. Em algumas comunidades possuem apenas uma sala de aula, sendo multisseriada, oferecendo ensino do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental (ARAUJO; FOSCHIERA, 2012).

As crianças que forem estudar nos anos seguintes, precisam se deslocar as escolas da cidade, e nem sempre os pais tem condição financeira. Algumas moram em casas de desconhecidos, onde acabam fazendo tarefas domésticas para pagar a moradia, enfrentando também o preconceito dos novos colegas, sem contar na dificuldade de acompanhar o ritmo das aulas.

5. DIREITOS À HABITAÇÃO

De acordo com Brasil (2005), o Decreto nº 4.887 de 2003, regulamenta e agiliza o direito à terra aos descendentes de escravos. Paralelamente, a partir desse ano, várias manifestações culturais afro-brasileiras receberam o título de Patrimônio Cultural do Brasil, como o samba de roda, o jongo e o acarajé.

Mesmo com o decreto existente, muitas comunidades quilombolas ainda sofrem processo de expropriação de seu território, em função de continuadas pressões realizadas por fazendeiros, grileiros e outros. Muitos fazendeiros se acham no direito de tomar as terras dos quilombos, colocando cercas para determinar o acesso a suas terras.

Os quilombos fazem denúncias ao Ministério Público Federal, mais ainda assim, sofrem pressões e ameaças pelo seu território, faltando ainda ações perante o governo de coibir tais atos contra os quilombos.

6. CONCLUSÃO

Apesar dos avanços das leis e da constituição a favor das comunidades quilombolas, os direitos conquistados ainda não estão condizentes com a realidade vivida. Muitas comunidades ainda apresentam a fome, a miséria, analfabetismo, e consequentes conflitos por terra. Apesar de terem sido criadas medidas para que os quilombolas tenham uma educação diferenciada, respeitando seu modo de vida e cultural, pouca coisa mudou na maioria das escolas, seguindo com conteúdos diferenciados da educação vigente.

Ainda faltam muitas ações ao cunho político a fim de garantir os direitos conquistados às comunidades quilombolas. Com isso, sugerimos novos estudos perante a essas comunidades, a fim de expor cada vez mais a situação dos quilombos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Karylleila dos Santos; ESTEVES, Francisco. Perfil sociolinguístico e socioeconômicos das comunidades remanescentes de quilombolas do estado do Tocantins. In: Revista ENTRELETRAS. Programa de Pós Graduação em Letras da UFT. V.1, N. 1, Araguaína, 2.sem de 2010.

APOLINARIO, Juciene Ricarte. Escravidão Negra no Tocantins Colonial: vivências escravistas em Arraias (1739-1800). Goiânia: Kelps, 2 edição, 2007.

ARAUJO, Sandra Regina Evangelista; FOSCHIERA, Atamir Antonio. As contradições entre a realidade socioeconômica da comunidade quilombola Mimoso do Kalunga e a garantia dos direitos legais de educação e território. Revista Pegada, vol. 13, número 2, 2012.

AYRES, J. R. C. M. Cuidado e reconstrução das práticas de saúde. Interface - Comunicação, Saúde, Educação. Botucatu – SP, 8(14): 73 - 92, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília, 2005.

CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. Caderno CRH, Salvador, n. 26/27, pag. 19 – 40, 1997.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 22/05/2014.

ESTEVES, Francisco Patrício. Historicidade e campesinato: um estudo sobre a organização socioeconômica da comunidade de Malhadinha e sua inserção nas políticas públicas de ação afirmativa (1988 - 2011). Rio de Janeiro, 2012. Doutorado (Doutorado em História Social) – IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO TOCANTINS. Relação das comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombos – Tocantins, 2010.

LIRA, Elizeu Ribeiro; VALADARES, Aniel R. Aspectos sócio-culturais e econômicos sobre o modo de produção da comunidade afrodescendente São Joaquim no município de Porto Alegre – TO. Universidade Federal do Tocantins, 2012.

OLIVEIRA, F. Saúde da população negra. Brasília, Organização Pan-Americana da Saúde, 2003. p.195.

OLIVEIRA, Vanessa de. **Quilombos Contemporâneos: a memória e o consumo midiático na formação da identidade negra.** 2008.

TESKE, Wolfgang. Cultura quilombola na Lagoa da Pedra, Arraias – Tocantins: rituais, símbolos e rede de significados de suas manifestações culturais: um processo folkcomunicação de saber ambiental. Brasília. Senado federal. Conselho Editorial, 2010.

8. NOTA BIOGRÁFICA

Karla Camila Correia da Silva

Mestranda em Saúde Pública pela Universidade Americana. Pesquisadora pelo Instituto Federal do Tocantins – IFTO. Pós-graduada em Fisioterapia Cardiopulmonar e Terapia Intensiva, pelo Instituto Ceafi, chancelado pela Universidade São Marcos – SP, 2008. Graduada em fisioterapia pelo Centro Universitário UnirG, Gurupi-TO, em 2006. Email: karlacamilac@yahoo.com.br.

Ana Marise Pereira Gomes

Mestranda em Saúde Pública pela Universidade Americana. Assessora de Gabinete Funasa no Tocantins. Pós-graduada em Auditoria Pública e Administração Hospitalar pelo Instituto Tocantinense de Pós Graduação – ITOP. Em 2010. Graduada em Agrícolas pela UNEB em 1978 e História pela UCSAL de Salvador em 1984. Email: anamarisegomes@gmail.com.

Ivete Azambuja Gonçalves

Mestranda em Saúde Pública pela Universidade Americana. Psicóloga Organizacional do GTQH/SUS em Goiânia-GO. Pós-graduada em Desenvolvimento de Recursos Humanos e Extensão Universitária em Administração de Treinamento pela FGV/RJ. Graduada em Psicologia pela Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro, em 1981. Email: iveteazambuja@hotmail.com.



**REVISÃO
DA LITERATURA**

O CAPITALISMO É PARA O POVO

Nas últimas semanas, o Prof. Edmund Phelps, prêmio Nobel de economia de 2006, tem badalado o nome do economista italiano Luigi Zingales. Há cinco anos, o italiano publicou o artigo “Capitalism after the crisis” (O capitalismo depois da crise), no qual analisava o aumento do sentimento anticapitalista e das ideias contrárias a competição e ao livre mercado, mesmo nos Estados Unidos. O texto correu mundo sendo elogiado por sua mensagem central, segundo a qual muitos governos estão usando o poder para favorecer grandes empresas, e não para garantir o bom funcionamento do mercado e assim beneficiar os consumidores. As ideias de Zingales, professor da Universidade de Chicago, foram aprofundadas no livro “A Capitalism for the People” (Um Capitalismo para o Povo). O economista deixou a Itália, há mais de vinte anos, para fazer carreira acadêmica nos Estados Unidos, justamente para fugir do capitalismo corrupto, de seu país natal. Agora vê, essa metodologia, avançar na economia norte americana. Para o Prof. Phelps, professor da Universidade de Columbia, Zingales “faz parte de um pequeno grupo, mas influente, de economistas que veem a economia norte americana, cada dia mais corporativista e cada dia menos capitalista”.

Um ponto interessante que normalmente o Prof. Phelps aborda, é as semelhanças entre o Brasil e a Itália, onde defende a ideia de que os dois governos, deveriam concentrar esforços na educação básica, como a etapa primordial para o avanço sustentável das sociedades capitalistas.

Em outro momento, o Professor fala da onda anticapitalista, que se tornou mais forte à partir de 2008. Ele acredita que essa onda contrária, ao capitalismo e ao livre mercado, não tenha perdido intensidade, nos dias de hoje. Em muitos países desenvolvidos, esse sentimento é ainda mais forte, por causa da queda no ritmo de crescimento e também do aumento na desigualdade de renda, ocorrido nos últimos anos. Diz também que compreende, em parte, essa reação. Mas, para ele, a questão crucial está no aumento do chamado capitalismo corporativista, onde o sistema no qual as grandes empresas possuem ligações muito próximas com o governo e também com os congressistas, favorecendo a aplicação de políticas contrárias a concorrência. Um sistema assim, não cria um ambiente que incentive a igualdade de oportunidades e a competição na economia.

Esse autor, Zingales, aponta diferenças interessantes entre políticas pró-mercado e políticas pró-empresas, embora ambas soam como a mesma coisa, é fácil compreender a distinção entre os conceitos. Os homens e mulheres de negócios, quando administram uma empresa, procuram aumentar os seus lucros. Isso é natural. O problema está quando usam a sua proximidade com o governo, graças ao seu poder financeiro e a ação de seus lobbies, para impedir o ingresso de novos competidores no mercado e assim lucrarem mais. Os executivos das grandes companhias internacionais são sempre grandes defensores do livre-comércio quando desejam ingressar em um novo mercado. Uma vez instalados, entretanto, passam a defender barreiras protecionistas.

Por isso, para criar um ambiente favorável ao crescimento e a inovação, é preciso que existam políticas pró-mercado, ou seja, a favor da competição e tendo em vista o interesse dos consumidores, e não pró-empresas.

O inegável avanço na desigualdade de renda nos Estados Unidos e em outros países ricos, e percebe-se que não é um problema dos países emergentes, como parece ser mais óbvios. É um problema que precisa ser enfrentado, por meio da redução da desigualdade de oportunidades. Com certeza o principal nó no caso brasileiro está na educação. Se duas pessoas têm um bom nível educacional, há uma grande probabilidade de não existir uma disparidade expressiva na renda de ambas. A ironia, no Brasil, é que a educação elementar pública é ruim, e são os mais ricos que chegam as melhores universidades públicas, uma situação que contribui para aprofundar a desigualdade.

No caso brasileiro, o autor continua dizendo que é de extrema importância aprimorar a educação básica nas escolas públicas, para poder reduzir efetivamente a desigualdade nas oportunidades. Isso vale, também, para outros países, entre eles alguns desenvolvidos. Nos Estados Unidos, a qualidade do ensino básico e médio caiu profundamente nos últimos anos. Cuidar da educação, e, portanto, agir no sentido de reduzir a desigualdade nas oportunidades, é um passo fundamental para diminuir a injustiça social. E, o final disso é o reflexo que acaba acontecendo no mercado e na eleição dos congressistas.

Vale a pena visitar os artigos do Prof. Phelps.

Ricardo De Bonis, PhD, MBA, DDS



BIBLIOTECÁRIO

A “INTRODUÇÃO” DE UM ESTUDO

Introdução significa o início ou o começo. Que serve de preparação para o estudo de uma matéria. É o ato ou efeito de introduzir. É um texto breve que antecede uma obra escrita, e que serve para apresentá-lo ao leitor, é o prefácio da obra^{1,2}.

Para todos os trabalhos escolares que exigem a composição de textos para apresentação (redação, artigos, monografias ou teses), é obrigatório que haja uma parte introdutória, uma parte de desenvolvimento e uma conclusão. O nível de aprofundamento do tema, depende do tipo de trabalho que será escrito³.

Numa dissertação simples, a introdução deve anunciar ao leitor qual assunto será discutido ao longo do texto. É uma apresentação sintetizada do tema abordado e uma contextualização com a realidade. Em trabalhos acadêmicos, seguindo uma metodologia científica, a introdução deve também caracterizar o tema abordado, e, quando a norma adotada não tiver espaço definido, devemos mencionar os objetivos da pesquisa e indicar a relevância do estudo. Se o encadeamento de assuntos no início da introdução for adequado, o objetivo será a consequência natural ao fechamento da introdução.¹ Ao iniciar-se a redação, é conveniente ter o objetivo do estudo na mente. Ele será o ponto de apoio para a composição de todo o texto³.

A introdução é o início do texto, contendo o tema a ser desenvolvido, exposto com muita clareza. Envolve o problema a ser analisado. Uma introdução não deve ser muito longa para não desmotivar ou ficar cansativa para o leitor. Procura-se também mostrar que a pesquisa está assentada em bases sólidas. Assim, na introdução, se faz a ligação com a literatura pertinente. O que se sabia sobre o assunto no início da investigação. O que não se sabia sobre o assunto e motivou a investigação.²

Escritores experientes organizam a introdução com o intuito de despertar o interesse do leitor e fazê-lo prosseguir na leitura. Quem escreve quer ser lido, citado e espera que suas informações sejam úteis para a coletividade. No intuito de agradar leitores, editores e bancas, o texto deve ter certas características, entre as quais, concisão, clareza, exatidão, sequência lógica e elegância.¹ Os leitores de textos científicos apreciam introduções curtas mas com informações suficientes e adequadas.

Dicas para fazer uma boa INTRODUÇÃO:

- Não iniciar uma ideia geral que não transpassa por todo o texto (o uso de ideias totalmente diferentes);
- Não usar chavões;
- Não Iniciar a introdução com as mesmas palavras do título;
- Cuidado para não desviar do assunto principal;
- Escrever em períodos curtos;
- Não escrever de forma pessoal, ou seja, usar a 1ª pessoa.
- Para a introdução, reserva-se a parte em que o texto é apresentado ao leitor. É neste momento que se insere o que será tratado no estudo com fatores que estimulem quem está lendo a seguir adiante com a leitura.
- Para uma boa introdução, tenha em mente o contexto do estudo. Nessa etapa, deverá ficar claro ao leitor a intenção e o propósito do projeto.
- Utilize-se do estilo dissertativo e seja coerente e coeso. Uma boa introdução não precisa ter mais do que uma ou duas páginas. Ela deve ser breve, direta e simplificada, evitando se transformar na iminência de um trabalho extenso e cansativo

REFERÊNCIAS

- 1** - Ferreira, ABH, Novo Dicionário do Século XXI, 3ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1999.
- 2** - Pereira MG. Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Editora Guanabara-Koogan, 2011.
- 3** - Pereira MG. Estrutura do artigo científico. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, 2012; 21(2):351-352.



**NORMAS
PARA PUBLICAÇÃO**

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA IDEÁRIO

Nenhum autor poderá conceder visibilidade prévia às contribuições enviadas a Editoria da Revista, que deverão ser, dessa forma, inéditas.

A extensão mínima e máxima dos artigos da REVISTA IDEÁRIO será assim considerada:

- Artigo monográfico (pesquisa): 5.000 a 7.000 palavras
- Monografia sobre um tema conceitual/teórico: máximo de 3.000 palavras
- Resenha de livros/obra literária ou lingüística: máximo de 1000 palavras

A redação dos textos deverá ser feita em português, de acordo com a ortografia vigente. Serão recebidas também produções em espanhol.

Os trabalhos deverão ser digitados em Word for Windows versão 2007 ou superior. Fonte: Bookman Old Style, 11 pts. O espaçamento entre linhas será de 1,5.

Deverá ser respeitada a margem esquerda e superior de 3 cm. e a margem direita e inferior de 2cm.

As Tabelas, Quadros e Figuras poderão ser apresentados ao final do trabalho digitado.

As figuras deverão ser encaminhadas em extensão JPEG ou TIF, com resolução mínima de 300 dpi.

Aplica-se, no que couber, outras normas da ABNT, em especial as Normas: NBR 6022 - NBR 6023 - NBR 6024 - NBR 6028 - NBR 10520 - NBR 10719.

ESTRUTURA DOS TRABALHOS

- Título do Trabalho.
- Nome (s) do (s) autor (es) e referência à especialidade, função e instituição a que pertence(m).
- Resumos: devem ser escritos em português e também em espanhol (não serão aceitos traduções tipo Google). Não deve exceder a 150 palavras. Deve conter sinteticamente o que foi feito, os resultados e as conclusões.
- Desenvolvimento.
- Referências Bibliográficas: Deverá conter no máximo 25 referências bibliográficas.

- Os trabalhos deverão conter uma FOLHA DE ROSTO com título do trabalho, seguido de autoria identificada: nome(s) do(s) autor (es) e endereço (s) eletrônico (s). Anexo ao artigo, uma breve nota biográfica (máximo 500 caracteres), incluindo instituição a que pertence, endereço completo, titulação e atividade profissional de cada autor.

ENCAMINHAMENTO DOS TRABALHOS

Os trabalhos deverão ser enviados para o endereço: **revistaideario@ideiaeduc.com.br**.

ABPÓS MERCOSUL

Associação Brasileira de
Pós-Graduados no Mercosul

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PÓS-GRADUADOS NO MERCOSUL - ABPÓS MERCOSUL, é um entidade civil de caráter não lucrativo, com sede no Rio de Janeiro, e tem como objetivos precípuos colaborar para a consolidação dos cursos de pós-graduação ministrados no MERCOSUL; para a admissão, no Brasil, de forma automática dos títulos de pós-graduação emitidos em outros países do Mercosul; para a consolidação do intercambio cultural e educacional dos países do Mercosul; para a apresentação da qualidade de tais cursos; para a defesa dos direitos de seus associados, colaborando para a garantia dos direitos pessoais e profissionais, para o convívio fraterno e a solidariedade mútua no ambito academico, profissional e social.

Seja um
associado
e abrace a
nossa causa.

➤ QUEM DEVE SE ASSOCIAR:

Mestres, Doutores, Mestrandos, Doutorandos,
Dirigentes de Universidades do MERCOSUL,
Docentes e demais simpatizantes do Programa
Mercosul de Pós-Graduação.

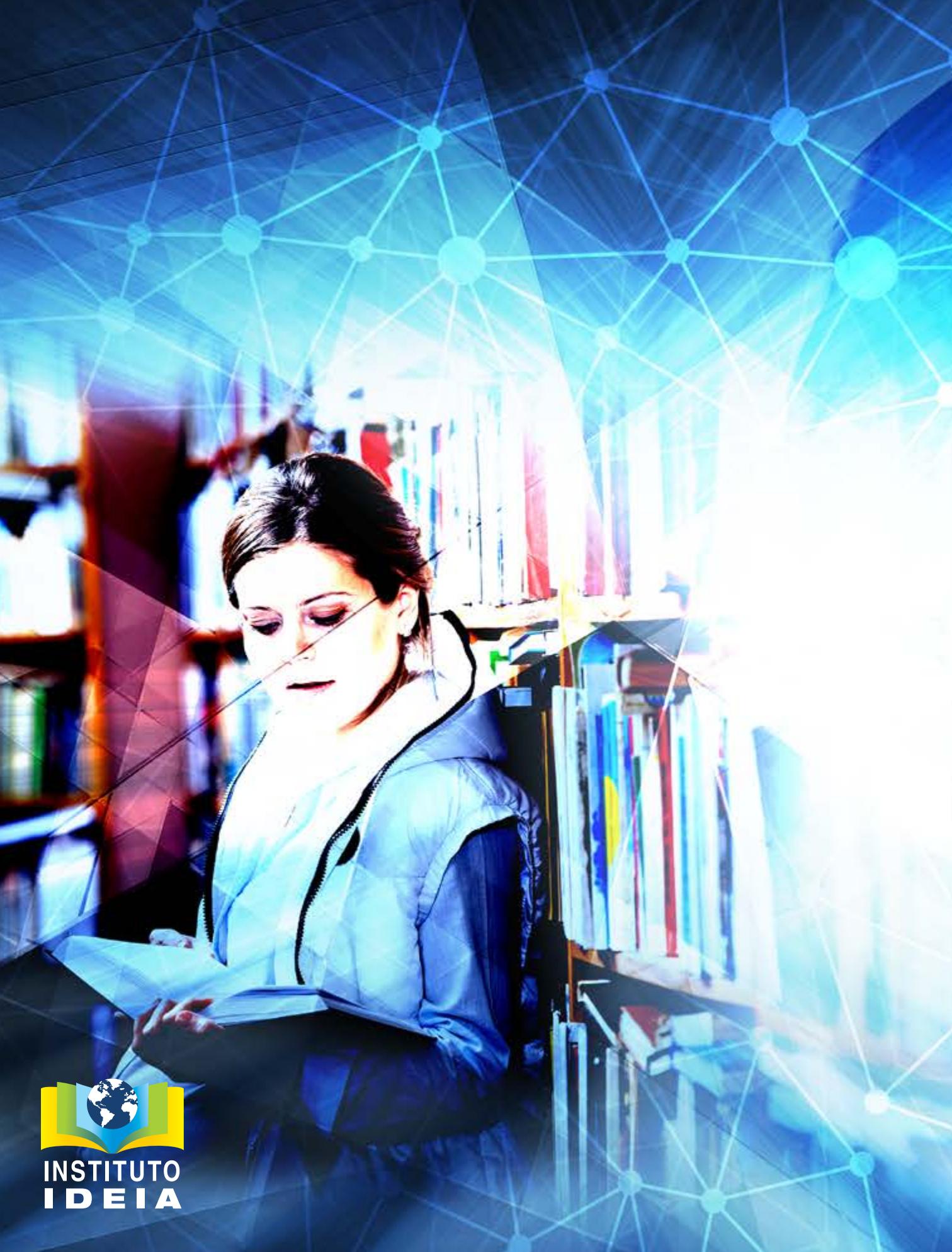
www.abposmercosul.com.br

E-mail: secretaria@abposmercosul.com.br

Tel.: 55 (21) 3173.9334

CEP: 20.270-971





**INSTITUTO
IDEIA**